



CiG

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Relatório de Actividade

2010

Índice

Nota introdutória	7
Breve análise conjuntural	7
Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	8
– Missão	8
– Atribuições	8
– Outras atribuições específicas.....	10
- Órgãos e cargos de direcção da CIG.....	11
- Organização interna da CIG.....	11
– Conselho Consultivo da CIG	13
- Organograma da CIG.....	14
II - Actividades desenvolvidas e recursos humanos.....	15
1- Consecução dos objectivos do Plano de Actividade da CIG para 2010 e estratégia seguida.....	15
2- Desenvolvimento dos diferentes programas, projectos e actividades do Plano de Actividade da CIG 2010 (PA CIG – 2010); resultados previstos e alcançados.....	18
2.1- A CIG e a participação internacional.....	18
2.1.1- A CIG e o “Ano Internacional da Juventude – 2010”	25
2.1.2- A CIG e o “Ano Europeu contra a pobreza e exclusão social - 2010”	25
2.2- Articulação com as orientações e estratégias dos Planos Nacionais (III PNI; III PNCVD e I PNCTSH).	26
2.2.1- III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género	26
2.2.2- III Plano Nacional contra a Violência Doméstica.....	36
2.2.3- I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos	42
2.3- Articulação com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).	44
2.4- Actividades e medidas enquadradas em programas ou projectos autónomos	45
2.4.1- Análise das acções de publicidade institucional desenvolvidas	49
2.5- Actividades e medidas não enquadradas em programas ou nos Planos Nacionais.....	50
2.6- Actividades afins à documentação e informação	51
2.6.1- Bibliotecas (Biblioteca <i>Madalena Barbosa</i> e <i>Delegação Regional do Norte</i>)	52

2.6.2- Edição de publicações e outro material informativo	53
2.6.3- Difusão de publicações e outro material informativo	54
2.7- Actividades de Formação e Sensibilização	55
2.8- Conselho Consultivo.....	58
2.9- Atendimento Jurídico / Psicossocial	58
Atendimentos a nível psicológico	59
2.10 - Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD)	61
2.10.1- Descrição e análise dos dados	62
2.11- Secretariado Técnico para a Igualdade (STI).....	70
Enquadramento	70
2.11.1- Contratualização entre o POPH e a CIG	71
i)- A CIG enquanto Organismo Intermédio	71
ii)- O Contrato de delegação de competências.....	71
iii)- Estrutura Técnica de Coordenação	71
vi)- Utilização do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE).....	72
2.11.2- Abertura de candidaturas	72
2.11.2.1- Candidaturas submetidas	73
i)- Aviso n.º 6/2010	73
ii)- 4.1.2 Aviso n.º 25/2010 e 26/2010	73
iii)- Aviso n.º 27/2010 e 28/2010	73
2.11.2.2- Candidaturas aprovadas	74
i)- Aviso n.º 6/2010	74
2.11.2.3- Candidaturas indeferidas	75
i)- Aviso n.º 6/2010	75
2.11.2.4- Candidaturas arquivadas.....	75
i)- Aviso n.º 6/2010	75
2.11.3- Âmbito Territorial	75
2.11.4- Comparticipação Financeira e Candidaturas Aprovadas	76
2.11.4.1- Tipologia de Intervenção 7.2. – Planos Para a Igualdade	76

i)- Comparticipação Financeira	76
ii)- Metas físicas.....	77
iii)- Candidaturas em processo de decisão	78
2.11.4.2- Tipologia de Intervenção 7.3. – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais.....	78
i)- Comparticipação Financeira	78
ii)- Metas Físicas.....	79
iii)- Candidaturas em processo de decisão	80
2.11.4.3- Tipologia de Intervenção 7.4. – Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos.....	81
i)- Comparticipação Financeira	81
ii)- Metas Físicas	82
iii)- Candidaturas Aprovadas	83
2.11.4.4- Tipologia de Intervenção 7.6. – Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres	84
i)- Comparticipação Financeira	84
ii)- Metas Físicas	85
iii)- Candidaturas em execução	86
2.11.5- Acompanhamento dos projectos aprovados nos concursos realizados no ano de 2010.....	87
2.11.5- Outras Actividades	88
2.11.5.1- Análise financeira.....	88
2.11.5.2- Verificações no local	88
2.11.5.3- Reuniões e outros eventos	88
i)- Com o POPH.....	88
ii)- Com as entidades beneficiárias	89
2.11.6- Documentos de apoio	89
2.12-. Execução financeira	90
III – Balanço social	91
Nota introdutória	91

Análise Qualitativa e Interpretativa do Balanço Social 2010	92
3.1- Recursos humanos da CIG	92
3.1.1- Efectivos por relação jurídica de emprego	92
3.1.2- Efectivos conforme os grupos de pessoal	92
3.1.3- Efectivos segundo o sexo	92
3.1.4- Efectivos por escalão etário	93
3.1.5- Efectivos por antiguidade.....	93
3.1.6- Efectivos portadores de deficiências	93
3.1.7- Efectivos por estrutura habilitacional	93
3.1.8- Admissões e regressos no organismo	93
3.1.9- Saídas e motivo de saídas	93
3.1.10- Modalidades de horário.....	93
3.1.12- Assiduidade/absentismo. O seu contexto na organização	93
3.1.13- Encargos com pessoal	94
3.1.14- Formação Profissional.....	94
3.1.15- Relações Profissionais e Disciplinares.....	95
IV - Avaliação final	95
1- O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da CIG para 2010.....	97
2- Auto-avaliação	102
3-Proposta de menção qualitativa	108

Anexos

Anexo I – Balanço social da CIG – 2010

Anexo II – Relatório de actividade da DRN

Nota introdutória

Sendo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (doravante designada, de forma abreviada, por CIG) um organismo da Administração Central, deve obrigatoriamente elaborar planos e relatórios de actividade.

Assim, dando cumprimento ao que estabelece o Decreto-lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, o presente documento constitui a segunda das duas unidades obrigatórias de gestão anual desta Comissão, correspondentes ao ano de 2010, isto é, o “Relatório de Actividade da CIG – 2010”, doravante designado por “RA-CIG 2010”.

De igual forma, o presente Relatório cumpre com o estabelecido pela alínea e)- do artigo 8.º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, no que se refere à articulação do ciclo de gestão deste serviço da Administração Pública com o SIADAP, nomeadamente através da inclusão da auto-avaliação do serviço e do balanço social.

Procurar-se-á dar conta, embora de forma sumária, quer das iniciativas da própria CIG, quer de outras iniciativas, promovidas por organismos públicos ou por organizações e agentes da sociedade civil, em que a CIG foi parceira.

Tendo em conta a natureza, a missão e as atribuições desta Comissão, releva ainda neste Relatório a consideração da sua participação em iniciativas internacionais, a coordenação geral que lhe foi atribuída para a aplicação dos três planos nacionais (III Plano Nacional para a Igualdade, o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica e o I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos) ou a coordenação das acções afins à implementação do Eixo 7 (“Igualdade de Género”) do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), através do Secretariado Técnico para a Igualdade, no âmbito do contrato de delegação de competências do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e esta Comissão.

Breve análise conjuntural

A CIG é um organismo da Administração Pública, com sede em Lisboa e uma delegação no Porto, integrada na Presidência do Conselho de Ministros e tutelada pelo Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade.

A CIG sucede à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e, por sua vez, à Comissão da Condição Feminina (CCF).

A CIG foi criada no quadro das orientações definidas pelo PRACE e dos objectivos do Programa do Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos (Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro – que aprovou a Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros).

A lei orgânica da CIG foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio.

Enquanto serviço central da administração directa do Estado, a CIG é um organismo coadjuvante na execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. Neste sentido, os destinatários da acção da CIG são todos os intervenientes a nível da execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, nomeadamente os organismos da Administração Central, Regional e Local, organismos e instituições da sociedade civil e a população em geral.

Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

– Missão

A CIG tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

– Atribuições

As atribuições da CIG são as seguintes:

- a)- Apoiar a elaboração e o desenvolvimento da política global e sectorial com incidência na promoção da cidadania e da igualdade de género e participar na sua execução, ao nível das políticas específicas, e na correspondente articulação ao nível das políticas integradas;
- b)- Contribuir para a alteração do quadro normativo, ou para a sua efectivação, na perspectiva da cidadania e da igualdade de género, elaborando propostas normativas, emitindo pareceres sobre iniciativas legislativas ou sugerindo mecanismos que promovam o cumprimento efectivo e integral das normas vigentes, designadamente nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, da protecção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de mulheres e homens, do combate às formas de violência de género e do apoio às vítimas;
- c)- Elaborar estudos e documentos de planeamento de suporte à decisão política na área da cidadania e da igualdade de género;

- d)- Promover a educação para a cidadania e a realização de acções tendentes à tomada de consciência cívica relativamente à identificação das situações de discriminação e das formas de erradicação das mesmas;
- e)- Promover acções que facilitem uma participação paritária na vida económica, social, política e familiar;
- f)- Propor medidas e desenvolver acções de intervenção contra todas as formas de violência de género e de apoio às suas vítimas;
- g)- Apoiar organizações não-governamentais relativamente a medidas, projectos ou acções que promovam objectivos coincidentes com os seus;
- h)- Atribuir prémios de qualidade a entidades que adoptem códigos ou sigam exemplos de boas práticas em matéria de promoção da igualdade de género, de prevenção da violência de género ou de apoio às vítimas;
- i)- Assegurar a supervisão técnica das estruturas de acolhimento e de atendimento para vítimas de violência e a coordenação estratégica com os demais sectores da Administração Pública envolvidos no apoio;
- j)- Manter a opinião pública informada e sensibilizada com recurso aos meios de comunicação social, à edição de publicações e à manutenção de um centro de documentação e de uma biblioteca especializados;
- l)- Elaborar recomendações gerais relativas a boas práticas de promoção de igualdade de género, designadamente ao nível da publicidade, do funcionamento de estruturas educativas, de formação e da organização do trabalho no sector público e privado, bem como atestar a conformidade com essas boas práticas;
- m)- Conferir competências técnicas e certificar qualidades de pessoas e entidades institucionalmente envolvidas na promoção e defesa da cidadania e da igualdade de género;
- n)- Desenvolver serviços de consulta jurídica e de apoio psicossocial, especialmente nas situações de discriminação e de violência de género;
- o)- Receber queixas relativas a situações de discriminação ou de violência com base no género e apresentá-las, sendo caso disso, através da emissão de pareceres e recomendações, junto das autoridades competentes ou das entidades envolvidas;
- p)- Assegurar modalidades adequadas de participação institucional das organizações não governamentais que concorram para a realização das políticas de cidadania e de igualdade de género;
- q)- Organizar, nos termos da lei, o registo nacional de organizações não governamentais cujo objecto estatutário se destine essencialmente à promoção dos valores da cidadania, da defesa dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e da igualdade de género;
- r)- Cooperar com organizações de âmbito internacional, comunitário e demais organismos congéneres estrangeiros, tendo em vista participar nas grandes orientações relativas à cidadania e à igualdade de género e promover a sua implementação a nível nacional;

- s)- Cooperar com entidades públicas e privadas de níveis nacional, regional e local em projectos e acções coincidentes com a missão da CIG, nomeadamente pelo estabelecimento de parcerias;
- t)- Prestar assistência técnica a iniciativas na área da cidadania e igualdade de género promovidas por outras entidades;
- u)- Emitir parecer favorável à celebração de acordos de cooperação que envolvam entidades públicas estatais com incidência no apoio a vítimas de violência de género.

– Outras atribuições específicas

Tal como estabelece a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007 de 22 de Junho, cumpre à CIG a dinamização, o acompanhamento e a execução das medidas constantes no III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género – 2007-2010 (III PNI), devendo a CIG garantir a estreita colaboração com os demais serviços e organismos directamente envolvidos na sua execução. O mesmo se verificou relativamente ao III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (III PNCVD), estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007 de 22 de Junho.

A CIG foi ainda designada como entidade responsável pela assistência à coordenação do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (I PNCTSH), estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007 de 22 de Junho, com atribuições ao nível da dinamização e acompanhamento da execução das respectivas medidas.

A CIG, além de ter produzido os relatórios anuais de execução de cada um destes três planos nacionais, foi responsável pela elaboração dos respectivos relatórios finais internos de execução, bem como da coordenação dos processos administrativos conducentes à realização relatórios finais de avaliação externa desses mesmos planos.

De igual forma, a CIG preparou o processo de elaboração, para submissão ao Gabinete de SE a Secretária de Estado da Igualdade, dos novos planos nacionais: *i)* - IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação, 2011 -2013 (IV PNI), *ii)* – IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica, 2011 -2013 (IV PNCVD); *iii)* – II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, 2011 -2013 (II PNCTSH).

Tal como já referido, foram delegadas competências à CIG para a coordenação das acções afins à implementação do Eixo 7 (“Igualdade de Género”) do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Esta delegação de competências decorre de um contrato entre o POPH e a CIG, sendo criado e adstrito a esta Comissão, o Secretariado Técnico para a Igualdade, o qual garante a execução do objecto do dito contrato.

- Órgãos e cargos de direcção da CIG

A CIG é dirigida por uma Presidente, coadjuvada por um Vice-Presidente¹.

É ainda órgão da CIG o respectivo Conselho Consultivo². Este Conselho Consultivo é composto por uma Secção Interministerial, por uma Secção das Organizações Não Governamentais (ONG) e por um Grupo Técnico-científico³.

O Conselho Consultivo é composto por uma Secção Interministerial, por uma Secção das Organizações Não Governamentais (ONG) e por um Grupo Técnico-científico. O Conselho Consultivo da CIG é um órgão de consulta em matéria de concepção, implementação e avaliação das políticas públicas de educação para a cidadania e de promoção e defesa da igualdade de género que assegura a representação de departamentos governamentais e de organizações representativas da sociedade civil⁴.

Os lugares de direcção superior de 1.º e 2.º graus e de direcção intermédia de 1.º grau da CIG são os que constam da seguinte tabela:

<i>Designação dos cargos dirigentes</i>	<i>Qualificação dos cargos dirigentes</i>	<i>Grau</i>	<i>N.º de lugares</i>
Presidente	Direcção superior	1.º	1
Vice-presidente		2.º	1
Coordenador da Delegação do Norte	Direcção intermédia	1.º	1
Director de Serviços		1.º	1

(Cf. Anexo artigo 12.º e Anexo, ambos do -Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro)

- Organização interna da CIG

Tal como define o artigo 10.º da sua Lei orgânica, a organização interna dos serviços [da CIG] obedece ao seguinte modelo estrutural misto (Cf. Organograma, mais adiante neste Relatório):

- a) Nas áreas de suporte relativas à gestão de recursos, serviços jurídicos e estudos, planeamento, documentação e formação, o modelo de estrutura hierarquizada;

¹ - Em conformidade com o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio (Lei orgânica da CIG). As competências da Presidente da CIG estão definidas pelo artigo 5.º deste Decreto-Lei.

² - Cf. As competências da Presidente da CIG estão definidas pelo artigo 5.º deste Decreto-Lei. *Ibidem* - N.º 2 do artigo 4.º

³ - Cf. Composição e atribuições Conselho Consultivo da CIG. *Ibidem* – Artigos 6.º; 7.º; 8.º e 9.º.

⁴ - *Ibidem* - Artigo 6.º.

- b) Nas áreas de missão relativas à gestão e apoio de projectos no âmbito da cidadania e igualdade de género, violência de género e rede social e autarquias, o modelo de estrutura matricial.

Estes dois modelos de estrutura são apresentados, segundo unidades orgânicas (nucleares e flexíveis) e equipas multidisciplinares, da seguinte forma:

A – Unidades orgânicas nucleares

No desenvolvimento do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio (lei orgânica das CIG), a Portaria n.º 662-F/2007, de 31 de Maio determinou a estrutura nuclear da CIG, nas seguintes unidades orgânicas: a)- O Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação; b)- A Delegação do Norte (artigo 1.º)]. De igual forma definiu as respectivas competências (artigos 2.º e 3.º).

Os responsáveis por estas duas unidades orgânicas são os dois dirigentes intermédios de 1.º grau, antes referidos, Director de serviços e Coordenador da Delegação do Norte, respectivamente.

B - Unidades orgânicas flexíveis e equipas multidisciplinares

Também no desenvolvimento da citada lei orgânica, a Portaria n.º 662-C/2007, de 31 de Maio, fixou a dotação máxima de unidades orgânicas flexíveis e de chefes de equipas multidisciplinares, da seguinte forma: 3 unidades orgânicas flexíveis (artigo 1.º) e 3 chefes de equipas multidisciplinares (artigo 2.º).

B.1. - Unidades orgânicas flexíveis

Através do Despacho n.º 17984/2007, de 17 de Julho, publicado no DR n.º 156, 2.ª série, de 14 de Agosto de 2007, a Presidente da CIG determinou que o Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação compreendesse a Divisão de Formação (DF) e a Divisão de Documentação e Informação (DDI). Pelo mesmo Despacho foi criada a Divisão Jurídica e Administrativa.

Entretanto, através do Despacho n.º 23400/2008, de 16 de Setembro, a Presidente da CIG determinou a extinção da Divisão de Formação (DF), deslocando algumas das suas atribuições para a Divisão de Documentação e Informação (DDI) e, em situações específicas e de razão operacional, para o próprio Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação.

Nesta mesma ocasião, através daquele mesmo Despacho, a Presidente da CIG determinou a extinção da Divisão Jurídica e Administrativa, sendo as respectivas atribuições repartidas por duas novas unidades orgânicas flexíveis (Divisões) criadas, a Divisão Técnico-Jurídica (DTJ) e a Divisão de Administração e Finanças (DAF).

B.2. - Equipas multidisciplinares

Através do Despacho n.º 17985/2007, de 17 de Julho, publicado no DR n.º 156, 2.ª série, de 14 de Agosto de 2007 e tendo por referência as áreas de missão relativas à gestão e apoio de projectos no âmbito da cidadania e igualdade de género, violência de género e rede social e autarquias, agrupadas por centros de competências, a Presidente da CIG determinou a criação das seguintes equipas multidisciplinares (e respectivas competências): *a)*- Núcleo para a promoção da Cidadania e Igualdade de Género (N-CIG); *b)*- Núcleo de Prevenção da Violência Doméstica e Violência de Género (N-VDVG); *c)*- Núcleo para a Cooperação Regional e Autárquica (N- CRA).

Estes núcleos integram-se no modelo de estrutura matricial previsto na Lei orgânica da CIG. Aos chefes destas equipas multidisciplinares é-lhes atribuído um estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisões.

Na sequência da criação formal da estrutura nuclear da CIG, através da qual as competências e actividades das respectivas unidades orgânicas e centros de competência são asseguradas por equipas multidisciplinares, veio a ser criada, posteriormente, a área de apoio funcional para as Relações Internacionais (U-RI), pela necessidade de proceder à organização do apoio funcional na área da cooperação internacional aos órgãos da CIG (Despacho n.º 012/2007/PRES, de 2007.09.03).

– Conselho Consultivo da CIG

O Conselho Consultivo é um órgão de consulta em matéria de concepção, implementação e avaliação das políticas de educação para a cidadania e de promoção e defesa da igualdade de género que assegura a representação de departamentos governamentais e de organizações representativas da sociedade civil.

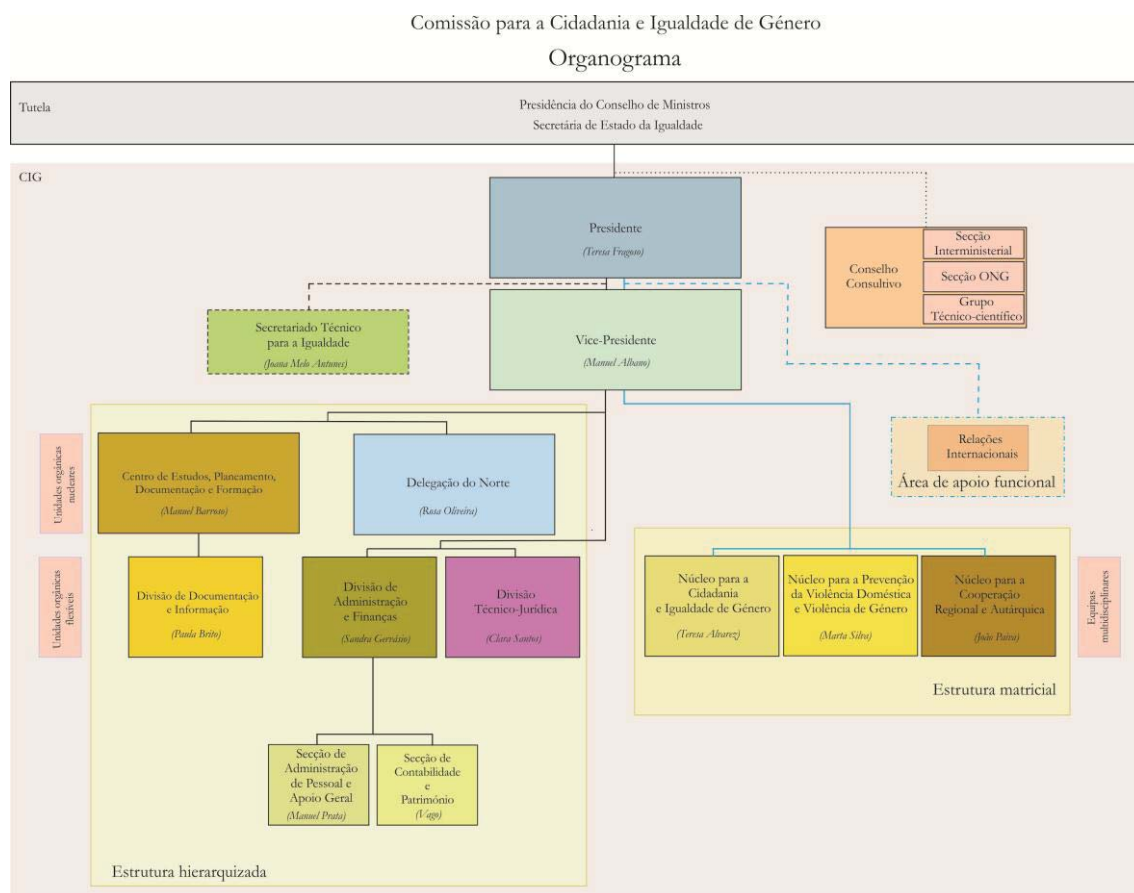
O Conselho Consultivo é composto por:

- a)*- A Presidente da CIG;
- b)*- O Vice-presidente da CIG;
- c)*- A secção interministerial;
- d)*- A secção das organizações não governamentais;
- e)*- O grupo técnico-científico.

⁵ - Cf. Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio (Lei orgânica da CIG).

Este Conselho é presidido pelo membro do Governo com tutela sobre a CIG, neste caso, por SE a Secretária de Estado da Igualdade, quando presente, e, na sua ausência, pela Presidente da CIG.

- Organograma da CIG



II - Actividades desenvolvidas e recursos humanos.

1- Consecução dos objectivos do Plano de Actividade da CIG para 2010 e estratégia seguida.

A CIG procurou, em primeiro lugar, aplicar as orientações consignadas no **Programa do XVIII Governo**, o qual apontava para uma maior responsabilização do Estado na concretização e promoção das políticas para a igualdade de género em toda a sociedade, no quadro das orientações e compromissos internacionais e comunitários, observando, designadamente, os princípios centrais da Plataforma de Acção de Pequim, a saber, a centralidade da política para a igualdade de género na estrutura da governação e a sua transversalidade em todas as outras políticas.

Nesse sentido, a implementação do PA CIG-2010 esteve apoiada conceptualmente no *mainstreaming* de género, o qual consiste numa estratégia de (re)organização, de melhoria, de desenvolvimento e de avaliação dos processos de implementação de políticas, por forma a que a perspectiva da Igualdade de Género seja incorporada em todas as políticas, a todos os níveis e em todas as fases, pelos actores geralmente implicados na decisão política.

De igual forma, procuraram-se as estratégias tecnicamente consideradas como mais adequadas para, no que respeita ao ano de 2010, se atingirem os objectivos que o Governo assumiu aquando da definição das **Grandes Opções do Plano para 2010-2013**, nomeadamente as que são apresentadas no seu ponto “1.2.5 Mais igualdade, combater as discriminações”, área que pela sua importância estratégica para toda a actividade da CIG merece ser aqui transcrita na íntegra, como se segue:

O progresso e a consolidação da democracia exigem a prossecução activa de medidas tendentes a eliminar todas as formas de discriminação. Apesar dos vários avanços registados nos últimos anos na luta contra a discriminação, nomeadamente o reforço do quadro legislativo nesta matéria promovido pelo Governo, persistem na sociedade portuguesa fenómenos de discriminação que importa contrariar.

O Governo assume como prioridade o combate a todas as discriminações. A materialização dos direitos e garantias previstos quer no plano interno ao nível constitucional, quer no plano internacional e comunitário, implicam a centralidade da política para a igualdade de género na estrutura da governação e a sua transversalidade em todas as áreas de intervenção política.

Tendo em vista a concretização do seu Programa, o Governo assume como compromissos:

- *Prosseguir a promoção da igualdade entre mulheres e homens enquanto eixo de modernização da vida pública e da sociedade em geral;*
- *Reforçar a participação mais equilibrada das mulheres e dos homens quer na actividade económica e profissional quer na vida familiar;*
- *Insistir numa educação para todos, combatendo os estereótipos de género nos percursos escolares e nas escolhas das carreiras;*
- *Reconhecer a diversidade das situações familiares e consolidar de uma rede nacional de apoio às famílias;*
- *Avaliar o impacto de género nas iniciativas legislativas e das políticas públicas;*
- *Apoiar as vítimas de discriminação de género;*
- *Promover uma cidadania activa, como mecanismo de inversão de trajectórias de exclusão social.*

Igualdade de género

A luta contra a discriminação com base no sexo significa promover activamente uma participação igual de homens e mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. O desafio do Governo será a concretização rigorosa deste desígnio estratégico, assente em três objectivos:

- I. Consolidar as medidas promotoras da igualdade de género;*
- II. Aprofundar a transversalidade da perspectiva de género nas políticas públicas;*
- III. Fortalecer os mecanismos e estruturas que promovam uma igualdade efectiva entre mulheres e homens.*

Em concreto, o Governo irá concluir a implementação do III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (2007-2011), procedendo à sua avaliação, bem como elaborará o IV Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (2011-2014). O Governo compromete-se, ainda, a destacar a educação para a cidadania, nomeadamente continuando a apostar na Iniciativa Novas Oportunidades, enquanto instrumento privilegiado de capacitação e reconhecimento de competências de mulheres adultas.

O Governo continuará a dar prioridade à promoção da igualdade de género no mercado de trabalho, da empregabilidade, e do empreendedorismo feminino, designadamente através da elaboração de Planos para a Igualdade nas empresas; aprofundamento dos mecanismos de apoio ao empreendedorismo feminino; e promoção de medidas para a eliminação da segregação segundo o género, no mercado de trabalho, e para o combate às desigualdades salariais entre homens e mulheres, nomeadamente através da prioridade dada a intervenções inspectivas a partir de queixas ou denúncias respeitantes a actos discriminatórios. Paralelamente, o Governo continuará a desenvolver a sua linha de política tendente a favorecer a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar.

Neste domínio e na sequência das alterações legislativas introduzidas pela revisão do Código do Trabalho, no sentido de favorecer que a regulamentação colectiva de trabalho respeite os princípios e as regras sobre igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego, proceder

à apreciação fundamentada sobre a legalidade das disposições das convenções colectivas e das decisões arbitrais já publicadas.

Violência de género

A violência de género constitui uma grave violação dos direitos humanos e é uma das maiores barreiras à igualdade de género e, consequentemente, ao desenvolvimento da democracia.

Neste âmbito, o Governo irá concluir a implementação do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), proceder à sua avaliação e elaborar o II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2014); implementar o I Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina; promover campanhas e acções de sensibilização contra o tráfico de seres humanos; promover a formação especializada de profissionais que têm contacto com vítimas de tráfico de seres humanos; divulgar junto das pessoas traficadas informação sobre os mecanismos de apoio e direitos; consolidar a Rede de Apoio e Protecção a Vítimas de Tráfico (RAPVT); e prosseguir a aplicação do Plano Nacional de Acção Para Implementação da Resolução do Conselho das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre “mulheres, paz e segurança” (2009-2013).

Combate à violência doméstica e à discriminação racial

A violência doméstica, que abrange os planos físico, emocional, psicológico e económico, é predominantemente uma violência contra as mulheres. A violação destes direitos humanos não pode ser tolerada, sob pena de se porem em risco os alicerces da sociedade democrática.

Na área do combate à violência doméstica, o Governo assume a consolidação de uma política de prevenção, consubstanciada na promoção de uma cultura para a cidadania e para a igualdade que difunda novos valores sociais, nomeadamente a igualdade de género.

As políticas de combate à violência doméstica e à violência de género integram preocupações que têm em necessária consideração as situações potencialmente mais vulneráveis, susceptíveis de afectar directamente mulheres, crianças, idosos, ou pessoas com deficiência.

Haverá uma diversidade de linhas de acção a desenvolver, nomeadamente implementar/avaliar o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010); elaborar e implementar o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2014), incluindo a violência no namoro; dar continuidade à introdução nos programas escolares relativos à igualdade de género, à violência doméstica e à violência de género; promover um tratamento especializado no julgamento dos casos de violência doméstica; acompanhar a implementação do programa piloto de prevenção da reincidência para agressores; continuar o aprofundamento dos mecanismos de protecção e apoio às vítimas de violência doméstica; implementar a facilitação do arrendamento e da concessão do rendimento social de inserção com natureza urgente, assim como a transferência da percepção do abono de família para a vítima sempre que esta tenha a cargo filhos menores; capacitar e apoiar a reinserção das vítimas de violência doméstica através de programas de Formação e Qualificação; e implementar projectos regionais integrados, multidisciplinares e intersectoriais para combater a violência doméstica.

De igual forma, ao longo de 2010, toda a actividade da CIG esteve em consonância as orientações internacionais na área da cidadania e igualdade de género, aliás, em conformidade com as suas atribuições institucionais para representação de Portugal nos diversos *fora* internacionais neste domínio e no papel de operacionalização para a actividade no contexto nacional.

Com efeito, a CIG tem a responsabilidade de estar na vanguarda dos organismos públicos no que se refere à aplicação dos compromissos da UE em matéria de igualdade de género, designadamente, no que se refere ao Relatório relativo à Igualdade entre Homens e Mulheres - 2009, ao Pacto Europeu para a Igualdade de Género, aprovado no Conselho da Primavera, ao Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres – 2006-2010 da Comissão ou ainda à dimensão social da Estratégia de Lisboa.

2- Desenvolvimento dos diferentes programas, projectos e actividades do Plano de Actividade da CIG 2010 (PA CIG – 2010); resultados previstos e alcançados.

2.1- A CIG e a participação internacional

Através da sua área de apoio funcional para as Relações Internacionais (U-RI), a CIG tem como missão reportar informação sobre a situação nacional e/ou defender as posições de Portugal em matéria de igualdade de género nas instâncias e organizações internacionais. Assim sendo, acompanha e participa nos trabalhos desenvolvidos por várias organizações internacionais e respectivos organismos ou agências no domínio da igualdade de género.

Em 2010, estavam previstas e foram realizadas as seguintes actividades pela U-RI:

Na **União Europeia**, participação e elaboração de contributos para as duas reuniões do Comité Consultivo para a Igualdade, participação e elaboração de contributos para as duas reuniões do Grupo de Alto Nível para o *Mainstreaming* de Género (Janeiro e Setembro), as reuniões do Grupo Questões Sociais (Preparação e acompanhamento do Conselho EPSCO e outros projectos de Resolução e conclusões apresentados pelas sucessivas Presidências do Conselho da U.E.). Foram elaborados os contributos para o Relatório Anual da Comissão Europeia sobre os progressos em matéria de igualdade entre mulheres e homens nos Estados-Membros.

Participação da U-RI no Fórum Europeu de Mulheres Pequim + 15, que decorreu de 4 e 5 de Fevereiro, em Cádiz, no âmbito da Presidência Espanhola.

Conferência “Best Police Practices in matters relating to tackling gender violence”, Madrid, Fevereiro 2010 - A CIG integrou a comitiva portuguesa composta pela Direcção-geral da Administração Interna, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana. Para

além da participação nos workshops e na Conferência de encerramento, a CIG integrou o grupo de trabalho no âmbito da elaboração do Manual de Boas Práticas Policiais no atendimento a Vítimas de Violência Doméstica.

Reunião informal de Ministros/as da Igualdade. Valência. 26 de Março 2010- A U-RI preparou notas para a intervenção de SE a Secretária de Estado para a Igualdade nesta reunião informal destinada a discutir o reforço da integração da dimensão da igualdade de género na Estratégia 2020. A “Igualdade entre Mulheres e Homens como base para o crescimento e o emprego” foi o tema central sobre o qual as/os ministras/os discutiram a igualdade de género da UE. As medidas a serem tomadas para promover a conciliação da vida familiar, pessoal e profissional das mulheres e homens ou estratégias de intervenção que devem ser desenvolvidas pela União Europeia para alcançar uma nova contribuição social e política para as mulheres, reavaliar para o crescimento económico sustentável e incentivar a sua participação na tomada de decisão económica, foram outros dos temas que fizeram parte desta Reunião. Teve igualmente lugar uma reunião da “Rede de Mulheres Africanas para um Mundo Melhor”, na qual os/as Ministro/as da Igualdade foram convidados/as a participar.

Foi, ainda, adoptado o Programa Comum do Trio de Presidências (Espanha, Bélgica e Hungria) sob a forma de uma Declaração do Trio de Presidências.

Reunião de Peritos sobre “Media e Direitos das Mulheres”, Madrid, 31 de Maio de 2010 - No âmbito das actividades da Presidência Espanhola do Conselho da União Europeia, a CIG participou numa Reunião de Peritos/as sobre “Os Media e os Direitos das Mulheres”. Dado o consenso geral de que devem ser adoptadas medidas para implementar a perspectiva de género na Comunicação Social e acções para eliminar os estereótipos sexistas, pretendeu-se com este evento iniciar um debate específico em matéria de igualdade de género nos media. Foi também objectivo desta Reunião criar uma base sólida para o incremento da investigação a nível europeu e para melhorar acções futuras promovidas pela União Europeia, as Instituições e os Estados membros, nesta matéria.

Conferência de Peritos/as na área da Igualdade "How to close the Gender Pay Gap?" – 25-26 Outubro – Bruxelas (Bélgica) - Participação da CIG, da CITE, representante do GEP/MTSS e da U-RI na Conferência de Peritos/as na área da Igualdade sobre o combate contra as disparidades salariais entre mulheres e homens. A Bélgica procedeu à revisão dos indicadores sobre as disparidades salariais, com vista a fixar objectivos específicos para reduzir estas disparidades. Na Conferência foi apresentado um Relatório Europeu, elaborado pela Presidência Belga, sobre os indicadores para o acompanhamento da Plataforma de Acção de Pequim neste domínio.

Reunião Informal de Ministros/as da área da Igualdade – 26 de Outubro 2010, Bruxelas (Bélgica) - procedeu-se à elaboração de notas para intervenção do Ministro da Presidência na

Reunião Informal de Ministros/as da área da Igualdade, organizada pela Presidência Belga da U.E. a 26 de Outubro. A Reunião Informal incidiu sobre modos e estratégias de apoio à implementação da nova Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2011-2015), adoptada pela Comissão Europeia. A Presidência Belga difundiu um documento de Conclusões desta Reunião Informal.

Participação de elemento da U-RI na IV Cimeira da Igualdade. Organizada pela presidência belga do Conselho da União Europeia e pela Comissão Europeia, a IV Cimeira da Igualdade, este ano sob o tema Igualdade e Diversidade no Emprego, decorreu entre 15 e 16 de Novembro na capital belga, Bruxelas. O programa incluiu diversos painéis, sessões e workshops que abordaram a temática sob diferentes perspectivas, como discriminação e igualdade no local de trabalho, o contributo dos parceiros sociais ou ferramentas para responder à discriminação nas empresas.

Na sequência da Cimeira de Cádiz, promovida pela Presidência Espanhola da UE no contexto do Trio de Presidências (Espanha, Bélgica e Hungria), a Presidência Belga promoveu uma Cimeira de Ministras com o objectivo de contribuir para a realização destas Cimeiras no âmbito de cada Presidência. A Cimeira de Bruxelas pretendeu mobilizar as mulheres nos Governos de todos os Estados membros da U.E. para uma discussão sobre a extensão e consequências de todas as formas de violência com as quais as mulheres se vêem confrontadas e a luta contra este fenómeno. As Ministras assinaram uma Declaração na qual se comprometem a lutar por esta causa.

A Presidência Belga da U.E realizou em Bruxelas a 25 e 26 de Novembro, a Conferência “Violência contra as Mulheres “ na sequência da Cimeira de Ministras realizada sobre o mesmo tema. A Conferência pretendeu discutir, entre outras questões, as origens do problema. Como vamos combatê-lo mais eficazmente a nível europeu. Quais são os aspectos jurídicos do combate à violência contra as mulheres. O que pode ser feito para lutar contra formas especiais de violência. Que tipo de estratégia é necessária ao nível da U.E. Em representação de Portugal participou a Coordenadora do Núcleo VDVG.

Na sequência das reuniões do grupo criado pelo Comité Consultivo encarregado da elaboração de Opinião sobre violência, que ocorreram em Junho e Setembro, em Bruxelas, a CIG representou Portugal no grupo de trabalho de preparação do documento de suporte à Estratégia Europeia sobre violência contra as mulheres (2011-2015). Foram elaborados comentários e contributos para o documento.

Relatores dos Mecanismos sobre Tráfico de Seres Humanos - O Coordenador/Relator nacional do plano de combate ao tráfico de seres humanos participou no “Meeting of National Rapporteurs or equivalent Mechanisms on Trafficking in Human Beings”, realizado pela Comissão Europeia a 2 de Junho, em Bruxelas.

A CIG deu ainda o seu contributo para a elaboração dos relatórios nacionais periódicos de direitos humanos, no que respeita à aplicação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

EQUINET - A CIG aderiu a esta plataforma em 2008. A EQUINET é a Rede Europeia de Mecanismos Especializados para a Igualdade, e é uma estrutura financiada a 80% pela CE. A sua missão assenta na troca de experiências/informação entre mecanismos para a Igualdade, com vista ao desenvolvimento das políticas para a Igualdade. A CIG, enquanto membro, tem acompanhado todas as formações e Assembleias Gerais desta rede. O trabalho da EQUINET centra-se na abordagem da Igualdade na perspectiva das discriminações múltiplas.

A CIG participou, ainda nos seguintes eventos:

- “Formação para promoção da igualdade: avaliação do impacto da igualdade”, da EQUINET. Belfast, 29 e 30 de Abril de 2010.
- Formação “Legal training on LGBT issues”, da EQUINET. Bratislava, 11 e 12 de Outubro de 2010.
- Assembleia Geral Anual da EQUINET. Bruxelas, 17 e 18 de Novembro de 2010.

Instituto Europeu para a Igualdade de Género - Seminário Internacional "Unindo esforços a favor da igualdade de Género na UE 2010-2015" – Vilnius (Lituânia), 22 de Novembro de 2010. - Participação da Coordenadora da U-RI neste Seminário, em substituição de Presidente da CIG, convidada a estar presente neste evento. O Seminário Internacional organizado pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (IEIG), entre outros objectivos, pretendeu promover o debate sobre o trabalho conjunto do IEIG com os diferentes parceiros com vista à implementação da Estratégia para a Igualdade - desde as agências da União Europeia e de outras instituições, aos representantes dos Estados-Membros, nomeadamente com os mecanismos nacionais para a igualdade entre mulheres e homens e os serviços nacionais de estatísticas. De acordo com solicitação do IEIG, foi elaborado um contributo de Portugal para este Seminário incidindo sobre as prioridades de Portugal em relação às seis áreas da Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2010-2015), áreas em que o País poderá apresentar boas práticas a serem futuramente disseminadas pelo IEIG, possíveis formas de cooperação com o IEIG e formas de apoio que deverão ser prestadas pelo IEIG aos Estados membros para a implementação da referida Estratégia.

Programa Comunitário PROGRESS - A CIG apresentou uma candidatura ao programa Comunitário PROGRESS, para financiamento de um projecto de intervenção junto de serviços públicos que trabalham com população idosa, com o objectivo de tornar a prática desses serviços mais sensível aos problemas e necessidades das mulheres idosas – Projecto Gender and Ageing: Planning the Future must begin today! Pelo interesse da mesma, esta candidatura

foi aceite pelos serviços da Comissão Europeia e as actividades nela previstas serão desenvolvidas até 2012.

Projecto GRUNDTVIG “Prevenir a Violência de Género junto de jovens adultos” - Até 2011 a CIG integra uma parceria transnacional que inclui entidades de Itália, França e Espanha, cujo objectivo é a produção de materiais de prevenção primária na área da Violência Doméstica/Violência de Género. Esta rede de parceiros reúne periodicamente em cada um dos países participantes. Em 2010 foram realizados 3 Seminários de intercâmbio.

Projecto GRUNDTVIG “Sportez – bien au féminin?” - O objectivo deste projecto prende-se fundamentalmente com a troca de experiências e a construção de uma mala formativa/pedagógica, a qual deve envolver os contributos de toda a parceria, para educar e prevenir a violência de género e as práticas discriminatórias contra as mulheres, no contexto das actividades físicas e desportivas.

O país promotor é a França. A restante parceria é constituída por Itália e Portugal. A duração do projecto é de dois anos (de 2010 a 2012). Está prevista a realização de 2 seminários (encontros/reuniões transnacionais) em cada um dos países parceiros. O primeiro teve lugar em Bordéus e o próximo ocorrerá em Portugal (Lisboa) em Janeiro de 2011.

Em Fevereiro, foi submetida a candidatura “Sportez – vous bien au féminin” no âmbito do Projecto Grundtvig, do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida. Esta candidatura foi aprovada e conta, para além da CIG, com dois parceiros: França e Itália.

O objectivo prende – se fundamentalmente com a troca de experiências e a construção de uma mala formativa/pedagógica, a qual deverá envolver os contributos de toda a parceria, para educar e prevenir a violência de género/práticas discriminatórias contra as mulheres, no contexto das actividades físicas e desportivas. A participação da CIG neste projecto consiste na criação de um Código de Conduta para a promoção da igualdade entre mulheres e homens e para a prevenção da violência contra as mulheres na prática desportiva, destinado a entidades públicas e privadas/associativas.

No âmbito deste Projecto foi realizado um seminário em Bordéus (França).

Comité DAPHNE III - A CIG, a par da Direcção-geral das Políticas de Justiça, representa Portugal no Comité de Avaliação da linha de financiamento Daphne III. Em 2010 realizou-se uma reunião que decorreu em Setembro, em Bruxelas.

Projecto “Youth in Action” - na sequência de uma candidatura aprovada ao programa “Youth in Action” da Comissão Europeia, a CIG integrou a parceria transnacional deste projecto, cujo objectivo é criar um teste disponível on-line, adaptado às realidades de cada Estado

participante, para introduzir a discussão da temática da tolerância e da não discriminação, bem como produzir materiais promocionais a distribuir nas sessões de debate denominadas “Agora-Meetings” a realizar junto das comunidades educativas dos vários países parceiros.

De acordo com o plano de actividades do projecto realizaram-se 3 Reuniões do Grupo de Trabalho, tendo a última decorrido nos dias 26 e 27 de Novembro de 2010, em Sofia, para aprovar a versão final do E-Tolerance Test e acompanhar uma demonstração de aplicação do teste numa escola, na qual a CIG foi convidada a estar presente.

Ao nível do **Conselho da Europa**, a U-RI participou nas duas reuniões anuais do Comité Director para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CDEG), bem como nos processos de acompanhamento das Recomendações adoptadas por esta organização internacional, de acordo com os calendários por esta estabelecidos. Em 2010, A CIG participou ainda na 7ª Conferência de Ministros/as responsáveis pela Igualdade entre Mulheres e Homens, que teve lugar em Bakou, Azerbeijão, nos dias 23 a 25 de Maio.

A U-RI procedeu à apreciação e elaboração de contributos e comentários aos seguintes documentos em debate na **OSCE**.

No que se refere às **Nações Unidas**, a U-RI participou e elaborou contributos para a 54ª Sessão da Comissão do Estatuto das Mulheres (CSW). A U-RI elaborou, ainda, o contributo para o Relatório de Portugal ao ECOSOC sobre políticas e estratégias nacionais na área da igualdade de género e empoderamento das mulheres em Portugal, âmbito da Revisão Anual Ministerial 2010. Portugal apresentou ainda ao Comité CEDAW, em Novembro de 2010, informação escrita sobre as iniciativas empreendidas para implementar as recomendações contidas nos parágrafos 21 e 41 das Observações finais emitidas por este Comité na sequência da defesa dos dois últimos Relatórios de Portugal, realizada a 3 de Novembro de 2008 aquando da 42ª sessão do Comité CEDAW - VI e VII Relatórios de cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ao abrigo do Artº 18 da Convenção.

No que respeita à cooperação ibero-americana, a U-RI participou na **XI Conferência sobre a Mulher da América Latina e das Caraíbas**. “Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?”, que decorreu nos dias 13 a 16 de Julho, em Brasília (Brasil). A Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e das Caraíbas é um órgão subsidiário da Comissão Económica para a América Latina e das Caraíbas (CEPAL), das Nações Unidas, convocado com carácter permanente e regular de três em três anos, para identificar as necessidades regionais e sub-regionais das mulheres, apresentar recomendações, proceder a avaliações periódicas das actividades realizadas em cumprimento dos acordos e planos regionais e internacionais sobre o tema, e proporcionar um fórum para o debate sobre estes assuntos. Trata-se do mais importante fórum intergovernamental da região para a análise das políticas públicas para a

igualdade de género, desses países. Enquanto membro da CEPAL, Portugal participou nessa Conferência. A Conferência encerrou com a aprovação do Consenso de Brasília, documento que decorre dos quatro dias de debates e negociações, bem como de duas Resoluções sobre: “A nova entidade ONU Mulheres” e “Resolução em solidariedade com o Haiti e o Chile após os terremotos”. O Consenso de Brasília reúne os acordos e compromissos dos governos dos Estados membros da CEPAL e fixa a sua agenda de acção para os próximos 3 anos.

No âmbito da **CPLP**, Portugal realizou a II Reunião de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nos dias 3 e 4 de Maio de 2010. A Conferência foi antecedida por uma reunião de Directores-Gerais, realizada a 2 de Maio 2010, que teve como objectivo discussão dos textos submetidos à Conferência, nomeadamente a Resolução Final e o Regimento Interno regulador do funcionamento da Reunião de Ministros/as responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP.

Esta Conferência surgiu da vontade manifestada pelos diferentes Estados membros da CPLP em articular de forma sistemática, estruturada e transversal a dimensão da igualdade de género na CPLP. A Conferência teve como tema “Género, saúde e violência” e visou dar uma maior visibilidade e operacionalidade às políticas de igualdade de género na construção da CPLP.

A U-RI participou na elaboração do Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (PECIGEM/CPLP), mediante a definição dos 16 Eixos de intervenção contidos no PECIGEM/CPLP e respectivos objectivos, prioridades e metodologia. Este documento foi adoptado na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da CPLP realizada a 23 de Julho de 2010, em Luanda, Angola

A U-RI participou nas reuniões do Grupo de Trabalho encarregado de executar o **Plano Nacional para a implementação da Resolução 1325** do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento 2010 - A CIG, juntamente com o IPAD e a OIM, elaborou um documento conceptual de referência que servisse de suporte à mesa redonda 2.2, subordinada ao tema “Migrações, Género e família”, incluída no FGMD, que decorreu no México em Novembro de 2010. Em consequência deste contributo, a Presidência do Fórum endereçou um convite à CIG para presidir aos trabalhos da mesa redonda.

Para além das actividades acima enunciadas e constantes do Plano de Actividades para o ano de 2010, a U-RI realizou, ao longo desse ano, numerosas outras actividades que não estavam previstas mas que exigiram o mesmo elevado trabalho de aprofundamento, o mesmo grau de rigor e um igual respeito dos prazos.

2.1.1- A CIG e o “Ano Internacional da Juventude – 2010”

Tendo em conta a importância das questões ligadas à área da Juventude, as Nações Unidas declararam 2010, o Ano Internacional da Juventude (AIJ). Tendo-se iniciado a 12 de Agosto de 2010, celebrando o Dia Internacional da Juventude, o AIJ vai acolher um número significativo de eventos internacionais e nacionais sob o tema Diálogo e Compreensão Mútuos, com vista a dinamizar o diálogo e a compreensão entre gerações e promover os ideais da paz, do respeito pelos direitos humanos, pela liberdade e pela solidariedade. A presidência do AIJ está a cargo do Instituto Português da Juventude e a CIG faz parte da Comissão de Acompanhamento do Ano estando previstas no decorrer do AIJ acções conjuntas entre a CIG e o IPJ, nomeadamente acções de sensibilização em igualdade de género e a atribuição de uma distinção a associações e/ou grupos de jovens com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas actividades por si desenvolvidas. Estas actividades irão ser realizadas no decorrer do AIJ e antes do seu *terminus* a 11 de Agosto de 2011.

2.1.2- A CIG e o “Ano Europeu contra a pobreza e exclusão social - 2010”

A CIG, enquanto membro da Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (CNA-AECPES), no âmbito da RCM nº 56/2009, de 2 de Julho, teve como missão assegurar a integração da dimensão de género na abordagem da pobreza e da exclusão social, nas iniciativas realizadas a nível nacional. Para o efeito, proporcionou momentos de reflexão e de debate, incentivou a produção de dados, desagregados por sexo sobre as mulheres em situação de pobreza e exclusão social, e elaborou instrumentos informativos/de divulgação sobre cidadania e igualdade de género. A CIG pretendeu sublinhar a relevância do combate à pobreza e exclusão social, no cumprimento dos objectivos na Decisão nº 1098/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22/10/2008, bem como na execução dos instrumentos de políticas de igualdade de género: III PNI - Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género; III PNCVD - Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e I PNCTSH - Plano Nacional de Tráfico de Seres Humanos.

Desta forma, a CIG propôs-se realizar diversas acções de sensibilização/informação/formação no Plano Nacional do AECPES, junto de públicos estratégicos, para além das previstas no Plano Nacional de Acção, procurando consolidar a mensagem de valorização dos benefícios da igualdade género no combate à pobreza e exclusão social, como fundamental para a uma sociedade inclusiva e coesa.

As actividades mais significativas foram: *Seminário de Celebração do Dia Internacional da Mulher, 8 Março; Chá com jornalistas com testemunhos de mulheres em contextos de pobreza; Seminário Internacional “Desafiar a indiferença: género, igualdade e inclusão social”; Iniciativa conjunta com o Centro Jean Monnet, Câmara Municipal de Matosinhos e outras entidades*

associadas na Comemoração do Dia da Europa, 9 Maio; Tertúlia Chapitô: Género e Exclusão Social; 3 acções formação de igualdade de género no Bairro Critico - Vale da Amoreira; 3 acções sensibilização/informação a técnicos/as do CNAI-Centro Nacional de Apoio ao Imigrante; Encontro temático com 36 elementos dos Centros de Empregos; 23 Assembleias Municipais; 60 acções de sensibilização em autarquias com protocolos com a CIG; Carrinha Exposição móvel pelo país, com parcerias (INR, ACIDI e ONG); Comemoração da diversidade: Festas de Lisboa; Conferência de Celebração do Dia Mundial contra Homofobia; 20 acções de sensibilização/formação com forças de segurança e pessoal técnico de acção social e de animação; 21 acções de sensibilização/formação em 3 autarquias do Norte do país; 5 acções de sensibilização/informação com a Rede Social de Guimarães, a Santa Casa de Vizela, a Cruz Vermelha Matosinhos e a Associação da Póvoa do Lanhoso; Relatório do Sistema de Integrado de Informação e Conhecimento (SIIC) sobre Inclusão e Desenvolvimento Social (disponível em http://195.23.38.178/siicportal/files/siic-SIIC_IDS.pdf).

Os elevados níveis de progresso, de prosperidade e bem-estar não podem coexistir com o aumento da pobreza e da vulnerabilidade das mulheres. A inclusão social permanece uma área estratégica no quadro do IV-PNI – Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação. Este novo Plano persistirá na promoção e construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e coesa.

2.2- Articulação com as orientações e estratégias dos Planos Nacionais (III PNI; III PNCVD e I PNCTSH).

2.2.1- III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género

Acções decorrentes das medidas por áreas de intervenção do III PNI:

Área 1 – Perspectiva de género em todos os domínios de política enquanto requisito de boa governação:

- 1.1. – Observatório de género.
- 1.2. Poderes públicos, administração central e local.

Área 2. – Perspectiva de género em domínios prioritários de política:

- 2.1. – Educação, investigação e formação;
- 2.2. – Independência económica;
- 2.3. – Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- 2.4. – Inclusão e desenvolvimento social;
- 2.5. – Saúde;
- 2.7. – Actividade física e desporto;

2.8. – Cultura.

Área 3 – Cidadania e género:

3.1. – Estereótipos.

3.2 – Educação para a Cidadania

3.3 – Apoio às Organizações Não Governamentais (ONG)

Área 4 – Combate à Violência de Género:

4.1. – Violência de Género.

Área 5 – Perspectiva de Género na União Europeia no plano Internacional e na Cooperação para o desenvolvimento:

5.1. – União Europeia.

5.2 - Plano Internacional

5.3 – Cooperação para o Desenvolvimento

- Acções decorrentes das medidas por áreas de intervenção do III PNI

No contexto da área 1, perspectiva de género em todos os domínios de política enquanto requisito de boa governação:

Durante o ano de 2010 prosseguiram os trabalhos do Grupo de Acompanhamento da Execução da Adenda ao Protocolo de Género (CIG, INE, CITE) (Dossiê de Género). Durante o ano, o INE procedeu à actualização dos indicadores nas várias áreas temáticas. Continuou em funções o Subgrupo de Trabalho sobre Violência de Género, composto pelas entidades que recolhem e tratam informação estatística na área da violência contra as mulheres, de forma a permitir melhorar a informação a incluir no Dossiê de Género, área Crime e Violência.

No cumprimento das medidas A, B, C, O e T da área 1.2., a CIG assegurou a coordenação dos sete Grupos de Trabalho (GT) criados para a implementação dos III PNI e III PNCVD, realizando um total de 6 reuniões de trabalho (Sob a coordenação do N-CIG: 5 reuniões com os GT da Inclusão Social; da Educação, Desporto, Cultura e Media; da Saúde e da Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação. Sob a coordenação da U-RI: 1 com o GT da Cooperação e Relações Internacionais). Realizaram-se ainda reuniões de trabalho com representantes de outras entidades que integram estes GT, de que são exemplos as reuniões no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana com a coordenação do Programa Interministerial Iniciativa Bairros Críticos, com vista a apoiar a integração da dimensão da Igualdade no trabalho que está ser desenvolvido no terreno, em cada um dos três Bairros (Vale da Amoreira, Cova da Moura e Lagarteiro).

O N-CIG assegurou a realização de uma sessão de formação sobre *A comunicação e a linguagem como mecanismos que reproduzem a desigualdade*, destinada a pessoal técnico da Câmara Municipal de Matosinhos, com a duração de 3.30h, a 16 de Fevereiro, a pedido do CESIS e no quadro do Projecto daquela Autarquia de elaboração do Plano Municipal para a Igualdade.

O N-CIG participou na Oficina de Legística sobre *A Igualdade entre Mulheres e Homens nos Actos Normativos. O Uso da Linguagem Inclusiva*, destinada a juristas, promovida pela PCM, a 8 de Julho de 2010, e coordenada por Maria do Céu da Cunha Rego.

A CIG apresentou, em Novembro, um parecer ao Conselho Nacional de Educação, sobre a *Educação dos 0 aos 3 anos*, sendo uma das entidades públicas ouvidas por aquele Conselho na Audição que realizou a 8 de Novembro de 2011.

A CIG assegurou através do N-CIG e do CEPDF, a realização de 5 workshops, num total de 9 horas, entre Março e Junho, sobre *Planos para a Igualdade*, destinados a Conselheiras e Conselheiros para a Igualdade. Organizou, ainda, 2 sessões de formação, destinadas a Conselheiras/os e às Equipas Interdepartamentais, num total de 6 horas, a cargo de duas especialistas em Igualdade de Género – Regina Tavares da Silva, que abordou o enquadramento internacional, e Maria do Céu da Cunha Rego, que trabalhou as questões legais relativas ao trabalho e à conciliação.

Ainda no âmbito da avaliação do III PNI, foi assegurada uma articulação directa com a equipa do CES, durante os meses de Outubro e Novembro, com vista a fornecer informação actualizada àquela equipa.

No cumprimento da medida L da área 1.2., assegurou-se a divulgação do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, de Graça Abranches, editado pela CIG e a sua distribuição junto das e dos representantes ministeriais e respectivas equipas interdepartamentais, bem como junto das/os conselheiras/os municipais, nomeadamente no contexto de sessões de formação sobre comunicação e linguagem inclusivas, como é o caso da Câmara Municipal de Matosinhos.

No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário de Educação, Investigação e Formação:

No cumprimento das medidas D, E e F da área 2.1., o N-CIG coordenou a publicação, *online* (Maio) e em suporte papel (Outubro), de dois Guiões de Educação sobre *Género e Cidadania* destinados, respectivamente, ao pré-escolar e ao 3º ciclo do ensino básico, bem como a

articulação com a DGIDC/ ME com vista à divulgação dos Guiões e ao acompanhamento da sua aplicação, em 2010-2011, em sete agrupamentos escolares-piloto, do continente – Agrupamentos de Ribeira do Neiva, de Fragoso, de Cantanhede, Dr. Sousa Martins (Vila Franca de Xira), D. João II (Santarém), nº de Évora e Estoi (Faro). A 1ª etapa deste acompanhamento realizou-se no primeiro período e consistiu na realização de 6 reuniões com as escolas, nas quais participaram a DGIDC/ME, as Direcções Regionais de Educação, a CIG e elementos da Direcção, do 3º ciclo e do pré-escolar dos Agrupamentos-piloto. Com excepção dos Agrupamentos da DRE do Norte, que participaram na mesma reunião (Agrupamentos de Ribeira do Neiva e Fragoso), realizou-se uma reunião com cada Agrupamento, na escola sede ou nas instalações da respectiva DRE.

A CIG participou, através do N-CIG, com o GSEI/PCM, na preparação conjunta, com o Gabinete da Ministra da Educação e a DGIDC/ME, da sessão pública de apresentação dos Guiões, realizada a 31 de Maio, na escola Josefa d'Óbidos, em Lisboa. A Sessão contou com a presença da Ministra da Educação, da Secretária de Estado da Igualdade, da Presidente da CIG, da Directora Adjunta da DGIDC e das duas Coordenadoras dos Guiões que apresentaram a versão online dos Guiões, disponibilizada no site da CIG a partir dessa data. Em directa articulação com a DGIDC, o N-CIG assegurou a preparação da distribuição dos Guiões em suporte papel por 530 bibliotecas escolares.

Em 2010, o N-CIG coordenou a produção de dois Guiões de Educação *Género e Cidadania*, respectivamente, para o 1º e o 2º ciclos do ensino básico, em curso até Maio de 2011, definindo a calendarização do processo e as fases de consultoria externa, com recurso a peritas/os em Igualdade de Género e em Educação, e de apreciação pela DGIDC no que se refere à adequação dos Guiões ao currículo. Os dois novos Guiões seguirão a estrutura dos Guiões já editados pela CIG, terão em comum o capítulo teórico relativo a *Género e Cidadania* e, com o Guião do 3º ciclo, terão, ainda, em comum o capítulo teórico sobre *Género e Currículo*.

No âmbito do protocolo firmado com a Escola Secundária com 2/3 EB Prof. Reynaldo dos Santos o N-CIG assegurou a realização de uma sessão sobre *Comunicação e Linguagem Inclusivas* que ocupou a reunião mensal do Conselho Pedagógico do Agrupamento, realizada a 25 de Fevereiro. Na sequência desta sessão, onde participaram, a título excepcional docentes com funções de coordenação de projectos e da biblioteca, bem como elementos do corpo não docente, formou-se neste Agrupamento um grupo de trabalho para a revisão de todos os instrumentos de comunicação utilizados nas escolas do Agrupamento.

No quadro do mesmo protocolo e da parceria da CIG no Projecto LIGO da Escola Prof. Reynaldo dos Santos, o N-CIG participou no Debate que se seguiu à Sessão sobre Mutilação Genital Feminina, realizada a 1 de Março, na Biblioteca da escola sede. Estiveram presentes cinco turmas do ensino secundário.

No início do ano lectivo de 2010-2011 a CIG esteve presente na Sessão de Entrega do Certificado de Mérito *Mariana da Assunção da Silva*.

O N-CIG assegurou a organização e a revisão de conteúdo da publicação *Adelaide Cabete*, de Isabel Lousada.

No âmbito da formação de grupos estratégicos, o N-CIG assegurou a articulação com a ERTE/DGIDC/ME, com vista ao desenvolvimento de duas iniciativas no âmbito do Projecto Sacausef: a formação de docentes da Bolsa de Validadores/as de Recursos Educativos Digitais (RED), do Portal das Escolas, e a organização de mais uma publicação Cadernos Sacausef, sobre esta temática. Nesse sentido, o N-CIG procedeu à elaboração da estrutura e da identificação das pessoas autoras de cada artigo e encetou os contactos com o CEMRI da Universidade Aberta a fim de ser este o responsável pela coordenação científica da publicação. Procedeu, ainda, à preparação do protocolo a estabelecer entre as três entidades (CIG, DGIDC e Universidade Aberta) o qual não chegou a ser firmado por desistência da DGIDC.

Realizou, ainda, duas Oficinas de Formação sobre *Género e Recursos Educativos Digitais*, na modalidade *b-learning*, num total de 100 horas, abrangendo cerca de 40 formandos/as, procedendo à formação da equipa formadora, elaboração dos conteúdos da formação, manutenção da página da plataforma Moodle, da DGIDC, através da qual se realizaram as duas Oficinas e concretização das sessões presenciais (4 sessões num total de 25h), a coordenação dos 10 fóruns de discussão e a realização dos dois *chats* síncronos que decorreram entre Setembro e Dezembro, em Lisboa e no Porto.

No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário da Independência económica:

No âmbito do Grupo de Trabalho “Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao domínio da Independência Económica (2.2). No cumprimento das medidas A, B, D, E, J e K. foram realizadas as seguintes actividades:

- Workshop “Empreendedorismo Feminino – uma solução no combate à crise”.
- Seminário *Mulheres + Empreendedorismo = Inovação x Crescimento* e celebração de protocolo entre a CIG e a CASES no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito destinado apoiar a criação de projectos empresariais de pequena dimensão e a criação de novos empregos, inserido no quadro das políticas activas de emprego e empreendedorismo feminino. Decorreu na AIP- Centro de Congressos de Lisboa, no dia 20 de Setembro de 2010. Organização da logística do evento.
- Representação no XXI CIME-Congresso Ibero-Americano de Mulheres Empresárias, organizado pela APME e financiado pela CIG em Outubro de 2010;

- Parecer e pedido de representação da CIG na Comissão Europeia - “The European Network to promote Women’s Entrepreneurship – WES”.
- Acompanhamento da Rede “Ser Empreendedor@”, cujo objectivo foi fomentar o empreendedorismo feminino, mobilizar as mulheres desempregadas para o auto-emprego, bem como a divulgação de casos de sucesso.
- Acompanhamento da RSO - Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações através de reuniões de trabalho e divulgação da informação sobre planos para a igualdade nas empresas e empreendedorismo feminino.
- Representação no Workshop nº 3 - A Responsabilidade Social das Organizações na perspectiva de género, promovido pela Câmara Municipal de Loures e CECOA, no âmbito da Conferência Final do Projecto SOCIALSME – Promover a sustentabilidade e a Responsabilidade Social das PME através da aprendizagem, em 16 de Setembro de 2010, iniciativa da RSO.
- Representação como membro efectivo na 2ª Convenção da RSO- Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações, na Câmara Municipal de Loures em 14 de Abril de 2010.
- Representação na 5ª Semana da Responsabilidade Social - Maio de 2010, com a divulgação de publicações da Comissão, em particular o guião implementação de planos para a igualdade nas empresas (ISCTE/CIG);
- Representação no Fórum da Responsabilidade Social das Organizações, promovido pela AIP, em Outubro de 2010.
- Representação no Encontro “Responsabilidade Social das Empresas” – 10 anos de Rede Social – Vila Franca de Xira.
- Acompanhamento das reuniões de trabalho do Comité Técnico da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) para a criação de uma “norma guia de qualidade sobre organizações familiarmente responsáveis” na promoção da conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional.
- Representação no Encontro sobre “As organizações, a diversidade e a inclusão” promovido pela GRACE-Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial”, no Taguspark a 15 Dezembro de 2010.
- Representação no Seminário final do Projecto “Efeito de Halo” no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, promovido pela Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento, no auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras em Dezembro de 2010.
- Celebração de dois Protocolos que visam facilitar o acesso das mulheres ao microcrédito, um com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, a Associação Nacional de Direito ao Crédito e a Associação Nacional das Empresárias e um outro com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.
- Representação (após entrada em vigor da Lei orgânica da CITE) em 22 reuniões deliberativas da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), tendo

em vista, designadamente, a aprovação de pareceres relacionados com procedimentos de despedimento de grávidas, puérperas e lactantes, bem como relativos à protecção dos direitos parentais previstos na lei.

Para cumprir a medida L do III PNI, organizou-se o Prémio “Igualdade é qualidade”. Este Prémio foi lançado pela 1.ª vez em 2000 com o objectivo estratégico de prestigiar as empresas, cooperativas, associações e outras entidades sem fins lucrativos que se diferenciam pelo desenvolvimento de políticas exemplares e por boas práticas no âmbito da igualdade de género e da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Em 2010 a responsabilidade do Prémio (até então promovido pela CITE) passou a ser co-partilhada pela CIG e co-financiada pela tipologia de Intervenção 7.5 do Eixo 7 – Igualdade de Género do POPH. Lançada a 9.ª edição (correspondente ao biénio 2008/2009) em Maio de 2010 foram recepcionadas 19 candidaturas, que após avaliação foram seleccionadas 6 entidades premiadas em 2010: Ciclo Fabril-Indústrias Metalúrgicas, S.A.; Espaço T – Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária; Gebalis-Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M.; INCM-Imprensa Nacional – Casa da Moeda; Nova Gráfica de Amaral Rodrigues Resendes & Medeiros, Lda e os Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, que receberam a Menção Honrosa “Igualdade é Qualidade” em 2010.

No contexto da área 2, perspectiva de género em domínios prioritários de política e no âmbito do domínio prioritário Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal:

No âmbito do Grupo de Trabalho “Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao Domínio da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (2.3).

No cumprimento das medidas A, B, C da área 2.3. a CIG realizou as seguintes actividades:

- Acompanhamento da Comissão para as Políticas de Família, através de reuniões de trabalho, contributos para o *site* da Família e articulação das políticas públicas de família, igualdade e conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional.
- Acompanhamento da INIA – Iniciativa para a Infância e Adolescência, da Secretária de Estado Adjunta e de Reabilitação (2009-2010), cujo contributo foi articulação dos instrumentos políticos dos Ministérios na área da família, igualdade de género, em particular a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.
- Acção de sensibilização/informação sobre famílias, no âmbito da Comemoração do “Dia Internacional da Mulher - 8 Março – A conciliação entre a Vida Familiar e Profissional” na Escola E.B.2,3 Vieira da Silva, dirigido a discentes do 5º ano de escolaridade.
- Comemoração do Dia Internacional da Família no Estádio do Jamour, onde se procedeu à divulgação de materiais da CIG e da Comissão para as Políticas de Família, estiveram

presentes SE as Secretárias de Estado da Igualdade, da Reabilitação e o Coordenador do Ano Europeu no Combate à Pobreza e Exclusão Social.

- Coordenação do portal “Universos de conciliação” do projecto “Conciliar é Preciso”, com informação sobre práticas inovadoras na área da conciliação, tendo sido validados 380 conteúdos e contabilizados 150.622 visitantes.
- Três acções sensibilização/informação sobre “Parentalidade e a Diversidade” dirigida a técnicos/as do CNAI-Centro Nacional de Apoio ao Imigrante;
- Acção de sensibilização/informação sobre “a Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal” dirigido a pessoal da rede social do Bairro Vale da Amoreira;
- Promoção de um encontro temático sobre Cidadania e Igualdade de Género com 36 elementos dos Centros de Empregos;
- Acompanhamento das reuniões e concepção de conteúdos no projecto medida SIMPLEX - Balcão - Vamos ter uma Criança – Portal do Cidadão durante os meses de Maio a Dezembro de 2010.

No contexto da área 3, cidadania e género e no âmbito do domínio prioritário dos Estereótipos, refere-se que, todo o trabalho desenvolvido pelo N-CIG, e em especial nas áreas da Educação, Investigação, Ensino Superior, Conciliação e Desporto, têm como eixo estruturante a eliminação dos estereótipos de género e visam, de forma sistemática e continuada, a integração da dimensão de género na educação para a cidadania. A formação de grupos estratégicos, e de forma muito particular de docentes, teve como finalidade a eliminação dos estereótipos de género, quer nas práticas quotidianas, com especial relevo para as educativas, quer nas culturas organizacionais das diversas instituições, e de modo muito particular na cultura organizacional escolar.

No cumprimento das medidas G, J, M da área 3.1 a CIG deu parecer e reencaminhou 2 queixas para a Direcção-Geral do Consumidor e 1 queixa para a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, no que respeita a situações de discriminação nos meios de comunicação social e de publicidade discriminatória, bem como fez as devidas recomendações às empresas infractoras.

Também, neste âmbito, a CIG e o CENJOR, com o apoio do GMCS, prepararam a 2ª edição do Seminário Formativo “Género e Informação”, que teve lugar em Coimbra em Março de 2010. Procurou-se com este Seminário a sensibilização e formação de jornalistas e profissionais para algumas problemáticas directamente relacionadas com a integração da perspectiva de género no jornalismo e na comunicação social.

No âmbito do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, o N-CIG organizou, o Seminário Internacional *Desafiar a Indiferença: género, igualdade e inclusão social*, promovido pela CIG e realizado no dia 25 de Junho, na Fundação Calouste Gulbenkian.

No quadro do I Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, o N-CIG organizou o Seminário Internacional *Pelo Fim da Mutilação Genital Feminina*, de iniciativa do Grupo de Trabalho Intersectorial daquele Programa, que teve lugar em Lisboa no dia 8 de Fevereiro.

No contexto da área 3, Cidadania e género e no âmbito do domínio prioritário da Educação para a Cidadania:

No cumprimento das medidas B e G da área 3.2., a CIG promoveu o procedimento da concepção de um Guião Pedagógico sobre Género e Cidadania destinado aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, o qual dará sequência ao Guião já produzido e destinado à educação pré-escolar e ao 3.º ciclo do ensino básico.

No âmbito da área 3.3. (Apoio às Organizações Não Governamentais (ONG) a CIG:

- Elaborou projectos de diploma relativos à Declaração de utilidade pública das Organizações Não Governamentais de Mulheres e ao Estatuto de Conselheiros e Conselheiras das ONG do Conselho Consultivo da CIG;
- No que respeita à subvenção prevista no art.º 16.º do Decreto-Lei nº 246/98 e após análise dos projectos submetidos à CIG, concedeu apoio financeiro a 5 Projectos apresentados por 5 ONG presentes no Conselho Consultivo da CIG.

- Actividades desenvolvidas mas não previstas no Plano de Actividades

- Realização de uma Sessão de Formação sobre *Comunicação e Linguagem Inclusivas* a 20 de Março, destinada ao conjunto de técnicos e de técnicas da ESDIME, num total de 20 pessoas, com a duração de 3 horas.
- Organização conjunta, pelo N-CIG e DRN, em directa articulação com as Conselheiras Municipais, de 4 sessões de apresentação pública do livro *Desporto na Escola*, em Vila Verde, Valongo e Barcelos, durante os meses de Março e Abril.
- Participação no Programa *Sociedade Civil*, de 8 de Março, realizado pela RTP2.
- Apresentação de comunicação sobre “Género e Educação. Uma prioridade, um desafio”, nas XV Jornadas da Prática Profissional *Ética e Educação*, de 20 Outubro, promovidas pela Escola Superior de Educação de Santarém.
- Participação na Audição promovida pelo Conselho Nacional de Educação a 8 de Novembro de 2011, sobre a *Educação dos 0 aos 3 anos*.
- Apresentação de comunicação sobre Representações de Género de Imagens de Manuais de História, no Workshop sobre Representações de Género do VI Seminário *Imagens da Cultura/Cultura das Imagens*, no dia 1 Junho, na Universidade Portucalense, Porto, promovido pelo CEMRI da Universidade Aberta.

- Actividades realizadas com financiamento QREN

No âmbito da tipologia 7.1

A medida 1.1. da área estratégica de intervenção “Perspectiva de Género em todos os Domínios de Política enquanto requisito de Boa Governação” do III PNI prevê que se assegurem as condições físicas e técnicas para a implementação de um Observatório de Género.

A necessidade de reunir um conjunto disperso de informação sobre igualdade de género e de recolher em permanência dados sobre esta temática, foi o mote para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação e Conhecimento (SIIC) que funcionará, também, como Observatório de Género. Este projecto concluído em 2009 pretende funcionar como um sistema de suporte, recolha, gestão, tratamento, análise e difusão de informação relativa às desigualdades e à situação comparada, em domínios da vida política, social, económica e cultural, entre homens e mulheres, permitirá articular todos os dados qualitativos e quantitativos disponíveis e recolher outros. Este sistema funcionará ainda como suporte de informação e formação para diversos públicos.

Ao longo de 2010, através do recurso à aquisição de serviço externo, foi possível iniciar a manutenção da plataforma SIIC, sendo, de resto, apresentados relatórios temáticos, bem como havendo a incorporação de dados na dita plataforma.

O Portal para a Igualdade continuou o seu objectivo de apoiar e promover a concretização das políticas da igualdade entre homens e mulheres, incluindo o *mainstreaming* de género, tornando a informação acessível a todas as pessoas. Este sítio reúne informação diversa sobre a igualdade de género nas várias vertentes e dá a conhecer os mecanismos e instrumentos para a sua implementação, quer na Administração Central como Local, empresas e ONG, quer no contexto nacional e internacional.

Editou-se no decurso de 2010, o estudo sobre a temática específica do Empreendedorismo das Mulheres Imigrantes em Portugal, efectuado pela OIM, que decorreu da necessidade de aprofundar o conhecimento das estratégias empresariais das mulheres imigrantes em Portugal no tocante à sua extensão, intensidade e configuração, de modo a permitir a definição de políticas e acções tendo em conta a dimensão de género, partiu da premissa que a realidade do empreendedorismo das imigrantes é complexa e pluridimensional e de que a sua análise pode ser feita sob diferentes abordagens, consoante o tipo de informação e de variáveis que se considerem.

Editou-se também, o estudo sobre discriminação em função da orientação sexual e identidade de género em Portugal realizado pela TecMinho (Universidade do Minho) que pretendeu dar a conhecer questões associadas a este domínio, constituindo-se como o primeiro grande estudo realizado a nível nacional.

2.2.2- III Plano Nacional contra a Violência Doméstica

A CIG tem por missão a coordenação, execução e acompanhamento do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica. Ao nível operacional, essa missão está atribuída ao Núcleo Violência Doméstica/Violência de Género (N-VDVG).

Este Plano, a vigorar entre 2007 e 2010 prevê cinco áreas estratégicas de intervenção, a saber: 1) Informar, Sensibilizar e Educar; 2) Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimização; 3) Capacitar e Reinserir as Vítimas de Violência Doméstica; 4) Qualificar os Profissionais; 5) Aprofundar o conhecimento do fenómeno da Violência Doméstica.

As actividades previstas no Plano de Actividade da CIG para 2008 integram-se, assim, nas diversas áreas de intervenção nele consignadas, tal como seguidamente se apresenta:

Área 1. - Informar, Sensibilizar e Educar:

- Participação em acções de sensibilização
- Participação em Encontros Científicos
- Elaboração de materiais informativos recorrendo às novas tecnologias de informação
- Implementar Campanhas e Acções de Sensibilização às comunidades locais
- Promover Campanha Nacional contra a Violência Doméstica/Campanha de Sensibilização contra a Violência no namoro
- Projecto “Direitos e Desafios” (PROGRIDE)
- Projecto “Body Shop”
- Criar prémio nacional/trabalho literário
- Criar prémio nacional/comunicação social
- Elaborar e divulgar materiais informativos e pedagógicos para integrar projecto educativo do agrupamento.

Área 2. - Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimização

- Linha SIIVD (Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica)
- Implementar no âmbito de cada ARS uma experiência-piloto
- Criar Fóruns Nacionais coordenados pela CIG
- Expandir a Rede Nacional de Núcleos de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

- Implementar Grupos de Ajuda Mútua
- Definir e implementar programas de prevenção de reincidência para agressores
- Gabinete de Apoio Jurídico e Psicossocial

Área 3 - Capacitar e Reinserir as Vítimas de Violência Doméstica

- Favorecer a integração social das vítimas

Área 4 - Qualificar os Profissionais

- Dinamização de Grupos de Trabalho e Projectos promovidos pela CIG
- Promoção do Encontro de Casas Abrigo da Região Norte
- Promover a qualificação inicial e contínua dos profissionais de acção social e das organizações da sociedade civil
- Formação a técnicas/os superiores dos cinco Centros Distritais de Segurança Social
- Conceber Guias de Boas Práticas dirigidos a profissionais das diversas áreas de intervenção
- Formação de agentes externos
- Apoio técnico através da partilha de experiências e troca de informação e formação à Equipa da Casa Abrigo VERA VIDA
- Acompanhamento de um estágio curricular de Psicologia
- Promover a qualificação de operadores judiciais.

Área 5 - Aprofundar o conhecimento do fenómeno da Violência Doméstica

- Sistema integrado de informação e monitorização
- Grupo de trabalho intersectorial sobre a mutilação genital feminina
- Avaliar os níveis de satisfação das pessoas beneficiárias das respostas sociais.

Execução das actividades previstas no Plano de Actividade da CIG – 2010, segundo áreas do III PNCVD

A CIG tem por missão a coordenação, execução e acompanhamento do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD). Ao nível operacional, essa missão está atribuída ao Núcleo Violência Doméstica/Violência de Género (N-VDVG).

Este Plano, a vigorar entre 2007 e 2010 prevê cinco áreas estratégicas de intervenção, a saber: 1) Informar, Sensibilizar e Educar; 2) Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimização; 3) Capacitar e Reinserir as Vítimas de Violência Doméstica; 4) Qualificar os Profissionais; 5) Aprofundar o conhecimento do fenómeno da Violência Doméstica.

As actividades previstas no Plano de Actividade da CIG para 2010 integram-se, assim, nas diversas áreas de intervenção nele consignadas, tal como seguidamente se apresenta.

De sublinhar que o 2º semestre de 2010 foi marcado ainda pelo desenvolvimento de actividades de suporte a:

- Avaliação interna da implementação do III PNCVD (2007/2010)
- Apoio à equipa responsável pela avaliação externa do III PNCVD
- Preparação do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011/2013)
- Preparação do IV Plano Nacional para a Igualdade, designadamente no que concerne à área 2.9 – Violência de Género, as quais implicaram um amplo envolvimento de toda a equipa técnica do NVDVG.

Execução das actividades previstas no Plano de Actividade da CIG – 2010, segundo áreas do III PNCVD

Área 1 – Informar, sensibilizar e educar

As actividades desenvolvidas no âmbito da área estratégica 1 visaram dar cumprimento a objectivos como a promoção de valores de igualdade e de cidadania que diminuam a tolerância social e a aceitação de uma cultura de violência; a eliminação de estereótipos e de crenças e a alteração das representações de género e dos valores que têm suportado a existência de relações assimétricas. As acções de sensibilização e a mobilização da sociedade civil constituíram uma estratégia central para a prossecução destes objectivos.

Durante o ano de 2010 o N-VDVG dinamizou aproximadamente 50 sessões de sensibilização junto de públicos estratégicos – adolescentes, profissionais de diversas áreas, comunidade em geral – em áreas como a prevenção da violência nas relações de namoro, a violência nas relações de intimidade, violência doméstica e saúde, entre outras.

Durante o ano estiveram em curso duas campanhas nacionais contra a Violência Doméstica: a 1ª, lançada já em 2009, subordinada ao Tema “MaltratoZero” – e a 2ª, lançada em Novembro de 2010, cujo enfoque foram as novas medidas de controlo penal do agressor e as novas medidas de protecção à vítima. Paralelamente a estas duas Campanhas foi ainda lançada a Campanha “Mostra o Cartão Vermelho à Violência Doméstica”.

No que se refere à produção de materiais pedagógicos e ao envolvimento das comunidades educativas na prevenção da violência e na promoção de uma sociedade assente em relações paritárias e saudáveis, o N-VDVG, em parceria com a Direcção-geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, levou a cabo o Concurso nacional “Pensar os Afectos, Viver em Igualdade” dirigido a alunos/as do 1º ao 12º anos, que culminou com a entrega dos respectivos prémios pecuniários em Julho de 2010.

Ainda numa óptica de construção de materiais de suporte à prevenção primária do fenómeno, em colaboração com o Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P., no âmbito do projecto “Eu e os Outros”, foi construído um material interactivo de prevenção das relações de namoro violentas. Este material pretende constituir-se como uma ferramenta de trabalho para educadores/as, animadores/as e outros agentes que intervenham com população adolescente.

No âmbito do Projecto transnacional “Prevenir a violência de género em jovens adultos” (Projecto *Grundtvig*, com parceiros de França, Espanha e Itália), o N-VDVG esteve representado em 4 seminários internacionais com o objectivo de elaborar materiais de suporte a actividades de prevenção primária dirigidas a adolescentes. Em Julho de 2010 realizou-se o Seminário em Lisboa, com organização do N-VDVG e onde participaram cerca de 20 Técnicos/as daqueles países. Foi igualmente uma oportunidade de partilha de boas práticas nacionais em matéria de prevenção primária.

Área 2 - Proteger as vítimas e prevenir a revitimação

As actividades desenvolvidas pelo N-VDVG concorreram para os objectivos definidos nesta área estratégica: adequação das respostas sociais às especificidades das vítimas, alargamento da rede social de protecção, implementação de outras respostas integradas de base comunitária dirigidas à redução dos efeitos negativos da vitimação e experimentação de novas metodologias de controlo penal.

Neste sentido, durante o ano de 2010 foram levadas a cabo as seguintes actividades/projectos:

- Acompanhamento técnico da Rede Nacional de Núcleos de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica. Neste âmbito destaque-se, para além das reuniões periódicas de acompanhamento, a reformulação dos Protocolos de Viseu e Castelo Branco, com a inclusão de novos parceiros, designadamente ao nível da entidade responsável pelo atendimento directo às vítimas.
- Projecto “Quebrar Amarras – Grupo de Ajuda Mútua”, desenvolvido no âmbito da Tipologia 7.7 do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e que visa proporcionar uma resposta terapêutica grupal a vítimas de Violência Doméstica.
- Projecto “Vigilância Electrónica para Agressores Domésticos”, em parceria com a Direcção-geral de Reinserção Social, no âmbito da Tipologia 7.7 do POPH, dirigido a agressores domésticos sujeitos a medida judicial de afastamento.
- Projecto “Programa para Agressores Domésticos”, também em parceria com a Direcção-geral da Reinserção Social (Tipologia 7.7 do POPH), para agressores domésticos no âmbito da Suspensão Provisória do Processo ou Suspensão da Execução da Pena.

- Projecto “Teleassistência a Vítimas de Violência Doméstica” (Tipologia 7.7 do POPH).
- Acompanhamento dos projectos a decorrer nas Administrações Regionais de Saúde do Centro, Norte, Alentejo e Algarve, em parceria com outras entidades públicas de dimensão regional (Tipologia 7.7 do POPH), e que visam a criação de uma rede integrada de serviços multidisciplinares de detecção, encaminhamento e intervenção.
- Reuniões de preparação e posterior implementação da parceria estabelecida entre a CIG, a Coordenação Nacional da Saúde Mental e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.
- Participação e dinamização de actividades no âmbito da Rede Integrada de Intervenção na Violência Doméstica da Amadora, designadamente no que respeita ao envolvimento dos profissionais de saúde do Hospital Fernando Fonseca e dos Agrupamentos de Centros de Saúde daquele concelho.
- Participação e dinamização de actividades desenvolvidas no âmbito da Rede de Intervenção em Violência Doméstica de Sintra.
- Apoio e consultoria técnica a entidades da sociedade civil e a autarquias, em matéria de violência doméstica/violência de género, sempre que solicitado.
- Preparação da formalização da parceria entre a CIG, a Coordenação Nacional de Saúde mental, a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens e Direcção-geral de Saúde.
- Emissão de pareceres técnicos sobre Regulamentos das Casas de Abrigo que integram a rede pública.
- Resposta às solicitações provenientes do Gabinete de SE a Secretária de Estado para a Igualdade, designadamente ao nível da criação de respostas de emergência para vítimas de Violência Doméstica e ao nível de critérios para a regulamentação da rede nacional de apoio a vítimas de Violência Doméstica (conforme prevista na Lei 112/2009 de 16 de Setembro).
- Atendimento telefónico no Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica - SIVVD, de 2ª a 4ª feira, inclusive. Numa óptica de melhoramento do serviço prestado, as Técnicas do N-VDVG fizeram um curso de formação subordinado à temática do Atendimento e Aconselhamento telefónico, em colaboração com a Associação para o Planeamento da Família.
- Prestação de apoio jurídico presencial, telefónico e via *e-mail* a situações de violência doméstica/violência de género.
- Construção e permanente actualização da Base de dados das Notificações de atribuição do Estatuto de Vítima e das decisões finais processuais.
- Actualização constante do Guia de Recursos relativo às estruturas de apoio à vítima que suporta a actividade do SIVVD.

Área 3 - Capacitar e reinserir as vítimas de violência doméstica

No que concerne a esta área estratégica de intervenção, destaque-se a participação de uma Técnica do N-VDVG no grupo de trabalho constituído ao nível do Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade para a discussão de critérios para a atribuição privilegiada de fogos de habitação social a vítimas de Violência Doméstica.

Área 4 - Qualificar os profissionais

As actividades desenvolvidas nesta área visaram dar resposta aos objectivos preconizados para a mesma: capacitar os profissionais envolvidos no atendimento a vítimas e agressores, dotando-os de competências profissionais e pessoais mais adequadas.

Durante o ano 2010 o N-VDVG assumiu directamente a formação de aproximadamente 140 técnicos/as (de Portugal Continental e Açores) nas 7 acções de formação subordinadas ao tema “Violência nas Relações de Intimidade” (30 Horas cada acção).

Paralelamente, em parceria com a Direcção-geral da Administração Interna, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, nos meses de Outubro e Novembro, foi implementado um programa de formação para órgãos de polícia criminal sobre as temáticas do “Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica” e “Avaliação de Risco”, que abrangeu aproximadamente 420 profissionais de todo o país.

No âmbito do Projecto “Quebrar Amarras” (já anteriormente referido) foram realizadas duas acções de formação sobre a metodologia de Intervenção em causa, em que participaram cerca de 60 técnicos/as.

Ao abrigo do protocolo estabelecido com a Coordenação Nacional para a Saúde Mental e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo foi levada a cabo uma acção de sensibilização, que contou com a presença de 100 profissionais de saúde, e uma acção de formação posterior que abrangeu 40 Técnicos/as.

Os projectos que se encontram a decorrer nas Administrações Regionais de Saúde do Algarve, Alentejo e Centro contemplaram, nos respectivos planos de actividades de 2010, acções de formação sobre Violência Doméstica dirigidas aos profissionais das redes regionais de detecção, encaminhamento e intervenção.

Área 5 - Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno

No que se refere a esta área estratégica, destacam-se as seguintes actividades, desenvolvidas ao longo do ano em análise:

- Articulação com a Universidade Aberta, com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

- da Universidade Nova de Lisboa ao nível da disponibilização de dados quantitativos e qualitativos acerca do fenómeno da Violência Doméstica/Violência de Género.
- Articulação com Organizações Não Governamentais ao nível da disponibilização de dados quantitativos e qualitativos acerca do fenómeno da Violência Doméstica/Violência de Género, no âmbito de projectos internacionais.
 - Participação de uma Técnica do N-VDVG no *Advisory Committee Working Group on Violence Against Women*, no quadro da Comissão Europeia.
 - Participação de uma Técnica do N-VDVG no *Daphne Committee* (Programa Financeiro, no quadro da Comissão Europeia).
 - Participação de uma Técnica do N-VDVG no I Encontro transfronteiriço sobre Violência de Género Algarve/Andaluzia.

Outras actividades

Durante o ano de 2010, e para além da actividade mais directamente relacionada com a implementação do III PNCVD e com a preparação do IV PNCVD, a CIG levou a cabo outras actividades das quais importa dar conta:

- Integração de estagiários/as académicos/as, especificamente da Universidade Aberta e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Preparação da 2ª Fase de Candidaturas à Tipologia 7.7 do Programa Operacional Potencial Humano.
- Colaboração com investigadores/as que solicitaram apoio técnico à CIG, em matéria de Violência Doméstica.

2.2.3- I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos

O I PNCTSH foi estruturado segundo um modelo que define quatro áreas estratégicas de intervenção a partir das quais surgem as respectivas medidas para a sua operacionalização. A todas estas medidas estão associadas as entidades responsáveis pela sua execução, os indicadores de processo e os indicadores de resultado. A nível operacional, a coordenação do I PNCTSH foi atribuída ao Delegado Regional do Norte.

As quatro áreas estratégicas de intervenção antes referidas são: 1) Conhecer e disseminar informação; 2) Prevenir, sensibilizar e formar; 3) Proteger, apoiar e integrar; 4) Investigar criminalmente e reprimir o tráfico.

A implementação do I PNCTSH concretizou-se através do desenvolvimento dos seguintes projectos, assegurados pela DRN:

- **Projecto TRM-EU (*Transnational Referral Mechanism in EU*)**

Este projecto tem como objectivo desenvolver e implementar um mecanismo de referência transnacional de vítimas de tráfico entre países de destino e de origem, contribuindo, desta forma para uma resposta mais sustentável e eficaz no combate ao tráfico de seres humanos. Os países envolvidos são: Portugal, Itália, Hungria, República Checa, Roménia, Albânia, Macedónia e Bulgária. Foram realizadas no âmbito deste projecto as seguintes actividades:

- Preparação e realização da última conferência transnacional com vista à validação dos mecanismos de referência transnacionais, que decorreu em Fevereiro de 2010, pelo que o projecto está encerrado.

- **Projecto “Promoting Transnational Partnerships – Preventing and Responding to Trafficking in Human Beings from Brazil to EU Member States”**

Este projecto visa aprofundar o desenvolvimento de mecanismos para a assistência a vítimas, troca de boas práticas entre os países participantes e cooperação bilateral e multilateral, com o envolvimento activo de ONG, instituições governamentais e actores envolvidos na investigação na área do combate ao tráfico de seres humanos, tanto a nível nacional como transnacional e neste âmbito foram realizadas as seguintes actividades: Estabelecimento de contactos com os gestores do projecto no sentido de definir a participação da CIG e respectivas actividades; Realização de entrevistas a actores chave na área do Tráfico de Seres Humanos; Elaboração do relatório sobre a situação do TSH em Portugal, assim como revisão e comentários ao relatório traduzido para inglês; apresentação dos dados preliminares da pesquisa portuguesa efectuada no âmbito do projecto no side event do 12º Congresso Mundial do Crime em Salvador da Bahia, Brasil.

- **Projecto Itineris**

Projecto aprovado desde Outubro de 2010 que visa promover uma abordagem compreensiva que possa facilitar a imigração legal, com uma componente de formação em TSH e em boas práticas entre os OPC envolvidos nas temáticas da imigração.

- **Projecto “ReACT: Research, Assistance, Communication, Training. Enhancing joint action against trafficking for labour exploitation - EC Program “Prevention of and fight against crime”** (aguarda aprovação), cujos objectivos são:

- Estabelecer uma estrutura transnacional de cooperação entre focal points nos países de origem e destino;

- Criar uma rede nacional entre estruturas públicas, operadores judiciais sindicatos, inspectores laborais, ONG, no sentido do desenvolvimento de guidelines para a identificação e assistência de vítimas de tráfico para fins de exploração laboral formação recorrendo a seminários e formação de formadores;
- Apoiar a elaboração e disseminação de campanha de sensibilização;
- Participação em Seminários Internacionais e nos encontros do Projecto.

É ainda de realçar a participação da CIG na formação a cerca de 60 inspectores laborais, organizada pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos, a representação ao nível das diferentes organizações internacionais (União Europeia, OSCE, Conselho da Europa, EPSCO e ONU), assim como a participação no grupo técnico de revisão do Manual da UNODC.

Desenvolveu-se ainda o relatório externo de execução das medidas do I PNCTSH, realizado pelo CES – Centro de Estudos Sociais, assim como também um relatório interno de execução das medidas propostas ao nível do plano nacional. Ambos estão disponibilizados no sítio da CIG, na parte relativa ao Tráfico de Seres Humanos.

Além das acções já descritas nos projectos acima referidos, foram ainda realizadas outras actividades no âmbito deste plano, nomeadamente colaboração em acções de formação promovidas pela GNR, OIM, UMAR e APF sobre a problemática do tráfico de seres humanos. Foram igualmente desenvolvidas acções de sensibilização através da participação em iniciativas promovidas por várias entidades.

2.3- Articulação com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Tal como se referiu em anterior ocasião deste Relatório, em 2008 foi conferida à Presidente da CIG a coordenação da aplicação dos processos de candidatura aos financiamentos no âmbito do Eixo 7 do Programa Operacional do Potencial Humano do QREN. Esta coordenação continuou em 2009 e em 2010.

No âmbito do contrato de delegação de competências celebrado entre o POPH e a CIG, foi constituído um Secretariado Técnico para a Igualdade (STI) através do Despacho n.º 17133/2008, de 25 de Junho que depende da Presidente da CIG.

Os objectivos do Eixo 7 do POPH estão em total consonância com a missão e atribuições da CIG: i)- *Aumentar a eficiência dos instrumentos de política pública na promoção da igualdade de género e do seu sistema de governação;* ii)- *Reforçar o papel da Sociedade Civil como agente estruturante para a igualdade de género;* iii)- *Difundir os valores da igualdade de género através da educação e informação;* iv)- *Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho, assumindo a prioridade de combater a segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho e a desigualdade salarial;* v)- *Promover a*

conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, dando prioridade à criação de condições de paridade na harmonização das responsabilidades profissionais e familiares; vi)- Prevenir a violência de género, incluindo a violência doméstica e o tráfico de seres humanos.

- O Eixo 7 é constituído por sete tipologias de intervenção, as quais, por razões operacionais ao nível interno [da CIG] foram subdivididas em dois grupos: tipologias “fechadas” e tipologias “abertas”.
 - No caso das tipologias “fechadas”, cuja Entidade beneficiária é a CIG, estão as seguintes: i)- Tipologia 7.1 - *Sistema estratégico de informação e conhecimento*; ii)- Tipologia 7.5 - *Sensibilização e divulgação da igualdade de género e prevenção da violência de género*; iii)- Tipologia 7.7. – *Projectos de intervenção no combate à Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos*.
 - No caso das tipologias “abertas” cuja gestão é contratualizada com a CIG como Organismo Intermediário podemos considerar: i)- A tipologia 7.2 - *Planos para a igualdade*; ii)- A tipologia 7.3 - *Apoio técnico e financeiro às ONG*; A tipologia 7.4 - *Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos na área da igualdade de género e prevenção da violência de género*; iii)- A tipologia 7.6 - *Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades geridas por mulheres*).
- Estas tipologias de intervenção estão também replicadas no Eixo 8 (Algarve) e no Eixo 9 (Lisboa).

2.4- Actividades e medidas enquadradas em programas ou projectos autónomos

- Programas

Programa de Acção contra a Mutilação Genital Feminina

A CIG assegurou a coordenação do Grupo de Trabalho para a implementação do Programa de Acção, participou nas iniciativas realizadas pelo mesmo em 2010 e colaborou nas actividades levadas a cabo conjuntamente.

Projecto “Portal 3º Sector”

O Portal 3sector é um portal que tem como missão organizar, concentrar e contribuir para que o terceiro sector possa, suportado numa plataforma *Moodle* disponibilizar informação, formação e recursos fundamentais para esta área de intervenção social. A participação da

CIG, enquanto entidade parceira responsável pela transversalidade da dimensão de género, deu continuidade à implementação deste projecto através da participação nas reuniões de equipa.

- Projectos diversos

Projecto EQUAL Conciliar é Preciso

A participação da CIG neste projecto concretizou-se nas seguintes actividades:

- Preparação, validação de conteúdos e manutenção do portal “Conciliar é preciso” (pesquisa, triagem, selecção dos conteúdos e introdução dos dados);
- Preparação de Relatório Final com apresentação de dados estatísticos sobre a área da igualdade e conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional.

Projecto “Diálogo social e igualdade nas empresas”

A CIG colaborou nas seguintes actividades do projecto:

- Reuniões de trabalho com a equipa técnica do projecto para preparação e preenchimento do balanço e avaliação do projecto e, avaliação e preparação de iniciativas no âmbito da Rede RSO.

Sacausef

Foram retomados os contactos com a ERTE/DGIDC com vista a dar continuidade à colaboração da CIG nas actividades desenvolvidas por aquele organismo no âmbito das TIC.

Projecto “Direitos Humanos – Igualdade de Direitos. As organizações não governamentais pela promoção da cidadania e de novas oportunidades na comunidade” - [Projecto PT OO32] – EEA GRANTS

Este projecto visa promover a cidadania activa e aumentar o impacto das organizações da sociedade civil na comunidade, através do financiamento de pequenos projectos desenvolvidos por Organizações Não Governamentais ou outras entidades sem fins lucrativos (isoladamente ou em parceria), em três sectores prioritários: 1. Promoção dos direitos humanos e reforço da cidadania, 2. Participação social e cívica das pessoas jovens na comunidade e 3. Empreendedorismo e empregabilidade de pessoas pertencentes a grupos socialmente vulneráveis.

As catorze entidades aprovadas a financiamento (Africanos de VFX – “Jovens em Acção”, Sons da Lusofonia – “oficina Portátil de Artes”, ILGA – “Centro LGBT”, CPR – “Começar de Novo”, Chapatô – “Artes de Viver”, Rede Ex Aequo – “Projecto Inclusão”, SOS Racismo – “Agita-te pelos Direitos”, Inst. Luso-Ilírio – “SET”, Inducar – “Democracia Participativa”, Aguncheiras – “Casa Eco Criativa”, CerciPortalegre – “Aprender a Crescer”, Arruaça – “Assoma-te”, PAR – “Na

Europa Eu Conto”, Sentidos e Sensações – “promoção da saúde sexual na população portadora de deficiência visual”) efectuaram diversas actividades ao longo do período a que reporta este relatório entre as quais podemos destacar acções de formação, campanhas com produção de materiais diversos, acções temáticas, entre outras.

Projecto “Tackling Discrimination Locally, Aiming to Attain Equality Globally” [Projecto progress VP/2009/004]

Este é um projecto na área da promoção da Igualdade e combate à Discriminação. De um ponto de vista financeiro, o projecto terá um custo total de 357.897,00€, em que a contrapartida nacional ascende a 72.000,00€.

Este é um projecto na área da promoção da Igualdade e combate à Discriminação, que pretende abordar a discriminação ao nível local para alcançar a Igualdade a nível global. Em grande parte este projecto surge do êxito do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos (AEIOT) e de algumas das suas actividades mais emblemáticas, designadamente as Assembleias Municipais e Exposição Móvel Itinerante.

Foram contactados cerca de 40 Municípios propondo a realização de Assembleias Municipais Temáticas sobre a Igualdade e o Combate às Discriminações Múltiplas e contaram-se com as seguintes actividades:

1. Na noite de 6 de Maio realizou-se em Matosinhos uma Assembleia Municipal sobre Igualdade nos Paços do Concelho com a presença do Presidente da Câmara de Matosinhos, o Presidente da Assembleia Municipal e a Presidente da CIG inserida nas comemorações da Celebração do Dia da Europa 2010, Matosinhos (7 a 9 de Maio de 2010). A presença da CIG neste evento foi assegurada pela carrinha com a exposição móvel que esteve na entrada da tenda montada no espaço em frente à Câmara Municipal de Matosinhos no fim-de-semana de 8 e 9.
2. No dia 17 de Maio comemorou-se o dia Mundial Contra a Homofobia, que foi um dos dias previstos para ser comemorado em sede de candidatura ao Progress. Em conjunto com a ILGA, a Rede Ex-aequo e a Amplus realizou-se uma Conferência sobre Orientação Sexual em que foi apresentado o estudo “Discriminação em função da Orientação Sexual e Identidade de Género” coordenado pela professora Conceição Nogueira com a presença da mesma e de vários peritos nacionais e internacionais. Realizou-se um *free-hug* promovido pela Rede Ex aequo com a participação de figuras públicas e divulgação pelas televisões.
3. Nos dias 21 a 23 de Maio realizou-se uma Assembleia Municipal e presença da carinha em Viana do Castelo para as comemorações da Semana do Migrante.

4. No dia 18 de Junho promoveu-se em Beja realização do *workshop* sobre “Género e Exclusão Social” integrado no festival RastaFest com a colaboração da Câmara Municipal de Beja e a associação Arruaça do projecto EEagrants.
5. Na semana de 21 a 25 de Junho decorreu a semana da diversidade integrada nas festas de Lisboa, com a presença da carrinha no Arraial Pride.
6. Nos dias 10 e 11 de Julho foi apresentado o espectáculo “A Casa do Romeu é igual à Casa da Julieta” com alunos e professores do concelho de Sesimbra, que participaram também no projecto Casa Eco Criativa que tem o apoio do fundo EEagrants no âmbito do Projecto “Direitos Humanos – Igualdade de Direitos” da CIG.
7. Realizaram-se ainda Assembleias Municipais em Oeiras, Lagos, Seia, Évora, Grândola, e vários *workshops* e acções de sensibilização que contaram com a presença da exposição móvel “Pela Diversidade contra a Discriminação”.
8. Na semana de 13 a 17 de Dezembro realizou-se a Conferência de Encerramento do projecto, no Auditório da Fundação Calouste de Gulbenkian, com apresentação dos resultados finais do projecto e dos guiões para a elaboração dos Planos Municipais para a Igualdade realizados pelo IGOT-UL.

Projecto internacional Ellos También

Promovido pelo Serviço Galego para a Igualdade, este projecto tem como parceiros a Direcção Geral da Mulher da Junta de Castela e Leão, a CIG e as Associações de Homens para a Igualdade da Galiza e de Leão – *Homes pola Igualdade e Promoteo* –, contando, ainda, com a colaboração das Associações *Hombres por la Igualdad*, de Aragão, *Hombrecitos de Madera*, de Jerez e AHIGE.

Os objectivos principais deste projecto são: a promoção de redes de intercâmbio de informação, experiências, resultados e boas práticas em matéria de conciliação e co-responsabilidade, a partir da actuação das associações de homens para a igualdade e a criação de plataformas de experimentação para o desenvolvimento conjunto de serviços, metodologias, ferramentas e produtos que fomentem a aprendizagem mútua de novos enfoques e novos modelos de gestão.

As actividades atribuídas à CIG foram:

- Analisar, dentro da União Europeia a obtenção da licença de parentalidade, a título voluntário ou obrigatório
- Trabalho transfronteiriço com as associações para que introduzam na sua cultura organizativa a questão da igualdade de género, através da criação de uma rede de trabalho com associações de homens jovens;
- Realização de um plano formativo integral com as escolas (alunos, professores, pais e mães);

- Realização de um estudo sobre os modelos de lazer dos jovens no uso de videojogos com enfoque na questão do género;
- Analisar as associações de homens existentes no plano europeu;
- Nesse sentido, foi organizada uma reunião de parceria em Valladolid, em Setembro de 2010;

O projecto LIGO – Leitura e Igualdade de Género e de Oportunidades

Este projecto foi promovido pela Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e tendo a CIG como parceira.

Os objectivos do Projecto LIGO cruzam a promoção da leitura e a reflexão sobre as relações de género, com vista ao desenvolvimento do espírito crítico, competência fundamental para o exercício da cidadania, a desconstrução dos estereótipos de género e a promoção da igualdade efectiva entre mulheres e homens, objectivos coincidentes com muitos dos objectivos do III PNI.

A parceria com a CIG enquadra-se na prossecução dos objectivos do Projecto do Guia “Género e Cidadania”, desenvolvido pela CIG em 2009-2010.

Com o Projecto LIGO, a Escola pretende dar sustentabilidade, no próximo ano lectivo, às actividades iniciadas durante este ano, no quadro do protocolo entre a CIG e a Escola.

O contributo solicitado à CIG enquanto parceira do Projecto consiste em:

- Apoio às iniciativas da Escola sobre a temática de Género, nomeadamente de sensibilização da comunidade educativa, através dos seus recursos humanos e/ou informação sobre Especialistas em Género e Educação;
- Oferta de publicações para a Biblioteca da Escola
- Eventual publicação dos resultados do trabalho realizado pela Escola, no quadro do Projecto, se aqueles forem considerados relevantes pela Comissão.

A CIG participou, no âmbito deste Projecto, numa Sessão sobre Mutilação Genital Feminina, aberta às turmas do ensino secundário, que teve lugar a 1 de Março de 2010, na Biblioteca da escola-sede.

2.4.1- Análise das acções de publicidade institucional desenvolvidas

Durante o ano estiveram em curso duas campanhas nacionais, uma contra a violência doméstica e outra contra o tráfico de seres humanos. A primeira, lançada a 25 de Novembro (Dia internacional para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres), cujo enfoque foram as novas medidas de controlo penal do agressor e as novas medidas de protecção à vítima. A campanha teve uma presença de 154 inserções em TV, 84 em rádio, 530

em rádios regionais, 15 na imprensa regional, 716 em meios de exterior, e 840 na rede da CP. A campanha contra o tráfico de seres humanos, cujo mote foi o tráfico para fins de exploração sexual foi lançada no dia europeu de combate a este flagelo (18 de Outubro) e teve a sua inserção nos canais Zon/Lusomundo.

No ano de 2010, foi igualmente feita a divulgação do “cartão vermelho contra a violência doméstica”, com várias inserções na imprensa.

2.5- Actividades e medidas não enquadradas em programas ou nos Planos Nacionais

A CIG esteve representada nos seguintes eventos⁶:

- *FeelWoman* de 12 a 14 de Março na Fundação de Oeiras;
- Participação na Apresentação do Plano Municipal para a Igualdade de Vila Franca de Xira, a 22 de Fevereiro;
- Inauguração da Exposição *Mulheres e 1ª República: vitórias, derrotas* promovida pelo Centro faces de Eva e pelo Museu-Biblioteca República e Resistência, a 2 de Outubro de 2010;
- No Encontro *Responsabilidade Social das Empresas - 10 anos de Rede Social*, promovido pela autarquia de Vila Franca de Xira, no dia 13 de Dezembro, nas instalações da Central de Cervejas e Bebidas, em Vialonga;

Participação em grupos de trabalho - interna ou externamente:

- Acompanhamento da 2ª edição do Prémio Madalena Barbosa;
- Integrou o Júri do Concurso de Textos e Poesia Inclusiva “Um olhar sobre a não – discriminação”;
- Participação no grupo de trabalho do IPAD sobre a Estratégia Nacional Educação para o Desenvolvimento (ENED).
- Articulação com o secretariado do Conselho de Administração da ANA, para promover a disseminação dos folhetos *Mutilação Genital Feminina*, nos aeroportos.
- Contribuiu para o Plano Nacional de Saúde; Plano Saúde Sexual e Reprodutiva e Plano Nacional de Saúde Mental, bem como para o Plano Nacional de Saúde – 2011 – 2016, este último no âmbito dos temas Cidadania e Saúde, Equidade e Acesso aos Cuidados de Saúde e Planeamento em Saúde.

⁶ Para além dos eventos já mencionados nas actividades dos Planos Nacionais

Nota: Apesar de não serem referidos nesta secção, a CIG está presente em outros grupos de trabalho que, pela sua relação directa com os diferentes Planos Nacionais, são referidos no âmbito do relatório correspondente a esses Planos.

Elaboração de Informações, pareceres e relatórios

Em cumprimento das atribuições da CIG, que prevêem nomeadamente a emissão de pareceres sobre iniciativas legislativas e a elaboração de estudos e documentos de planeamento de suporte à decisão política, e no âmbito da cooperação interinstitucional foram elaborados diversos contributos nas áreas de actuação da CIG, não só através de pareceres e participação em relatórios, como de representação em grupos de trabalho e parcerias.

2.6- Actividades afins à documentação e informação

Entre as atribuições desta Comissão figuram as acções afins à documentação e à informação. Assim compete-lhe:

- a) Desenvolver os suportes de informação e sensibilização sobre a actividade prosseguida pela Comissão.
- b) Conceber e manter em funcionamento os *sites* necessários à divulgação na Internet da actividade desenvolvida pela Comissão.
- c) Manter a opinião pública informada e sensibilizada com recurso aos meios de comunicação social, à edição de publicações e à manutenção de um centro de documentação e de uma biblioteca especializados.
- d) Promover a tradução e publicação de documentos e ou livros fundamentais à promoção da igualdade de género e prevenção da violência de género.
- e) Promover campanhas de promoção da Igualdade de Género e prevenção da violência de Género.
- f) Promover a atribuição de prémios de qualidade a entidades que adoptem códigos ou sejam exemplos de boas práticas em matéria de promoção da igualdade de género, de prevenção da violência de género ou de apoio às vítimas.
- g) Recolher e tratar a informação sobre a Comissão e difundir pelas unidades funcionais da Comissão informação noticiosa de interesse.
- h) Manter as unidades funcionais da Comissão informadas sobre a vida e actividade da mesma, bem como, promover a divulgação de relatórios nacionais e internacionais sobre Igualdade de Género e Violência de Género.

Apresentam-se, em seguida, as acções desenvolvidas neste domínio. Para tanto, agregamo-las segundo conjuntos, a saber: *i)*- Aspectos relacionados com a Biblioteca *Madalena Barbosa*, em Lisboa e com a Biblioteca da Delegação do Norte da CIG; *ii)*- Edição de publicações e outro

material informativo; *iii*)- Difusão de publicações e outro material informativo; *iv*)- Concepção gráfica de material informativo produzido a nível interno.

2.6.1- Bibliotecas (*Biblioteca Madalena Barbosa e Delegação Regional do Norte*)

Nesta área compete à CIG: *i*)- Assegurar a recolha e tratamento de documentação nacional e internacional relativa à problemática da mulher, da igualdade de género e da cidadania; *ii*)- Manter e actualizar as bibliotecas especializadas (de Lisboa e do Porto), abertas ao público (com os seguintes núcleos: fundo histórico reservado; monografias nacionais e estrangeiras; publicações periódicas actuais e antigas; arquivo de documentos internacionais; fotografias; fundo audiovisual; recortes de imprensa); *iii*)- Promover a investigação bibliográfica necessária para apoio aos estudos sobre a temática de intervenção da Comissão;

Neste âmbito, ao longo de 2010, foram desenvolvidas as seguintes actividades no âmbito da gestão documental:

A. Aquisições

O desenvolvimento do fundo documental baseou-se, tal como nos anos transactos, nas necessidades da comunidade de utilizadores que se debruçam sobre as questões de género e inclui os documentos que deram entrada por compra (144 títulos), oferta e permuta.

B. Tratamento documental

Efectuou-se a descrição bibliográfica de novos documentos, inserindo os registos na base de dados do sistema de gestão da biblioteca utilizando a Bibliobase.

Iniciou-se, em 2009, o processamento da imagem da capa e índice nas bases bibliográficas (Bibliográfica Geral e Reservados) obedecendo ao formato “Unimarc”, não só nos novos registos, como também numa perspectiva de reconversão dos já existentes.

A saber: *i*)- Base Bibliográfica Geral: novos registos: 144; *ii*)- Base Bibliográfica Geral: actualizações: 1.383 (acrescem 1.344 actualizações na Biblioteca da Delegação Regional do Norte); Inserção de Imagem da capa e respectivo índice nas diferentes bases - 700 *iii*)- Base “Reservados”: novos registos: 10; *iv*)- Base “Reservados”: actualizações: 124; *v*) Registo Kardex: 138 títulos de publicações periódicas; *vi*) - Colocaram-se etiquetas (anti-furto e cota).

C. Classificação e indexação

A classificação dos documentos respeita a Classificação Decimal Universal (CDU).

A indexação caracteriza-se pela identificação dos descritores, tendo em conta os termos pertinentes para o leitor comum da Biblioteca.

D. No que se refere aos **Serviços de apoio ao leitor e atendimento externo:**

Nestes domínios foi prestada orientação e apoio especializado aos leitores na definição de estratégias de pesquisa para trabalhos em mestrados, pós-graduação e doutoramentos, conforme se explicita: *i)*- Leitura de presença: 96 leitoras do sexo feminino e 10 leitores do sexo masculino *ii)*- Documentos consultados: 450; *iii)*- Pesquisas na Internet na Biblioteca *on-line*: 11.382; *iv)*- Reprodução de documentos.

E. No que se refere à **informação selectiva:**

Consulta e impressão diária de documentos no “Clipping” da Faxinforme: selecção de recortes de imprensa com especial incidência sobre as questões de género e da violência doméstica.

Recortes indexados de acordo com uma lista de descritores definida para esse efeito.

A selecção da informação foi definida segundo as necessidades e interesses desta Comissão – Nº de documentos: 4.823.

2.6.2- Edição de publicações e outro material informativo

Nesta área, compete à CIG planear, programar, promover e realizar iniciativas editoriais nos domínios de actuação desta Comissão, assegurando a organização logística e o suporte operacional na preparação e realização dessas acções: *i)*- Propostas e acompanhamento administrativo dos produtos gráficos da CIG; *ii)*- Organização das edições de livros; *iii)*- Revisão de provas; *iv)*- Contactos com as empresas que prestam os serviços acima indicados; *v)*- Actualização do mailing; *vi)*- Listagens de etiquetas para publicitação de eventos e distribuição de produtos gráficos.

Importa sublinhar que algumas das publicações que, se identificam em seguida, foram co-financiadas pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), através de candidatura da CIG à tipologia 7.5 do Eixo prioritário “Igualdade de género”.

Títulos das publicações editadas pela CIG:

- Mulheres Imigrantes Empreendedoras, Colecção Estudos de Género nº 7.
- Guião de Educação Género e Cidadania: Pré-escolar.
- Guião de Educação Género e Cidadania: 3º Ciclo;
- Género e Música Electrónica de Dança, Colecção Estudos de Género nº9.
- Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género, Colecção Estudos de Género nº 8.

- Adelaide Cabete, Colecção Fio de Ariana nº6.
- A Emergência do feminismo de estado em Portugal.

Nesta área foram ainda produzidos pela CIG os seguintes materiais:

- Brochura “Sumário Executivo Género e Pobreza”.
- Folheto+CD *Gender Equality* 2010.
- Folheto “Desafiar a Indiferença”.
- Cartaz “Desafiar a Indiferença”.
- Pastas e Folhas A4 “Desafiar a Indiferença”.
- Agenda CIG/2011.
- Calendário CIG/2010.
- Marcadores de livros.
- Periódico “Notícias”.

De igual forma, tendo em conta a necessidade de harmonizar a divulgação das publicações e dos diversos eventos da CIG, foram actualizados, em permanência, os endereços dos diferentes destinatários para envio automático de correspondência (*mailing*). Neste âmbito foram produzidas 12380 etiquetas.

2.6.3- Difusão de publicações e outro material informativo

A CIG tem as seguintes atribuições neste âmbito:

- Assegurar a comunicação institucional e a informação geral sobre a CIG e as suas actividades e recolher, organizar e sistematizar informação sobre matérias da sua missão;
- Participar no desenvolvimento e apoiar o funcionamento da CIG no domínio da gestão documental, da gestão e divulgação de conteúdos e da comunicação institucional;
- Planear, programar, promover e realizar eventos, nacionais e internacionais, de carácter técnico e científico, acções de difusão e divulgação técnica assegurando a organização logística e o suporte operacional na preparação e realização dessas acções;
- Participar nos estudos e acções desenvolvidas pelas outras Unidades Orgânicas da CIG, assegurando a componente técnica especializada no domínio da gestão de informação e documental e da comunicação institucional, bem como em outras áreas dominadas pelas técnicas desta Unidade;
- Divulgar publicações e material informativo.

Ao longo de 2010 foi distribuído um conjunto de 149.903 publicações e material informativo, distribuídas da seguinte forma:

Colecção Informar as Mulheres – 942

Colecção Cadernos Condição Feminina – 512
Colecção Bem-me-Quer – 3.912
Colecção Mudar as Atitudes – 1.650
Colecção Agenda Global – 1.501
Colecção Ditos e Escritos – 42
Colecção Estudos de Género – 3.472
Colecção Fio de Ariana – 1.772
Colecção Trilhos da Igualdade – 5.842
Colecção Violência de Género – 798
Fora de Colecção – 7.456
Material Violência Doméstica – 101.448
Cartazes – 5.325
Folhetos – 15.231

Os destinatários deste material foram os seguintes: *i)*- Ministérios; *ii)*- Representações no estrangeiro; *iii)*- Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; *iv)*- Grupos parlamentares; *v)*- Serviços públicos; *vi)*- Bibliotecas; *vii)*- Estabelecimentos de ensino; *viii)*- ONG; *ix)*- IPSS; *x)*- Outras Associações.

2.7- Actividades de Formação e Sensibilização

Formação Interna:

Foram efectuados o acompanhamento e monitorização do Plano de Formação e respectivo orçamento para 2010. Procedeu-se à concepção de instrumentos de gestão da formação, nomeadamente um questionário de diagnóstico de necessidades de formação e um plano de formação quer para aplicação no ano de 2010, quer para a sua continuidade nos anos seguintes.

Foi promovido o preenchimento regular da matriz de registo da formação (interna e externa) de acordo com os formulários fornecidos pela DGAEP, com o propósito de concentrar, num único documento, as acções de formação ministradas e recebidas pelos/as funcionários/as da CIG no decorrer de 2010.

Acções de sensibilização ministradas pela CIG para o exterior:

A CIG tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de acções de sensibilização nas suas áreas temáticas, dirigidas a públicos-alvo variados, fomentadas pelos pedidos de acções que lhe são dirigidas. Assim, foram apresentadas comunicações e realizadas acções de sensibilização sobre temas como, nomeadamente, violência doméstica, conciliação entre a vida familiar, pessoal e

familiar, os planos para a igualdade nas empresas e organizações, tráfico de seres humanos, Prostituição e Tráfico para fins de exploração sexual, Empregabilidade e Empreendedorismo, Igualdade de Oportunidades, Direitos Humanos, Maternidade e Paternidade, Estereótipos, Cidadania. É de salientar que a CIG recebe numerosos pedidos de intervenções relativas às comemorações do 8 de Março.

Actividades desenvolvidas:

- Sessão de Formação sobre *Comunicação e Linguagem Inclusivas* a 20 de Março, destinada ao conjunto de técnicos e de técnicas da ESDIME, num total de 20 pessoas, com a duração de 3 horas.
- Sessão de formação sobre *A comunicação e a linguagem como mecanismos que reproduzem a desigualdade*, destinada a pessoal técnico da Câmara Municipal de Matosinhos, com a duração de 3.30h, a 16 de Fevereiro.
- Oficina de Legística sobre *A Igualdade entre Mulheres e Homens nos Actos Normativos. O Uso da Linguagem Inclusiva*, destinada a juristas, promovida pela PCM, a 8 de Julho.
- Sessão sobre *Comunicação e Linguagem Inclusivas*, de 3 horas, na Escola Secundária com 2/3 EB Prof. Reynaldo dos Santos, dirigida ao Conselho Pedagógico do Agrupamento, a 25 de Fevereiro.

Neste domínio releva a articulação entre todas as estruturas da CIG, nomeadamente para responder a solicitações relacionadas com a organização e planeamento de acções de formação que remetem para a elaboração e acompanhamento de fichas de inscrição e questionários de avaliação, emissão de certificados de formação e declarações comprovativas de formação. Foram, igualmente, concebidos relatórios de avaliação da formação que permitiram imprimir uma óptica de melhoria contínua em acções futuras destacando-se o seguinte:

Preparação, organização e coordenação pedagógica da formação externa em colaboração com o N-CIG (autarquias), N-CRA e N-VDVG (pedidos feitos pelas diversas entidades), nomeadamente:

- Encontros temáticos de Cidadania e Igualdade de Género e Não Discriminação.
- Cidadania, Igualdade de Género e Não Discriminação.
- *Workshops* para profissionais de saúde: projectos-piloto de intervenção integrada na área da Violência Doméstica.
- Violência: princípios de intervenção.
- Empreendedorismo feminino como uma resposta à crise.
- Acção de sensibilização/formação Violência Doméstica – Centro de Saúde do Vale da Amoreira, Outubro de 2010.

Oficina de Formação sobre *Género e Recursos Educativos Digitais*, promovida pela DGIDC e realizada pela CIG com duas especialistas em Estudos de Género e Educação (Paula Silva da Universidade do Porto e Fernanda Branco da Escola Prof. Reynaldo dos Santos). Realizaram-se duas edições desta Oficina, num total de 100 horas, uma em Lisboa e outra no Porto, abrangendo um total de 35 docentes. A oficina destinou-se aos elementos da Bolsa de Validadoras/es de Recursos Educativos Digitais do portal das Escolas, do Ministério da Educação e realizou-se na modalidade *b-learning*, com recurso à plataforma Moodle da DGIDC.

A DRN realizou 21 acções de formação sobre a temática “Violência Doméstica no Âmbito da Conjugalidade” a 490 técnicos/as das áreas de Serviço Social, Psicologia, Direito, Sociologia, Educação Social, Forças de Segurança e profissionais da área da saúde, num total de 292 horas de formação. Das 21 acções de formação ministradas, 5 tiveram lugar nas instalações da DRN no Porto e as restantes 16 ocorreram em Loures (1), Seixal (1), V.N.Gaia (1), Matosinhos (2), Golegã (1), Faial e Pico (2), Santa Maria (1), Ponta Delgada (1), Funchal (1), Felgueiras (1), Bragança (1), Castelo Branco (1), Aveiro (1) e Guarda (1).

Foram ainda desenvolvidas pela DRN 12 acções de formação no âmbito da Igualdade de Género, abarcando cerca de 175 pessoas, tanto técnicos/as como indiferenciado, num total de 69 horas, todas decorrentes na zona do Porto e Gondomar.

Importa ainda considerar a realização de diversas acções de formação e sensibilização no âmbito dos projectos promovidos pela CIG.

Acções no âmbito da regulação geral da formação na temática da “cidadania e igualdade de género”

Neste domínio, foram definidas algumas estratégias para, em conjunto com outros organismos responsáveis pela formação em Portugal, dar cumprimento à atribuição que esta Comissão tem para “*conferir competências técnicas e certificar a qualidade de pessoas e entidades institucionalmente envolvidas na promoção e defesa da cidadania e da igualdade de género*”, em especial com a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

Ainda neste âmbito, deu-se continuidade ao processo de certificação/homologação de referenciais de formação na área da promoção e defesa da cidadania e da igualdade de género, apresentados por entidades formadoras. As candidaturas foram apreciadas com base no conjunto de requisitos e respectiva grelha de análise, criado em ano transacto e que vem sendo tomado por referência para o efeito.

2.8- Conselho Consultivo

Além das actividades já descritas no âmbito do III PNI, foram ainda desenvolvidas outras actividades de apoio ao funcionamento do Conselho Consultivo, como é o caso de todos os procedimentos logísticos com a preparação das reuniões e elaboração de actas, bem como os procedimentos tendo em vista a concessão de apoio financeiro às ONG, no âmbito do Decreto-Lei nº. 246/98, de 11 de Agosto, alterado pela Lei nº. 37/99, de 26 de Maio. Organizaram-se 2 reuniões plenárias do CC, 2 reuniões do Grupo Técnico-Científico, 2 reuniões da Secção Interministerial e 1 reunião da Secção das ONG.

2.9- Atendimento Jurídico / Psicossocial

O Gabinete de Atendimento Jurídico-Psicossocial presta informação ao público, em diferentes modalidades de atendimento: telefónico, presencial, carta ou correio electrónico, sendo mais frequentes os atendimentos presenciais e telefónicos.

O Gabinete é procurado para a obtenção de informação sobre os mais diversos assuntos e/ou problemáticas, esclarecendo os direitos do/a utente que recorre ao serviço e acerca das estruturas e procedimentos a tomar de acordo com a natureza do caso, bem como respectivo encaminhamento e acompanhamento, em especial nas situações de violência doméstica, a qual, está na base do maior número de solicitações.

O esclarecimento e orientação sobre os procedimentos a adoptar num processo-crime, num divórcio, na regulação do poder paternal, actualmente responsabilidades parentais, o esclarecimento jurídico e o apoio psicológico para o suporte nas decisões a tomar assumem, assim, um espaço importante neste gabinete. Actualmente e em razão das novas atribuições o gabinete tem tido um aumento muito significativo na procura de utentes motivadas para o apoio psicológico, bem como na procura de outras solicitações relativamente às quais a Comissão não tem competência específica, nomeadamente na resolução de questões relacionadas com o arrendamento e/ou problemas de ordem social específicos de apoio social da competência da Segurança Social.

Muitos/as são os/as utentes que procuram o Gabinete no intuito da prestação do apoio judiciário com a respectiva nomeação de advogado/a oficioso/a. Muitos/as utentes procuram a CIG no sentido de saber se o próprio gabinete as/os pode representar, intervir em processo, principalmente, no âmbito da violência doméstica.

Um outro aspecto que condiciona os/as utentes é o facto de não recorrerem ao mesmo advogado para iniciar o divórcio assumindo também o processo de regulação das

Responsabilidades Parentais, o incidente da atribuição da casa de morada de família bem como o processo de partilhas e o processo-crime. A constituição de um/uma Advogado/a para cada processo inviabiliza, perturba, prejudica a compreensão dos problemas no seu todo, apesar da alteração prevista na lei nº 112/2009 de 16 de Setembro, prever a possibilidade de quando o mesmo facto der causa a diversos processos, ser assegurada, sempre que possível, a nomeação do mesmo mandatário/a ou defensor oficioso à vítima.

Como já foi referido anteriormente, os motivos pelos quais os/as utentes nos procuram são variados, sendo no entanto as questões relacionadas com a violência doméstica um dos principais, seguindo-se uma questão intimamente associada, como o divórcio, e em terceiro lugar as questões relacionadas com as partilhas, se não atendermos que a contabilização de “outros” é um dos motivos muito presente.

No ano de 2010 foram feitas 226 consultas de âmbito psicossocial, o que significa um decréscimo relativo ao ano transacto (2009 – 319 consultas). Consideramos que esta diminuição tem a sua explicação, pela reduzida equipa técnica que este ano colaborou no âmbito do Gabinete, reduzindo a capacidade de resposta da instituição bem como a assunção de tarefas pelas Psicólogas, de outro âmbito, deixando reduzido o número de atendimentos a realizar.

As localidades donde provêm mais situações, são, sem dúvida, da cidade de Vila Nova de Gaia que nos chegam a grande maioria dos casos, seguindo-se, Porto, Gondomar, Ermesinde, Maia e Matosinhos. A localização geográfica da CiG justifica que sejam estas as cidades mais expressivas.

No gabinete de atendimento a faixa etária que regista maior procura, situa-se entre os 35-44 anos, os 25-34 anos e 45-54, o que diz respeito à população activa. Acharmos conveniente fazer a apreciação relativamente às vítimas de violência doméstica, especificamente, e uma apreciação global de todos/as as vítimas e os/as utentes que procuraram o Gabinete, o que curiosamente é o mesmo. Verifica-se mais uma vez que a procura do Gabinete por utentes do sexo masculino é diminuta.

O gabinete de atendimento é procurado, na sua maioria, por pessoas, desempregados/as, reformados/as, não trabalhadoras, domésticas e estudantes, sendo que dentro dos trabalhadores activos os/as não qualificados/as são os mais significativos.

Atendimentos a nível psicológico

No ano de 2010 foram feitas **226** consultas de âmbito psicossocial, verificando-se um significativo decréscimo relativo ao ano transacto. Consideramos que esta diminuição tem a sua explicação, pela reduzida equipa técnica que este ano colaborou no âmbito do Gabinete,

reduzindo a capacidade de resposta da instituição bem como a assunção de tarefas pelas Psicólogas, de outro âmbito, deixando reduzido o número de atendimentos a realizar.

O problema da violência doméstica não se reporta a nenhuma classe social em particular, e neste serviço tal não é excepção. Apesar de normalmente ser associada a baixos níveis socioeconómico esta não se encontra restrita a este grupo, atravessando todas as classes sociais. Contudo, encontram-se algumas diferenças na sua manifestação e, enquanto nas classes mais pobres predomina a violência física, nas classes mais altas faz-se notar mais a violência psicológica. O aspecto de escalada da violência doméstica não será de negligenciar pois esta frequentemente tende a aumentar em frequência, gravidade e intensidade ao longo dos tempos. Consequentemente, é importante que todas as medidas sejam tomadas, com a maior brevidade possível, de modo a que se evitem consequências mais devastadoras para todo o complexo familiar e para a própria sociedade.

Essencialmente, todas elas se trataram de realidades cruas que depressa constatamos que não havia nenhum modelo que lhes servisse. A realidade trata-se, verdadeiramente, de não haver nada que possa ser tido como certo. Porque cada nova consulta é uma nova descoberta, cada nova descoberta é um avanço, mas um avanço num caminho que também se detém em recuos. É importante a vítima reassumir a autonomia da sua vida, é também importante pedir-lhe que projecte o seu futuro, até para a própria reconhecer e lhe ser dada a autoria de construção da sua nova vida. Este ponto é crucial porque, além de obrigar a uma reflexão da própria vítima, dá-lhe poder, elemento do qual muitas vezes se sentiu despojada.

Ao trabalhar com estas mulheres constata-se claramente que os motivos que muitas vezes as impedem de sair de casa e abandonar a relação são a falta de recursos económicos, a vergonha, os/as filhos/as e também a falta de apoio que encontram por parte das forças policiais quando apresentam queixa. Esta saída torna-se mais fácil quando são apoiadas pela sua família de origem, amigos/as e colegas de trabalho e pelas próprias forças policiais, quando exercem correctamente a sua função de protecção à vítima e as securizam.

Assim, esforçamo-nos por ser o referente para a hetero-determinação destas mulheres, ajudando-as a libertarem-se e a poderem mais construtivamente lidar com a sua vida e com a sua história. Isto, tentando perceber a sua cosmovisão e nunca adoptando uma postura hierárquica ou indicando caminhos, mas antes fazendo-as descobrir os seus próprios.

A ruptura da conjugalidade ou a sua iminência pode ser um momento fulcral para o crescimento pessoal, tanto em termos emocionais como identitários, permitindo novas descobertas e trampolins pessoais, sociais e culturais. Isto é o que quando, com tempo e dedicação, se intervém em termos psicológicos se consegue proporcionar.

Número total de Atendimentos em 2010 (*):

Atendimento Gabinete Jurídico-psico-social pessoal, total anual	464
Atendimento Gabinete Jurídico-psico-social, telefónico, total anual	274
Resposta a <i>e-mails</i> , fax e cartas do Gabinete Jurídico-psico-social, total anual **	100
TOTAL	838

(*) - Dados relativos ao atendimento efectuado na sede da CIG-Lisboa e na Delegação Regional do Norte da CIG.

(**) – O número de respostas a email, fax e cartas triplicou em relação ao ano transacto.

2.10 - Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD)

No ano de 2010 o SIVVD (DTJ/NVDVG/DRN) atendeu um total de 2.360 chamadas. Destas, 2.072 reportavam-se a situações relacionadas com violência e 288 atendimentos não estavam directamente relacionados com violência.

Horários, locais e esquemas de atendimento

Atendimento na 1ª linha – Triagem

Empresa PT Contact, S.A.

* Todos os dias

Atendimento SIVVD

Local: CIG - Sede - Lisboa

* Dias úteis: 2ª e 3ªfeiras (9h00 -> 17h30)

4ªfeiras (9h00 -> 17h30)

Atendimento SIVVD

Local: CIG – Delegação Regional do Norte – Porto

* Dias úteis: 5ª e 6ªfeiras (9h00 -> 17h30)

Atendimento LNES

Equipa LNES - 144

* Dias úteis: (17h30 -> 9h00)

* Fins-de-semana

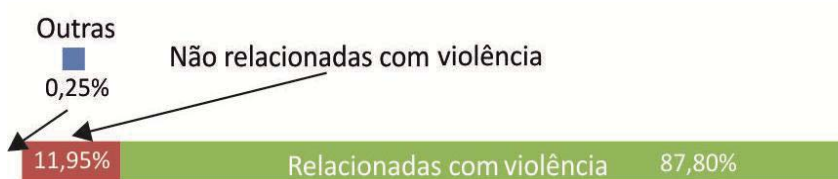
* Feriados

2.10.1- Descrição e análise dos dados

No ano de 2010 o SIVVD (DAJ/N-VD/VG, N-CIG e DRN) atendeu um total de 2360 chamadas. Destas, 2072 reportavam-se a situações relacionadas com violência e 288 atendimentos não estavam directamente relacionados com violência, tal como se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico 1

Chamadas recebidas



Fonte: SIVVD. Atendimentos efectuados em 2010

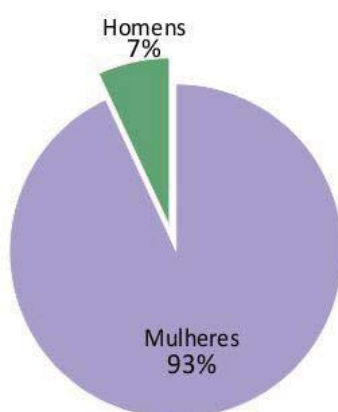
Quem liga maioritariamente para o SIVVD é a própria vítima de violência – **1418** casos – sendo que, em **654** atendimentos, são outros os apelantes que telefonam para o SIVVD, estando de alguma forma, ligados à situação: familiares, amigos/as e/ou vizinhos/as. Também é frequente o SIVVD ser contactado por técnicos/as de instituições que solicitam algum tipo de orientação para a intervenção numa situação concreta de maus-tratos que estão a acompanhar.

Não fugindo ao que vem sendo a habitual tendência, a quase totalidade do número de vítimas que recorreu ao SIVVD em 2010 era do sexo feminino, cerca de **1953** e, em **119** situações, as vítimas identificadas pertenciam ao sexo masculino.

A proporção anterior inverte-se em relação ao/à autor/a da agressão, já que a grande maioria foi identificada como pertencente ao sexo masculino, cerca de **1882**, e **190** situações em que foram mulheres as perpetradoras do crime (Gráfico 2).

Gráfico 2

Chamadas recebidas



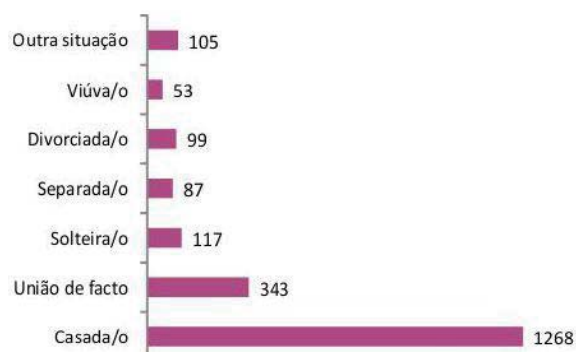
Fonte: SIVVD. Atendimentos efectuados em 2010

A *violência física/psicológica* (o crime de maus tratos) caracterizou a maioria das situações – **848** – e a *violência psicológica* (ameaças e chantagem, humilhações e difamações, perseguições, entre outras formas) sem associação de actos de violência física caracterizou **408** chamadas. A este serviço chegaram também **9** relatos de situações de violência sexual; **807** situações descritas apresentavam variáveis que lhes permitem ser enquadradas em mais do que um crime.

No que diz respeito ao tipo de situação familiar, a vítima de violência que recorreu ao SIVVD em 2010 encontrava-se, na grande maioria das situações, casada (**1268**), seguindo-se a vítima que vivia, à altura, em união de facto.

Gráfico 3

Situação familiar das vítimas

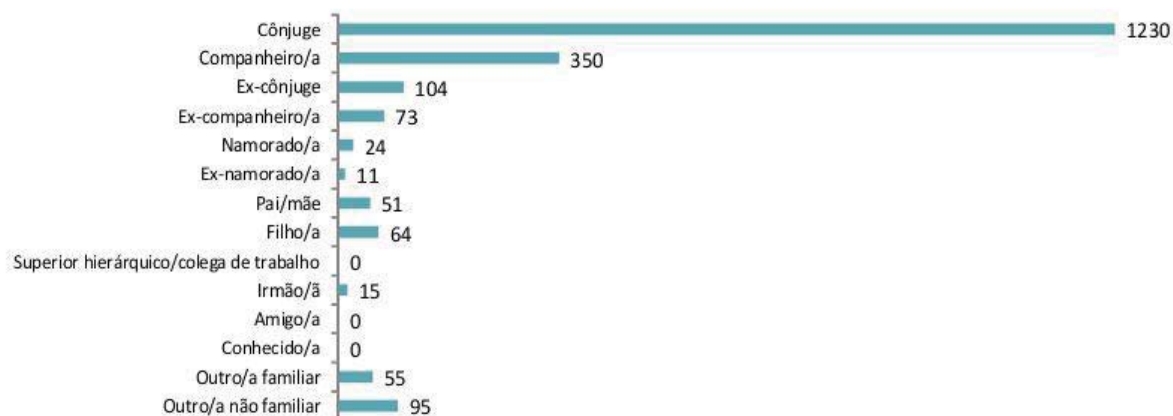


Fonte: SIVVD. Atendimentos efectuados em 2010

Numa percentagem mais significativa dos casos referenciados o cônjuge é apontado como o autor do crime – **1230** situações – e o companheiro em **350** atendimentos assume este papel. Os ex-cônjuges, ex-companheiros e filhos são as categorias que se seguem em termos de representatividade.

Gráfico 4

Relação vítima-agressor/a

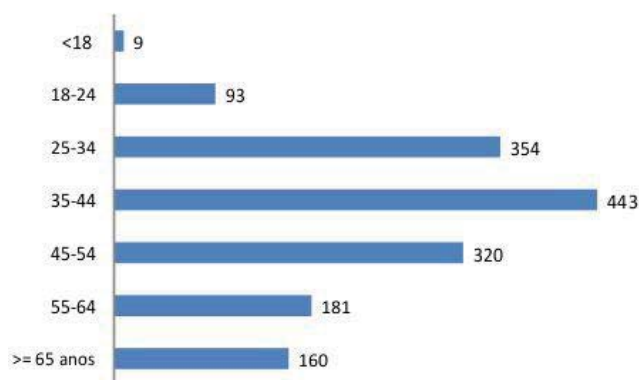


Fonte: SIVVD. Atendimentos efectuados em 2010

Quanto às idades das vítimas de violência que procuraram o SIVVD em 2010, a faixa etária predominante é a que se situa entre os 35-44 anos, seguindo-se a faixa imediatamente inferior (25-34 anos).

Gráfico 5

Vítimas – grupos etários

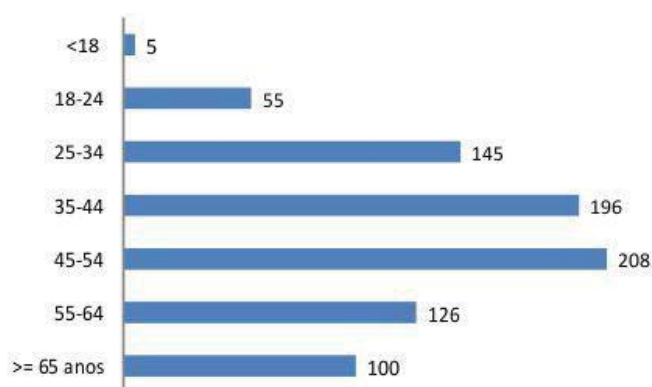


Fonte: SIVVD. Atendimentos efectuados em 2010

A faixa etária predominante dos ofensores é a que se situa entre os 45-54 anos, com 208 casos, logo seguido pela faixa etária imediatamente abaixo com um número de casos a perfazer os 196 casos.

Gráfico 6

Agressores – grupos etários

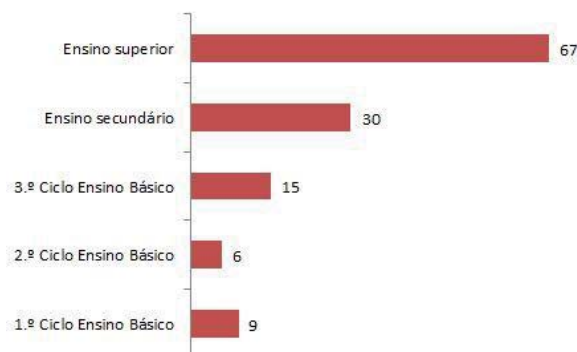


Fonte: SIVVD. Atendimentos efectuados em 2010

Nível de qualificação das vítimas que recorrem ao SIVVD:

Gráfico 6

Habilitações académicas das vítimas



Fonte: SIVVD. Atendimentos efectuados em 2010

A generalidade das “vítimas” não revelou a sua origem profissional (78,7%). Os dados revelados indicam que os principais grupos profissionais das vítimas são os trabalhadoras/es não qualificadas/os (6,1%) e os/as técnicos/as profissionais (2,6%).

À semelhança do grupo das “vítimas”, também no grupo dos “agressores/as” não houve possibilidade de obter a respectiva origem profissional (70,8%). Os dados revelados indicam que o principal grupo profissional dos agressores é constituído pelos “operários, artífices e trabalhadores similares”. É de salientar que uma elevada percentagem se encontrava, à altura, numa situação de desemprego, o que pode constituir um factor de risco para a ocorrência de violência.

No que diz respeito à existência de algum tipo de dependência por parte do/a autor/a do crime, o consumo excessivo de “álcool” é referido em 313 situações (num conjunto composto por consumo de “álcool/fármacos”; “álcool/estupefacientes”; “estupefacientes”; “jogo”; “fármacos” e “outra”). O grupo “ignorado” (referente ao tipo de consumo) ocupa, no entanto, a generalidade dos casos (1679).

Cerca de 773 vítimas de maus-tratos que procuraram o SIVVD em 2010 estavam empregadas/os, mas uma percentagem significativa destas/es apelantes encontra-se em situação de dependência económica da família, sendo esta uma das razões que, muitas vezes, está na base da manutenção da relação abusiva.

As regiões do país de origem das chamadas ao longo de 2010, à semelhança dos anos anteriores, foram a Estremadura com 688 chamadas, com destaque para a zona da Grande Lisboa, seguindo-se a região do Douro Litoral onde se situa a área metropolitana do Porto, com 465 atendimentos.

O tipo de vitimação que caracterizou a maior parte dos atendimentos efectuados revelou a existência de maus-tratos continuados (1248 ao longo de mais de dois anos).

O número de casos registados segundo o tipo de vitimação foi o seguinte:

<u>Espaço de tempo</u>	<u>Número de casos registados</u>
Mais de dois anos	1248
1 a 2 anos	135
6 meses a 1ano	68
3 a 6 meses	28
1 a 3 meses	30
Menos de um mês	42
(Registos com situação de origem ignorada)	469

Ao longo dos atendimentos efectuados no âmbito do SIVVD foi possível verificar que 298 vítimas não fizeram queixa às autoridades, enquanto a maioria (1774 casos) optou pela respectiva denúncia.

As generalidades das queixas foram apresentadas junto da PSP e a GNR, havendo ainda casos de queixas efectuadas junto do Ministério Público e dos Hospitais (Medicina legal), tal como se pode verificar na seguinte tabela:

<u>Lugar de denúncia</u>	<u>N.º de denúncias</u>
Ministério Público	39
Hospitais (Medicina legal)	5
PSP	168
GNR	150

2.10.2- Conclusões

Em termos gerais, o perfil de chamadas atendidas no ano de 2010 no SIVVD não difere do que vem sendo o habitual desde o início do seu funcionamento.

A existência desde 2005 duma triagem das chamadas dirigidas ao SIVVD veio a revelar-se uma medida extremamente positiva para o funcionamento deste serviço, visível, por um lado, na redução do desgaste provocado nos técnicos/as de atendimento pelas “chamadas não úteis” – por exemplo: brincadeiras, insultos, masturbadores – e, por outro, no aumento da disponibilidade da linha para situações reais de violência. No entanto, esta modalidade de funcionamento não será ainda a mais eficaz e eficiente, apresentando aspectos menos positivos, dos quais destacaríamos, em primeiro lugar, o descontentamento muitas vezes manifestado pelos/as apelantes, resultante do facto de terem que repetir novamente a situação ao/à técnico/a do SIVVD, dado que já tiveram que o fazer ao/à técnico/a da primeira linha e, em segundo, o tempo de espera a que poderão estar sujeitos até serem atendidos pelo SIVVD, o que leva a que muitas vezes acabem por desligar.

O gráfico abaixo permite-nos visualizar a relação entre o volume de chamadas que chegam à primeira linha e as que são passadas para o/a técnico/a do SIVVD. Em 2010 foram 5399 as chamadas relacionadas exclusivamente com a problemática da violência doméstica que chegaram à triagem e, desse número, 1103 não chegaram a ser atendidas pelo SIVVD devido à ocupação da linha. É importante ressaltar que um atendimento, em média, dura 20 minutos, mas também surgem com frequência situações que podem manter a linha ocupada 35 a 45 minutos. É sabido que quem liga para o SIVVD se encontra, na maioria das vezes, numa situação de particular fragilidade e com níveis de ansiedade extremos, sendo perfeitamente legítimo que tenha alguma dificuldade em gerir o tempo de espera até ser atendida, acabando, muitas vezes, por desligar.

O apoio imediato e a intervenção na crise possibilitados por um serviço telefónico com as características do SIVVD revestem-se da maior importância, podendo influenciar a resposta da vítima à crise e potencializar as suas capacidades para lidar com a sua situação. Nesse sentido, é necessário melhorar as condições que permitam, efectivamente, esse apoio imediato, reflectindo sobre o volume de chamadas que não chegam a ser atendidas por ocupação da linha.

De forma a continuarmos a prestar um serviço com qualidade, os/as técnicos/as que prestam atendimento no SIVVD vêm reforçar, mais uma vez, a necessidade de um maior investimento em factores de protecção, tais como a formação contínua desta equipa nas áreas da vitimologia, da comunicação e do atendimento a vítimas, e pela aposta na monitorização das práticas e supervisão, reforçando, assim, as potencialidades individuais e do grupo.

2.11- Secretariado Técnico para a Igualdade (STI)

Enquadramento

A promoção da igualdade de género é um dos 10 objectivos estratégicos para o desenvolvimento de Portugal assumidos pelas autoridades portuguesas junto da Comissão Europeia, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Neste contexto, a agenda para o Potencial Humano estabeleceu como desígnio a promoção de intervenções no âmbito do emprego privado e público, da educação e formação e da formação avançada, promovendo a mobilidade, a coesão social e a igualdade de género, num quadro de valorização e aprofundamento de uma envolvente estrutural propícia ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.

Estas prioridades são concretizadas através de tipologias de intervenção distribuídas por 10 eixos, entre os quais o Eixo 7 – Igualdade de Género, que tem como objectivo fundamental difundir uma cultura de igualdade através da integração da perspectiva de género nas estratégias de educação e formação, a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho, a conciliação entre a vida profissional e familiar, a prevenção da violência de género e a promoção da eficiência dos instrumentos de política pública na promoção da igualdade de género e de capacitação dos actores relevantes para a sua prossecução.

A nível nacional as orientações com vista ao planeamento e à programação da intervenção estrutural comunitária em Portugal no período de 2007-2013 encontram-se inscritas no QREN.

2.11.1- Contratualização entre o POPH e a CIG

i)- A CIG enquanto Organismo Intermédio

O Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) é o programa que concretiza a agenda temática para o potencial humano, inscrita no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que enquadra a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

É um Programa, conforme anteriormente mencionado, constituído por 10 Eixos prioritários, que integram uma medida de acção positiva específica, consubstanciada no Eixo 7 – Igualdade de Género, em que a CIG é o organismo intermédio.

ii)- O Contrato de delegação de competências

O Gestor do POPH e a CIG celebraram, a 11 de Abril de 2008, um “contrato de delegação de competências com estabelecimento de uma subvenção global”, através do qual foram delegadas na CIG, enquanto Organismo Intermédio (OI) as competências técnicas, administrativas e financeiras das Tipologias de Intervenção enquadradas pelos Eixos 7, 8, e 9 do POPH.

O contrato de delegação de competências teve uma dotação global inicial de 28.055.925 euros (vinte e oito milhões, cinquenta e cinco mil e novecentos e vinte e cinco euros), dos quais 2.550.537,00 € (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e sete euros), estão previstos para a Assistência Técnica.

A 14 de Dezembro de 2010, o contrato foi objecto de uma Prorrogação e Alteração do Contrato Programa, apresentando um total de comparticipação financeira comunitária e nacional de 65.703.240€.

Através do presente contrato, o POPH delega na CIG competências técnicas, administrativas e financeiras relativas às tipologias e intervenção enquadradas pelos Eixos 7,8 e 9.

iii)- Estrutura Técnica de Coordenação

No âmbito do contrato de delegação de competências celebrado entre o POPH e a CIG, foi constituído um Secretariado Técnico para a Igualdade (STI), que depende da Presidente da CIG. O STI é composto por 18 pessoas, a saber: a Secretária Técnica (equiparada a Subdirectora – Geral), a Coordenadora de Equipa de Projecto (equiparada a Directora de Serviços), 18 Técnicas Superiores, 1 Assistente Administrativa e 1 técnica de Informática.

A organização do STI tem de assegurar o respeito do princípio da separação de funções através da constituição de núcleos distintos, que acompanham as diferentes fases que integram o financiamento de um projecto (Núcleo de Análise de Candidaturas e Núcleo das Verificações Administrativas e no Local).

Como as técnicas que integram o Núcleo de Análise de Candidaturas são as mesmas do Núcleo das Verificações Administrativas e no Local, para que se cumpra o referido princípio, em caso algum será cometida a um(a) técnico(a) que tenha analisado a candidatura ou os reembolsos de um qualquer projecto de uma determinada entidade, a verificação no local de qualquer projecto dessa entidade.

vi)- Utilização do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE)

O Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) é um sistema de informação que obrigatoriamente tem que ser utilizado pela CIG/STI no exercício das suas funções, designadamente junto das entidades beneficiárias, como garantia da integração permanente e consistente de dados.

A CIG, na qualidade de organismo intermédio, obriga-se à utilização do SIIFSE, como instrumento de análise das candidaturas submetidas pelas entidades beneficiárias e registo de execução física e financeira dos projectos.

O SIIFSE, para além de funcionar como instrumento de inserção e análise de candidaturas, como interage com outros sistemas, fornece informação complementar, nomeadamente o registo de entidades beneficiárias, a existência de dívidas ao IGFSE, à segurança social e às finanças, ou o registo dos pagamentos aos beneficiários.

2.11.2- Abertura de candidaturas

Durante o ano de 2010 foram abertos três períodos para apresentação de candidaturas, a saber:

- Através do Aviso n.º 6/2010 - Entre 05 de Abril e 10 de Maio de 2010, apenas para as regiões de Lisboa e Algarve, no âmbito da Tipologia de Intervenção 7.4.- apoio a projectos de formação para públicos estratégicos;
- Através do Aviso n.º 25/2010 e 26/2010 - Entre 03 de Dezembro de 2010 e 10 de Janeiro de 2011 para a Região de Convergência, Lisboa e Algarve, no âmbito da Tipologia de Intervenção 7.2.- Planos para a Igualdade;
- Através do Aviso n.º 27/2010 e 28/2010 - Entre 03 de Dezembro de 2010 e 10 de Janeiro de 2011 para a Região de Convergência, Lisboa e Algarve, no âmbito da Tipologia de Intervenção 7.3.- Apoio Técnico e Financeiro às ONG.

Tal como se pode verificar, o prazo de admissão de algumas das candidaturas prolongou-se pelo mês de Janeiro de 2011, espaço de tempo que está fora do âmbito deste Relatório.

Assim, a inclusão no presente Relatório dos dados que decorrem dessas candidaturas, deve ser entendida como uma forma facilitadora da regularização da informação, tanto mais que se tratou de um procedimento iniciado durante o ano de 2010 e, nos termos da Lei, a apresentação do Relatório de Actividade correspondente ao exercício de 2010 pode ser feita até 31 de Março de 2011, prazo posterior ao prazo de encerramento das ditas candidaturas (11 de Janeiro de 2011).

2.11.2.1- Candidaturas submetidas

i)- Aviso n.º 6/2010

A abertura do presente aviso culminou com a submissão de 119 candidaturas.

Quadro 1

Tipologia de Intervenção	Candidaturas submetidas
8.7.4- Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos	44
9.7.4 - Apoio a Projectos de Formação Para Públicos Estratégicos	75
Total	119

ii)- 4.1.2 Aviso n.º 25/2010 e 26/2010

A abertura do presente aviso culminou com a submissão de 239 candidaturas.

Quadro 2

Tipologia de Intervenção	Candidaturas submetidas
7.2 – Planos para a Igualdade	212
8.7.2.- Planos para a Igualdade	6
9.7.2.- Planos para a Igualdade	21
Total	239

iii)- Aviso n.º 27/2010 e 28/2010

A abertura do presente aviso culminou com a submissão de 265 candidaturas.

Quadro 3

Tipologia de Intervenção	Candidaturas submetidas
7.3 – Apoio técnico e financeiro às ONG	202
8.7.3.- Apoio técnico e financeiro às ONG	11
9.7.3.- Apoio Técnico e financeiro às ONG	52
Total	265

Quadro 4

TOTAL - Concursos em 2009	Candidaturas submetidas
Aviso n.º 6/2010	119
Aviso n.º 25/2010 e Aviso n.º 26/2010	239
Aviso n.º 27/2010 e Aviso n.º 28/2010	265
Total	623

2.11.2.2- Candidaturas aprovadas

i)- Aviso n.º 6/2010

Quadro 5

Tipologia de Intervenção	Aprovações
8.7.4 – Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos	18
9.7.4 - Formação de públicos estratégicos	34
Total	52

Quadro 6

TOTAL - Concursos em 2009	Candidaturas aprovadas
Aviso n.º 6/2010	52
Aviso n.º 25/2010 e Aviso n.º 26/2010	*0
Aviso n.º 27/2010 e Aviso n.º 28/2010	*0
Total	52

* A aguardar decisão de aprovação.

2.11.2.3- Candidaturas indeferidas

i)- Aviso n.º 6/2010

Quadro 7

Tipologia de Intervenção	Indeferimentos
8.7.4.-Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos	21
9.7.4 - Formação de públicos estratégicos	34
Total	55

2.11.2.4- Candidaturas arquivadas

i)- Aviso n.º 6/2010

Quadro 8

Tipologia de Intervenção	Arquivamentos
8.7.4 – Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos	5
9.7.4 - Formação de públicos estratégicos	7
Total	12

2.11.3- Âmbito Territorial

As tipologias de intervenção são aplicáveis às acções realizadas no território de Portugal Continental e a elegibilidade geográfica é determinada em função da localização do projecto:

Eixo 7 – Região de Convergência (inclui a região Norte, a região Centro e a região do Alentejo)

Eixo 8 – Região do Algarve

Eixo 9 – Região de Lisboa.

2.11.4- Comparticipação Financeira e Candidaturas Aprovadas

2.11.4.1- Tipologia de Intervenção 7.2. – Planos Para a Igualdade

A **Tipologia de Intervenção 7.2.** tem como objectivo mobilizar instituições públicas e privadas para a implementação de Planos para a Igualdade, através do reforço da integração da perspectiva de género nas políticas da Administração Pública Central e Local e do desenvolvimento de Planos para a igualdade no sector empresarial, público e privado e nas organizações em geral.

i)- Comparticipação Financeira

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, para o período 2008-2010, o limite máximo para a **Tipologia de Intervenção 7.2/8.7.2./9.7.2.** – Planos para a Igualdade foi de **2.512.327,00 €**:

Quadro 9

Ano	Montante
2008	87.458,00 €
2009	572.202,00€
2010	1.852.667,00€
Total	2.512.327,00 €

De acordo com o Quadro 9, os montantes para a **Região de Convergência** foram os seguintes:

Quadro 10

Tipologia	2008	2009	2010	Total
7.2.	73.522,00€	397.555,00€	1.716.783,00€	2.187.860,00€

Os montantes para a **Região do Algarve** foram os seguintes:

Quadro 11

Tipologia	2008	2009	2010	Total
8.7.2	3.964,00€	13.337,00€	20.984,00€	38.285,00€

Os montantes para a **Região de Lisboa** foram os seguintes:

Quadro 12

Tipologia	2008	2009	2010	Total
9.7.2	9.972,00€	161.310,00€	114.900,00€	286.182,00€

ii)- Metas físicas

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, as metas físicas para a Tipologia de Intervenção 7.2. são aferidas de acordo com o n.º de entidades apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade.

Quadro 13

Metas físicas			
N.º de entidades apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade			
Tipologia de Intervenção 7.2. / 8.7.2. / 9.7.2			
	Região Convergência	Algarve	Lisboa
Contrato de delegação de competências POPH/CIG	17	1	2
Aprovados – 1.º Concurso	20	3	7
Aprovados - 2.º Concurso	19	n.a	n.a
Aprovados - 3.º Concurso	Em curso		
Total, segundo regiões	39	3	7
Total nacional	49		

Quadro 14 (*)

Tipologia	Meta 2008 – 2010 (media anual)
Planos para a Igualdade (7.2)	17
Planos para a Igualdade (8.7.2)	1
Planos para a Igualdade (9.7.2)	2

(*) - Metas previstas no Contrato de Delegação de Competências POPH/CIG

iii)- Candidaturas em processo de decisão

Tendo em conta os montantes máximos anuais para cada Região, na fase de candidaturas correspondente ao período de 03 de Dezembro de 2010 e 10 de Janeiro de 2011, foram abertos concursos através do Aviso n.º 25/2010 e do Aviso nº 26/2010

Os Projectos submetidos, estão em fase de processo de decisão.

2.11.4.2- Tipologia de Intervenção 7.3. – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais

A Tipologia de Intervenção 7.3. tem como objectivo apoiar as organizações não-governamentais (ONG) e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, que actuem na área da Igualdade de Género, na sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes os meios que lhes permitam agir de forma complementar com as intervenções públicas para a promoção da igualdade de género através do reforço da sua intervenção e aprofundamento da capacidade de participação das mulheres na actividade económica e social, e dos homens na esfera privada.

i)- Comparticipação Financeira

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, o limite máximo para a Tipologia de Intervenção 7.3/8.7.3./9.7.3. – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais foi de **11.163.155, 00 €**:

Quadro 15

Ano	Montante
2008	193.928,00€
2009	3.167.446,00€
2010	7.801.781,00€
Total	11.163.155, 00 €

De acordo com o Quadro 20, os montantes para a **Região de Convergência** foram os seguintes:

Quadro 16

Tipologia	2008	2009	2010	Total
7.3.	165.232,00€	2.433.460,00€	6.120.016,00€	8.718.708,00€

Os montantes para a **Região do Algarve** foram os seguintes:

Quadro 17

Tipologia	2008	2009	2010	Total
8.7.3.	4.174,00€	111.878,00€	412.930,00€	528.982,00€

Os montantes para a **Região de Lisboa** foram os seguintes:

Quadro 18

Tipologia	2008	2009	2010	Total
9.7.3.	24.522,00€	622.108,00€	1.268.835,00€	1.915.465,00€

ii)- Metas Físicas

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, as metas físicas para a Tipologia de Intervenção 7.3. são aferidas de acordo com o n.º projectos promovidos por ONG.

Quadro 19

Metas físicas N.º de entidades apoiadas para desenvolverem projectos no âmbito do apoio às ONG Tipologia de Intervenção 7.3 / 8.7.3 / 9.7.3			
	Região Convergência	Algarve	Lisboa
Contrato de delegação de competências POPH/CIG	84	5	12
Aprovados – 1.º Concurso	63	4	13
Aprovados - 2.º Concurso	43	3	6
Aprovados - 3.º Concurso	Em curso		
Total, segundo regiões	106	7	19
Total nacional	132		

Quadro 20 (*)

Tipologia	Meta 2008 – 2010 (media anual)
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais (7.3)	84
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais (8.7.3)	5
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais (9.7.3)	12

(*) - Metas previstas no Contrato de Delegação de Competências POPH/CIG

iii)- Candidaturas em processo de decisão

Tal como já referido, foram abertas candidaturas através dos Avisos n.º 27/2010 e nº 28/2010, cuja resultante, pela sua extemporaneidade, constará de futuro relatório.

2.11.4.3- Tipologia de Intervenção 7.4. – Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos

A **Tipologia de Intervenção 7.4.** tem como objectivo formar e qualificar actores e decisores estratégicos na temática da Igualdade de Género e na prevenção da Violência de Género e alterar a perspectiva existente sobre os papéis de mulheres e homens.

i)- Participação Financeira

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, o limite máximo para a **Tipologia de Intervenção 7.4/8.7.4./9.7.4.** – Apoio a Projectos de Formação para Públicos Estratégicos é de **4.041.773,00€**:

Quadro 21

Ano	Montante
2008	122.039,00 €
2009	1.507.288,00 €
2010	2.412.446,00 €
Total	4.041.773,00 €

De acordo com o Quadro 23, os montantes para a **Região de Convergência** são os seguintes:

Quadro 22

Tipologia	2008	2009	2010	Total
7.4.	76.331,00€	1.250.656,00€	1.658.361,00€	2.985.348,00€

Os montantes para a **Região do Algarve** são os seguintes:

Quadro 23

Tipologia	2008	2009	2010	Total
8.7.4.	9.330,00€	85.293,00€	249.546,00€	344.169,00€

Os montantes para a **Região de Lisboa** são os seguintes:

Quadro 24

Tipologia	2008	2009	2010	Total
9.7.4.	36.378,00€	171.339,00€	504.539,00€	712.256,00€

ii)- Metas Físicas

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, as metas físicas para a Tipologia de Intervenção 7.4. são aferidas de acordo com o n.º de pessoas abrangidas em acções de formação em igualdade de género e violência de género.

Quadro 25

Metas físicas N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em igualdade de género (IG) N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em violência de género (VG) Tipologia de Intervenção 7.4. / 8.7.4. / 9.7.4			
	Região Convergência	Algarve	Lisboa
Contrato de delegação de competências POPH/CIG	IG – 1598 VG - 141	IG – 102 VG - 32	IG -228 VG - 32
Aprovados – 1.º Concurso	IG – 1169 VG - 281	IG – 137 VG - 45	IG – 126 VG - 72
Aprovados - 2.º Concurso	IG – 2637 VG - 426	N/A	N/A
Aprovados - 3.º Concurso	N/A	IG – 107 VG - 30	IG – 163 VG - 65
Total, segundo regiões e áreas temáticas (IG e VG)	IG – 3806 VG - 707	IG – 244 VG - 75	IG – 289 VG - 137
Total nacional	5258		

Quadro 26 (*)

Tipologia	Meta 2008 – 2010 (media anual)
Formação de públicos estratégicos (7.4)	Igualdade de género – 1.598 Violência de género - 141
Formação de públicos estratégicos (8.7.4)	Igualdade de género – 102 Violência de género – 32
Formação de públicos estratégicos (9.7.4)	Igualdade de género – 228 Violência de género – 32

(*) - Metas previstas no Contrato de Delegação de Competências POPH/CIG

iii)- Candidaturas Aprovadas

Tendo em conta os montantes máximos anuais para cada Região, na fase de candidaturas correspondente ao período de 05 de Abril e 10 de Maio de 2010, Aviso n.º 6/2010 apenas para a região de Lisboa e região do Algarve, foram submetidas a esta Tipologia, 119 candidaturas tendo sido solicitado, por parte das Entidades Promotoras, 7.047.996,66€.

Dos projectos submetidos, 52 foram alvo de financiamento, estando comprometido, para o período 2010-2011, o montante global de cerca de 795.750,71€ €, distribuído pelas 2 regiões (Lisboa e Algarve):

Quadro 27

Tipologia de Intervenção	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Valores solicitados	Valores Comprometidos
Formação de públicos estratégicos (8.7.4)	44	18	2.078.955,81€	264.890,62€
Formação de públicos estratégicos (9.7.4)	75	34	4.969.040,85€	530.860,09€
Total	119	52	7.047.996,66€	795.750,71€

Quadro 28

N.º de projectos aprovados na Tipologia de Intervenção	Região de Convergência	Região Algarve	Região de Lisboa
Aprovados – 1.º Concurso	66	5	16
Aprovados - 2.º Concurso	90	n.a	n.a
Aprovados - 3.º Concurso	0	18	34
Total, segundo regiões	157	23	50
Total nacional	230		

2.11.4.4- Tipologia de Intervenção 7.6. – Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres

A Tipologia de Intervenção 7.6. tem como objectivo promover estratégias de apoio ao empreendedorismo das mulheres e incentivar o associativismo e a criação de redes, favorecendo o auto emprego, a capacidade empresarial e a qualidade da sua participação na vida activa.

i/- Participação Financeira

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, o limite máximo para a Tipologia de Intervenção 7.6/8.7.6./9.7.6. – Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres é de **8.752.872,00€**:

Quadro 29

Ano	Montante
2008	211.200,00€
2009	2.419.533,00€
2010	6.122.139,00€
Total	8.752.872,00 €

De acordo com o Quadro 33, os montantes para a Região de Convergência são os seguintes:

Quadro 30

Tipologia	2008	2009	2010	Total
7.6.	52.905,00€	1.845.695,00€	4.610.806,00€	6.509.406,00€

Os montantes para a Região do Algarve são os seguintes:

Quadro 31

Tipologia	2008	2009	2010	Total
8.7.6.	4.595,00€	282.641,00€	579.333,00€	866.569,00€

Os montantes para a **Região de Lisboa** são os seguintes:

Quadro 32

Tipologia	2008	2009	2010	Total
9.7.6.	153.700,00€	291.197,00€	932.000,00€	1.376.897,00€

ii)- Metas Físicas

De acordo com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) enquanto Organismo Intermédio, as metas físicas para a Tipologia de Intervenção 7.6. são aferidas de acordo com o n.º mulheres abrangidas em acções de formação / consultoria / redes como incremento do empreendedorismo feminino.

Quadro 33

Metas físicas			
N.º de mulheres abrangidas em acções de formação/consultoria para criação e desenvolvimento de micro-empresas geridas por mulheres como incremento do empreendedorismo feminino			
Tipologia de Intervenção 7.6. / 8.7.6. / 9.7.6			
	Região Convergência	Algarve	Lisboa
Contrato de delegação de competências POPH/CIG	480	41	27
Aprovados – 1.º Concurso	448	41	126
Aprovados - 2.º Concurso	580	73	119
Total, segundo regiões	1028	114	245
Total nacional	1387		

Quadro 34 (*)

Tipologia	Meta 2008 – 2010 (media anual)
Apoio ao empreendedorismo (7.6)	477
Apoio ao empreendedorismo (8.7.6)	41
Apoio ao empreendedorismo Apoio ao empreendedorismo (9.7.6)	27

(*) - Metas previstas no Contrato de Delegação de Competências POPH/CIG

iii)- Candidaturas em execução

A Tipologia de intervenção 7.6. – Apoio ao empreendedorismo tem algumas especificidades, nomeadamente, após o *terminus* das acções formativas, as entidades devem submeter candidatura às acções de consultoria no âmbito do conjunto das acções integradas, conforme definido no Regulamento Especifico. Dos 105 projectos financiados até 31 de Dezembro de 2010 estava comprometido o montante global de 12.819.878,88€*, distribuído pelas Regiões conforme consta do Quadro que se segue:

Quadro 35

Tipologia de Intervenção	Candidaturas aprovadas	Valores solicitados	Valores comprometidos
Apoio ao empreendedorismo (7.6)	80	17.142.007,21€	9.575.594,80€
Apoio ao empreendedorismo (8.7.6)	10	2.711.009,54€	1.066.451,20€
Apoio ao empreendedorismo (9.7.6)	15	6.414.732,01€	2.177.832,88€
Total	105	26.267.748,76€	12.819.878,88€

* Este valor está sujeito a alterações decorrentes da aprovação das candidaturas à fase de consultoria, para dar cumprimento aos objectivos da tipologia

2.11.5- Acompanhamento dos projectos aprovados nos concursos realizados no ano de 2010

No decurso de 2010 foram abertos concursos às várias tipologias de intervenção (Planos para a Igualdade, Apoio técnico e financeiro às ONG, apoio a projectos de formação para públicos estratégicos e apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres) e em todas as regiões do Continente (Lisboa, Algarve, Norte, Centro e Alentejo), como a maioria dos projectos aprovados são plurianuais, no decurso do ano de 2010, foi necessário desenvolver os vários procedimentos a que obriga a execução dos projectos financiados, nomeadamente, Pedidos de Alteração e restante acompanhamento.

É ainda de referir, que à data de 31 de Dezembro de 2010, de acordo com o Mapa do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE), estavam 420 projectos em execução.

2.11.5- Outras Actividades

2.11.5.1- Análise financeira

Foram realizadas cerca de 520 análises financeiras, incluindo reembolsos, reembolsos intermédios e pedidos de saldo.

2.11.5.2- Verificações no local

Nos termos do disposto na alínea b) do ponto 2.9 da Cláusula 3ª do Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o POPH e a CIG, compete a esta Comissão *“Verificar no local que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados às entidades beneficiárias”*.

Para que seja possível proceder a estas verificações no local (VL) é necessário que estejam reunidas uma série de condições, pelo que as referidas verificações ocorreram no 2º semestre de 2010.

Assim, no ano em referência, realizaram - se 2 Verificações no Local, a saber:

- Projecto nº 027219/2009/74 – Espaço Atlântico
- Projecto nº 027241/2009/74 - Oportunidades

2.11.5.3- Reuniões e outros eventos

i)- Com o POPH

*- O disposto no nº 2 da Cláusula 7ª do referido Contrato estabelece que *“sem prejuízo dos outros números da presente Cláusula, serão realizadas reuniões trimestrais, marcadas e comunicadas pelo 1º outorgante, destinadas a analisar o estado de execução do presente contrato”*

O POPH, considerando que a maioria das questões em análise é comum aos vários Organismos Intermédios, optou por efectuar reuniões conjuntas, as quais se realizaram, alternadamente, nas instalações de cada Organismo envolvidos, sendo que 2 das 10 reuniões concretizadas, foram nas instalações da CIG.

*- Sessões de esclarecimento dirigidas às entidades, promovidas pela Secretaria de Estado para a Igualdade e CIG/STI:

Foram realizadas 2 Sessões de informação/ formação cujas destinatárias foram as entidades interessadas em concorrer às Tipologias de Intervenção 7.2 e 7.3., para

esclarecimento de dúvidas relativamente à interpretação dos regulamentos e aos procedimentos de candidatura

*- A CIG/STI esteve presente nas duas reuniões da Comissão de Acompanhamento do POPH (Junho e Dezembro).

ii)- Com as entidades beneficiárias

- Foram realizadas cerca de 80 reuniões com as entidades beneficiárias das diversas Tipologias para informação e esclarecimento de questões relacionadas com a execução dos Projectos.
- O STI apoiou, para difusão dos financiamentos no âmbito do QREN, a concretização da FEEL WOMEN (Março).
- O STI participou no Seminário do Empreendedorismo “Mulheres + Empreendedorismo= Inovação X Crescimento”, realizado a 20 de Setembro de 2010, no Centro de Congressos de Lisboa, com o Apoio da AIP.
- O STI esteve presente nos Conselhos Consultivos da CIG realizados no decurso do ano de 2010.

2.11.6- Documentos de apoio

O STI organizou os procedimentos necessários à adjudicação por ajuste directo de:

- Estudo sobre “Os contributos dos fundos comunitários para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino em Portugal” - adjudicado ao ISEG/equipa do Professor Doutor José Pereirinha;
- Serviço de Apoio Técnico e Financeiro ao STI/CIG.

Foram elaborados cerca de 1 600 pareceres, 3 500 ofícios, 700 informações e 61 propostas e 2 memorandos, além de guiões orientadores das tipologias 7.2 e 7.3.

Os elementos da equipa do STI participaram nas actividades regulares e/ou transversais da CIG nomeadamente, entre outras, nas reuniões de Coordenação Técnica e nas da Comissão de Avaliação – alargada e restrita, e Rotas para a Igualdade.

2.12-. Execução financeira

Quadro de execução financeira da CiG - 2010

FONTES DE FINANCIAMENTO	ANO DE 2010 Euros	
FUNCIONAMENTO OE		
Inicial	2 720 817	
Corrigido	2 578 426	
Executado	2 389 366	
FUNCIONAMENTO-TRANSIÇÃO DE SALDOS		
Inicial	5 000	
Corrigido	414 484	
Executado	410 828	
FUNCIONAMENTO-OUTROS SUBSECTORES		
Inicial	17 800	
Corrigido	13 674	
Executado	12 800	
FUNCIONAMENTO - VERBAS COMUNITÁRIAS		
Inicial	477 625	
Corrigido	477 740	
Executado	222 776	
TOTAL DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO		
Inicial	3 221 242	
Corrigido	3 484 324	
Executado	3 035 770	
PIDDAC OE		
Inicial	1 000 000	
Corrigido	712 305	
Executado	594 892	
PIDDAC-TRANSIÇÃO DE SALDOS		
Inicial	0	
Corrigido	0	
Executado	0	
PIDDAC - VERBAS COMUNITÁRIAS		
Inicial	2 559 977	
Corrigido	2 541 968	
Executado	1 967 455	
TOTAL DO ORÇAMENTO PIDDAC		
Inicial	3 559 977	
Corrigido	3 253 673	
Executado	2 562 347	
DESPESA		
Pessoal	470 231	
Funcionamento	2 092 116	
Investimento	0	
Total da Despesa	2 562 347	

III – Balanço social

Nota introdutória

O Balanço Social da CIG correspondente ao ano de 2010 foi elaborado de acordo com Decreto-Lei nº190/96, de 9 de Outubro, com base nas orientações constantes da circular nº 2/DGAP/97, de 17 de Março, posteriores alterações legislativas, bem como as actualizações da página electrónica da DGAEP.

Pela sua natureza, especificidade e objectivos, este Balanço Social da CIG foi elaborado de forma autónoma. Assim sendo e sem prejuízo de uma melhor observação da sua composição e conteúdos, o presente Relatório apenas integrará as suas componentes fundamentais.

Há muito que o Balanço Social vem sendo considerado um importante instrumento de informação, de planeamento e de gestão de recursos humanos.

Assim, ao apresentar-se como instrumento uniformizado e normalizado vai permitir a posterior observação, comparação e diagnóstico, quer na vertente interna – porquanto processa e disponibiliza dados para conhecer com objectividade a sua própria realidade, quer na vertente externa – permitindo análises comparativas com outros órgãos e serviços.

Mais recentemente, a Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, define no seu artigo 8º o ciclo de gestão, no qual se prevê, entre outros, a elaboração do Relatório de Actividades, nele integrando o Balanço Social do serviço, decorrendo daqui, acrescida relevância.

O Balanço Social tem um papel a desempenhar, tanto mais relevante quanto mais for a riqueza de dados que fornece e apesar de ter um carácter predominantemente retrospectivo, procede à análise dos dados do passado recente, no sentido de criticamente se avaliar o presente, tendo em vista as opções para o futuro.

De facto, este instrumento apresenta um conjunto de dados que permitem uma leitura do tecido dos Recursos Humanos que integram a CIG, sendo assim, mais um meio de avaliação transversal da organização.

A matriz do Balanço Social está concretizada nos quadros e gráficos da presente edição⁷, sendo que se pretende ir mais longe através das leituras qualitativas que se apresentam.

Numa perspectiva abrangente, é possível afirmar que o conhecimento detido, a experiência acumulada, as competências adquiridas, a aquisição de novos talentos, são componentes do capital humano e como tal, elementos potenciadores das sinergias que permitem alcançar os desideratos organizacionais.

⁷ Os quadros do balanço social constam do anexo I

Os Recursos Humanos são a principal força das organizações, o seu verdadeiro capital. Os organismos são, assim, processos complexos caracterizados pelas suas referências, cultura, identidade, missão, entre outros. É neste cadinho multifactorial que reside a força e dinâmica da CIG, cuja missão é de que proceda ao alavancamento das dinâmicas do desenvolvimento e ao cumprimento das finalidades, contribuindo activamente na prossecução das políticas públicas, gerando o seu positivo impacto na Sociedade.

Análise Qualitativa e Interpretativa do Balanço Social 2010

3.1- Recursos humanos da CIG

3.1.1- Efectivos por relação jurídica de emprego

A CIG em 31 de Dezembro de 2010, contava com 64 efectivos, dos quais 42 têm uma relação jurídica de emprego público constituída por Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por Tempo Indeterminado, o que corresponde a 65,6% do total dos seus recursos humanos.

Os restantes 34,4% são detentores de relação jurídica de emprego de diferente natureza.

3.1.2- Efectivos conforme os grupos de pessoal

Neste enfoque, que resulta do primeiro quadro do Balanço Social (em anexo), a distribuição de efectivos pelos diferentes grupos de pessoal é a seguinte:

Dirigente	12,5 %
Técnico Superior e Técnico	56,3 %
Assistente Técnico	23,4 %
Assistente Operacional	7,8 %
Pessoal de Informática	0 %

Os índices percentuais verificados reflectem, de facto, o elevado grau de tecnicidade existente, porquanto representa mais de metade dos efectivos variável decisiva para a cabal prossecução da missão e das competências atribuídas à CIG.

3.1.3- Efectivos segundo o sexo

A taxa de feminização é de uns expressivos 82,8 % do total dos recursos humanos.

3.1.4- Efectivos por escalão etário

O facto de maior evidência é o da concentração de efectivos situados nas faixas etárias entre os 35-39 anos, 40-44 anos, 45-49 anos e 50-54 anos, que representam 73,4% do total, sendo que o grupo etário entre os 35-39 anos é aquele que tem maior número de efectivos. No entanto a média de idades é 45 anos, idade próxima da actual média estimada na Administração Pública.

3.1.5- Efectivos por antiguidade

O nível médio de antiguidade na Administração Pública dos efectivos é de 21 anos, o qual não constitui relevante discrepância em relação à média das antiguidades na AP.

3.1.6- Efectivos portadores de deficiências

O número de trabalhadores/as com diferentes graus de deficiência representa 3% dos efectivos.

3.1.7- Efectivos por estrutura habilitacional

A percentagem de efectivos com habilitação superior ao bacharelato/curso superior é de 70%, percentagem significativamente superior à média verificada nos serviços da Administração Pública.

Na realidade, os/as trabalhadores/as com estes níveis habilitacionais são elucidativos do grau de tecnicidade requerido para a prossecução das missões deste Serviço.

3.1.8- Admissões e regressos no organismo

Num total de 3 reforços na categoria de técnico superior, o que representa uma clara opção de gestão.

3.1.9- Saídas e motivo de saídas

A expressão percentual das saídas ocorridas é de 18,7% em relação aos efectivos a 31 de Dezembro de 2010, sendo o grupo técnico superior que regista a mais elevada mobilidade.

3.1.10- Modalidades de horário

O horário de trabalho flexível representa 67,19% dos/as trabalhadores/as. A modalidade de jornada contínua representa 10,9% do total.

A isenção de horário representa 21,8%, resultante do número de dirigentes e chefia administrativa.

3.1.12- Assiduidade/absentismo. O seu contexto na organização

O absentismo, numa perspectiva mais psicossociológica, é um comportamento de ausência

individual que a organização não pode prever.

Um dos mais importantes indicadores sociolaborais é a taxa de absentismo. Em termos simples, esta taxa é um bom indicador do funcionamento psicossocial e organizacional, um indicador válido e fiável, embora o absentismo seja um fenómeno de etiologia multifactorial, de entre os quais enumeramos:

- A aquisição de competências e os conteúdos funcionais;
- Os grupos de trabalho e o espírito de equipas;
- A motivação e a auto-realização;
- O comprometimento e a identificação com a Organização;
- As relações hierárquicas e o papel das lideranças;
- As cargas horárias;
- Os mecanismos de reconhecimento.

As variáveis citadas são vectores determinantes para serem tomados em linha de conta ao tentar interpretar-se as resultantes comportamentais nas organizações complexas, em que o binómio presença/ausência ao trabalho é uma linha de força.

Em 2010 registaram-se 46 dias por conta dos períodos de férias das/os trabalhadoras/es, 603 dias por doença e 257 por maternidade. O grupo de pessoal com índice de absentismo mais elevado é o técnico superior.

3.1.13- Encargos com pessoal

A remuneração base dos efectivos corresponde a 89,2% do total dos encargos com pessoal.

3.1.14- Formação Profissional

A formação profissional é um instrumento fundamental para preparar as organizações e os seus activos para os desafios da mudança de paradigmas e da era de descontinuidade que as sociedades enfrentam.

Neste sentido houve a preocupação de proporcionar a frequência de acções de formação e/ou sensibilização aos/às trabalhadores/as da CIG, mesmo tendo em conta as limitações de natureza orçamental.

A frequência das acções de formação foi distribuída da seguinte forma:

i)- Quanto à sua duração:

Entre 30 e 59 horas	66,6%
60 horas ou superior	33,3%

ii)- Quanto à frequência das acções por grupos de pessoal:

Dirigente	25%
Técnico superior	50%
Assistente Técnico e operacional	25%

3.1.15- Relações Profissionais e Disciplinares

O número de trabalhadores sindicalizados que descontam no seu vencimento é de 7.

No decorrer do ano 2010, no quadro da Disciplina não se registou qualquer processo.

IV - Avaliação final

De uma forma genérica pode concluir-se que a CIG cumpriu a sua missão e objectivos.

Em 2010, de entre os objectivos inscritos no Plano de Actividade, figurava como tarefa prioritária a execução do III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (IIIPNI), do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (IIIPNCVD) e do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (IPNCTSH) (todos com período de vigência entre 2007 e 2010). Para dar cumprimento a essa tarefa, foram criados e dinamizados Grupos de Trabalho, temáticos, para acompanhamento da execução dos IIIPNI, IIIPNCVD e I PNCTSH, com representantes da CIG, Conselheiros e Conselheiras para a Igualdade e representantes de ONG. Não obstante algumas dificuldades e constrangimentos de ordem vária, estes Grupos de Trabalho têm contribuído para a execução das medidas dos Planos, demonstrando as vantagens da colaboração entre a Administração Pública e a chamada “sociedade civil”.

Dando cumprimento às atribuições que lhe foram outorgadas, a CIG, além de ter produzido os relatórios anuais de execução de cada um destes três planos nacionais, foi responsável pela elaboração dos respectivos relatórios finais internos de execução, bem como da coordenação dos processos administrativos conducentes à realização dos relatórios finais de avaliação externa desses mesmos planos.

De igual forma, a CIG teve a seu cargo a preparação do processo de elaboração, para submissão ao Gabinete de SE a Secretária de Estado da Igualdade, dos novos planos nacionais:

i)- IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013 (IV PNI); *ii)*- IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, 2011-2013 (IV PNCVD); *iii)*- II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, 2011-2013 (II PNCTSH).

Todos estes planos viriam a ser aprovados através de Resoluções do Conselho de Ministros:

- O IV PNI foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011.
- O IV PNCVD foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010.
- O IV PNCTSH foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010.

Para a elaboração dos planos nacionais acima identificados, a CIG contou com uma ampla participação das estruturas e organismos da Administração Pública, ao que se reuniram quer entidades, peritos/as e agentes da sociedade civil com relevância científica, técnica e administrativa neste domínio.

Manteve-se igualmente como prioridade, a sensibilização da opinião pública para as questões da cidadania e da igualdade de género, para o que foram produzidos materiais específicos, divulgados ao nível nacional, segundo as mais variadas formas e suportes.

Releva, ainda, a divulgação efectuada através do portal de internet da CIG, onde se inclui a plataforma “Sistema Integrado de Informação e Conhecimento” / Observatório de género, além da co-administração e promoção do Portal para a Igualdade (localizado no Portal do Governo).

Prosseguindo os esforços para melhorar o conhecimento da realidade portuguesa no que diz respeito à igualdade de género e à cidadania, a CIG congratula-se com os resultados alcançados no que diz respeito à realização de estudos e respectiva divulgação. Recorda-se que a realização, edição e divulgação da generalidade dos estudos teve um significativo apoio do QREN/POPH.

A este respeito importa sublinhar a dinâmica criada com esta dupla dimensão: produção e divulgação de conhecimento no âmbito da cidadania e igualdade de género. Por um lado, verificou-se uma especial harmonia entre a CIG, enquanto organismo da Administração Central do Estado, e a comunidade científica e investigadora. Por outro houve a possibilidade de envolver uma imensa variedade de parceiros organizacionais ou individuais, quer da Administração Pública central e local, quer das diferentes organizações da sociedade civil, passando pelas pessoas interessadas nesta temática, na temática aqui em apreço.

Com efeito, esta divulgação estruturada da informação produzida, também ela decorrente de uma estratégia política orientada para a construção de uma sociedade inclusiva, acabaria por ter especial importância na ampla reflexão e acompanhamento nas mudanças verificadas em Portugal, como podem ser exemplo, a produção legislativa e respectiva aplicação no que diz

respeito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo ou todas as medidas de promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

Quanto às áreas prioritárias, nomeadamente no que concerne a conciliação entre a vida familiar e profissional, violência de género, educação, formação em igualdade, mulheres migrantes, todas elas foram sendo asseguradas através de actividades de sensibilização/informação e formação, que ocorreram ao longo de todo o ano de 2010.

A actividade do Secretariado Técnico para a Igualdade (STI), tal como se pode constar através do relato da sua actividade (em anexo a este Relatório), contribuiu para uma melhoria de eficácia na acção das políticas públicas, através de uma maior articulação entre o Estado, os cidadãos e as cidadãs e os seus representantes. A aposta na participação das mulheres na actividade económica e social, também saiu reforçada com o financiamento de projectos pelo STI, que contribuíram para uma mudança de comportamentos e atitudes e do despertar para a reflexão sobre a temática da igualdade de oportunidades.

1- O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da CIG para 2010

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública. Nos artigos 10.º e seguintes define e estabelece o “Quadro de Avaliação e Responsabilização”.

De acordo com esta Lei, a avaliação do desempenho de cada serviço da Administração Pública assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização onde se evidenciam os objectivos, indicadores de desempenho, resultados alcançados, meios disponíveis e a avaliação final do desempenho do serviço.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2010					Última actualização: (2010/02/10)		
Ministério: Presidência do Conselho de Ministros (PCM)							
Organismo: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género							
Missão: A CIG tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. (Cf. N.º1, art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio).							
Objectivos estratégicos (OE):							
OE 1: Promover a integração da perspectiva de género no mainstreaming de género nos diversos domínios da vida política, social, económica e cultural.							
OE 2: Promover a difusão e defesa dos Direitos Humanos nomeadamente no que se refere ao exercício da cidadania à igualdade de oportunidades e promover a transversalidade dos princípios da igualdade de género, como factores obrigatórios na construção e consolidação de uma sociedade inclusiva.							
OE 3: Prevenir e combater todas as formas de discriminação e violência cometidas por motivos de género, nomeadamente ao nível da violência doméstica e do tráfico de seres humanos.							
Objectivos operacionais	Meta - ano 2009	Meta - ano 2010	Critério de superação	Concretização			
				Resultado (2009-2010)	Classificação		
					Não atingido / Atingido	Superado	
Proposto			Atingido				
EFICÁCIA - Ponderação 45%							
OB 1		Ponderação de 30%					
Implementar o <i>mainstreaming</i> de género na administração central e na administração local	Ind 1	N.º de reuniões do Conselho Consultivo da CIG	5	6	>6	7	Superado (+1)
	Peso	25%					
	Ind 2	N.º de reuniões dos grupos de trabalho constituídos no âmbito do Conselho Consultivo da CIG, para implementação dos Planos Nacionais	7	8	>8	9	Superado (+1)
	Peso	35%					
	Ind 3	N.º de protocolos com autarquias locais em 2010, incluindo renovações	9	10	>10	11	Superado (+1)
	Peso	40%					
OB 2		Ponderação de 30 %					
Implementar medidas e acções previstas no âmbito do QREN/POPH, Eixo da Igualdade (Eixo 7)	Ind 4	N.º de projectos aprovados no âmbito do Secretariado Técnico para a Igualdade (STI), com o respectivo acompanhamento técnico e financeiro	340	350	>350	420	Superado (+70)
	Peso	45%					
	Ind 5	Prazo de implementação de um sistema de tele-assistência a vítimas de violência doméstica (em dias)	n/a	365	<365	259	Superado (-106 dias)
	Peso	30%					
	Ind 6	N.º de relatórios no âmbito do Sistema Integrado de Informação e Conhecimento (SIIC) / "Observatório de Género"	n/a	3	>3	4	Superado (+1)
	Peso	25%					

OB 3		Ponderação de 40%					
Assegurar a coordenação central da aplicação dos Planos Nacionais (III PNI, III PNCVD e I PNCTSH), bem como a preparação dos novos Planos Nacionais (IV PNI, IV PNCVD e II PNCTSH), Plano Nacional de Acção para implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2009 – 2013) e Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina	Ind 7	Prazo de finalização do III PNI, produção do Relatório final do III PNI e preparação do IV PNI (em dias)	n/a	365	<365	349	Superado (-16 dias)
	Peso	25%					
	Ind 8	Prazo de finalização do III PNCVD, produção do Relatório final do III PNCVD e preparação do IV PNCVD (em dias)	n/a	365	<365	329	Superado (-36 dias)
	Peso	25%					
	Ind 9	Prazo de finalização do III PNCTSH, produção do Relatório final do III PNCTSH e preparação do IV PNCTSH (em dias)	n/a	365	<365	325	Superado (-40 dias)
	Peso	25%					
	Ind 10	N.º de reuniões de coordenação central da aplicação do Plano Nacional de Acção para implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2009 – 2013)	0	4	>4	5	Superado (+1)
	Peso	10%					
	Ind 11	N.º de reuniões de coordenação central da aplicação do Programa de Acção para a eliminação da Mutilação Genital Feminina	0	2	>2	2	Atingido (0)
	Peso	15%					

EFICIÊNCIA - Ponderação 30%

OB 4		Ponderação de 100 %					
Assegurar a optimização dos recursos, garantindo uma redução de custos	Ind 12	Custo médio das campanhas nacionais e outras acções de divulgação	113300,69	110000	<110000	96500	Superado (-13500 Euros)
	Peso	60%					
	Ind 13	Despesa com economato suportadas pelo Orçamento de Funcionamento da CIG	31044	30260	<30260	19299	Superado (-10961 Euros)
	Peso	40%					

QUALIDADE - Ponderação 25%

OB 5		Ponderação de 100%					
Divulgar boas práticas de promoção da igualdade de género e da prevenção da violência de género, nomeadamente no âmbito da violência doméstica e do tráfico de seres humanos, bem como incrementar o grau de satisfação dos/as beneficiários/as das acções promovidas	Ind 14	Nº de boas práticas publicitadas pela CIG	28	35	>35	42	Superado (+7)
	Peso	60%					
	Ind 15	Grau de satisfação (%)	83,65%	85%	> 85%	89%	Superado (+4%)
	Peso	40%					

Orçamento (M€)	Estimado	Realizado
Funcionamento	3221242,00	3035770,00
PIDDAC	3559977,00	2562347,00

Fontes de verificação:

OB1: Plano e Relatório de Actividade

Ind 1: Plano e Relatório de Actividade

Ind 2: Plano e Relatório de Actividade

Ind 3: Plano e Relatório de Actividade

OB2: Plano e Relatório de Actividade

Ind 4: Plano e Relatório de Actividade

Ind 5: Plano e Relatório de Actividade

Ind 6: Plano e Relatório de Actividade

OB3: Plano e Relatório de Actividade

Ind 7: Plano e Relatório de Actividade

Ind 8: Plano e Relatório de Actividade

Ind 9: Plano e Relatório de Actividade

Ind 10: Plano e Relatório de Actividade

Ind 11: Plano e Relatório de Actividade

OB4: Plano e Relatório de Actividade

Ind 12: Plano e Relatório de Actividade

Ind 13: Plano e Relatório de Actividade

OB5: Plano e Relatório de Actividade

Ind 14: Plano e Relatório de Actividade

Ind 15: Plano e Relatório de Actividade

Cf. Relatório de Actividade CIG 2010

Cf. Ficheiro anexo "Reuniões dos grupos de trabalho"

Cf. Ficheiro anexo "Protocolos CIG-Autarquias em 2

Cf. Relatório de Actividade CIG 2010

Cf. Protocolo para a implementação de um sistema

Cf. Relatório de Actividade CIG 2010

Cf. Data de publicação do IV PNI - 15.12.2010

Cf. Data de publicação do II PNCTSH - 11.11.2010

Cf. Data de publicação do IV PNCVD - 25.11.2011

Cf. Lista de reuniões de coordenação, em anexo

Cf. Lista de reuniões de coordenação, em anexo

Cf. (Campanha CTSH- 43000 Euros + Campanha CVDVG-150.000 Euros) » Custo médio = 96.500 Euros

Cf. Relatório de Actividade CIG 2010

Cf. Lista de boas práticas publicitadas pela CIG, em

Cf. Relatório de Actividade CIG 2010

Meios disponíveis

Recursos humanos	Pontos (1)	RH (31.01.2009)	Planeados (Pontos)	RH (31.12.2010)	Executados (Pontos)	Resultado [Diferença (Exec-Planead)] (2)
Dirigentes - Direcção superior	20	2	40	3	60	20
Dirigentes - Direcção intermédia	16	4	64	5	80	16
Chefes de equipa multidisciplinares	16	3	48	3	48	0
Técnico Superior	12	40	480	33	396	-84
Técnico de Informática	8	0	0	0	0	0
Coordenador Técnico	9	1	9	1	9	0
Assistente Técnico	8	17	136	14	112	-24
Assistente Operacional	5	6	30	5	25	-5
Totais		73	807	64	730	-77

(1) - "Pontos" - Valor atribuído a cada pessoa, segundo a respectiva função.

(2) - Os valores em negativo (-) indicam que houve uma redução de Recursos Humanos, isto é, os encargos foram reduzidos face ao previsto.



2- Auto-avaliação

Proposta de menção como resultado da auto-avaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º66-B/2007, de 28 de Dezembro.

Análise Crítica

1. Apreciação dos resultados alcançados:

a)- Avaliação do QUAR – Objectivos estratégicos

Tal como se pode constatar na tabela que se segue, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género conseguiu atingir a totalidade dos objectivos estratégicos que se propôs.

A taxa de execução final foi de 1,39 (isto é, o conjunto dos objectivos propostos foi superado em 39%).

Todos os objectivos estratégicos (eficácia, eficiência e qualidade) foram superados. De igual forma, houve uma evidente superação mesmo ao nível dos indicadores, apresentando estes, valores superiores ao proposto (com excepção do indicador 11, correspondente ao objectivo de eficácia 3, embora tenha sido atingido o que se propôs).

Também, os resultados apresentados evidenciam um significativo equilíbrio entre os valores percentuais atingidos nos três objectivos estratégicos.

Os dados em apreço são apresentados na tabela seguinte:

Ponderação	Indicadores	Ponderação (indicadores)	N-1	N	Concretizados	Diferencial	Varição segundo indicador %	Valores ponderados segundo indicador (e respectiva ponderação unitária)	Valores ponderados segundo objectivo	Valores médios ponderados, segundo níveis (eficácia; eficiência e qualidade)	Resultados parciais segundo níveis	
Eficácia 0,45												
Obj_eficácia 1	0,3	Ind1	0,25	5	6	7	1	116,67%	0,29	0,11	0,05	0,50
		Ind2	0,35	7	8	9	1	112,50%	0,39			
		Ind3	0,4	9	10	11	1	110,00%	0,44			
Obj_eficácia 2	0,3	Ind4	0,45	340	350	420	70	120,00%	0,54	0,13		
		Ind5	0,3	0	365	259	106	140,93% (*)	0,42			
		Ind6	0,25	0	3	4	1	133,33%	0,33			
Obj_eficácia 3	0,4	Ind7	0,25	0	365	349	16	104,58% (*)	0,26	0,09		
		Ind8	0,25	0	365	329	36	110,94% (*)	0,28			
		Ind9	0,25	0	365	325	40	112,31% (*)	0,28			
		Ind10	0,1	0	4	5	1	125,00%	0,13			
		Ind11	0,15	0	2	2	0	100,00%	0,15			
Eficiência 0,3												
Obj_eficiênci1	1	Ind12	0,6	113300	110000	96500	13500	113,99% (**)	0,68	0,66	0,20	0,50
		Ind13	0,4	31044	30260	19299	10961	156,80% (**)	0,63			
Qualidade 0,25												
Obj_qualidade1	1	Ind14	0,6	28	35	42	7	120,00%	0,72	0,57	0,14	0,39
		Ind15	0,4	83,65	85	89	4	104,71%	0,42			
										0,13	1,39	
(*) - Tratando-se de um objectivo em que se pretendia otimizar o temo de execução, o valor negativo tem uma interpretação de valor positivo												
(**) - Tratando-se de um objectivo de eficiência, o valor negativo tem uma interpretação de valor positivo												
Resultado: O desempenho total proposto foi superado em 39%.												

a)- Avaliação do QUAR – “Recursos humanos” e dos “Recursos financeiros”.

No que se refere ao desempenho ao nível dos “Recursos humanos” e dos “Recursos financeiros” constata-se que houve em ambos uma eficiência muito significativa.

Com efeito, face aos dados constantes do QUAR da CIG para 2010, verifica-se o seguinte:

- i)- No caso dos “Recursos humanos” passou-se de um grupo (“planeado”) de 73 pessoas em 31.12.2009, correspondente a 807 pontos [segundo a classificação proposta no QUAR], para um grupo (“executado”) de 64 pessoas em 31.12.2010, correspondente a 730 pontos.
- ii)- No caso dos “Recursos financeiros”, no orçamento de funcionamento foram estimados 3.221.242,00 Euros, sendo executados 3.035.770,00 Euros [correspondente a uma redução de 185.472 Euros]; no orçamento PIDDAC foram estimados 3.559.977,00 Euros, sendo executados 2.562.347,00 Euros [correspondente a uma redução de 997.630,00 Euros].

2- Serviços prestados

- i)- Através do QUAR, pode constatar-se a importância dada por agentes e destinatários externos sobre a qualidade da intervenção da CIG. Com efeito, esta afirmação pode ser apreciada através da evidência dos propósitos e resultados do Objectivo 5 (Objectivo de Qualidade), que se refere ao “Divulgar boas práticas de promoção da igualdade de género e da prevenção da violência de género, nomeadamente no âmbito da Violência Doméstica e do tráfico de seres humanos, bem como incrementar o grau de satisfação dos/as beneficiários/as das acções de formação promovidas”.
- ii)- Também, ainda sobre a apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, constata-se a ausência de qualquer reclamação sobre os serviços prestados pela CIG. Bem pelo contrário foram evidentes os aspectos laudatórios apresentados, nomeadamente através da comunicação social, dos diferentes parceiros e agentes ou mesmo do público em geral.

À semelhança de anos anteriores, foi relevante a quantidade dos serviços prestados, designadamente ao nível do número de candidaturas submetidas a análise no âmbito do POPH, o número de aprovações, o número de arquivadas e o número de indeferimentos.

Como é domínio público é ainda relevante o trabalho desenvolvido pelo apoio jurídico e psicossocial, nomeadamente no âmbito do Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD), onde se pode constatar um significativo conjunto de indicadores que

são acompanhados e objecto de análise crítica, para determinar eventuais oportunidades de melhoria da intervenção a este nível.

3- Sistema de controlo interno

Ao longo do ano, a CIG desenvolveu um sistema de controlo interno baseado fundamentalmente na circulação e partilha da informação.

Esta metodologia, apoiada na realização de frequentes reuniões, onde participaram todos os dirigentes e chefias, não só permitiu operacionalizar as adequadas medidas de administração e gestão associadas, como permitiu estabelecer formas de controlo interno de toda a acção. Estas reuniões tinham na sua ordem de trabalhos o reporte da actividade anterior e a projecção da actividade futura, a partir das quais foi possível que cada dirigente e/ou chefia organizasse a actividade em consonância com os respectivos colaboradores.

4- Cumprimento de acções e projectos

Foi cumprida a generalidade dos objectivos e indicadores. Aliás, foram desenvolvidas muito mais acções das que inicialmente previstas.

5- Medidas de reforço

Tratando-se de um organismo cujas missão e atribuições são especialmente envolvidas em aspectos relacionados com a própria configuração cívica e humanista dos seus trabalhadores e trabalhadoras, existe um natural estímulo para a aplicação e envolvimento operacional, geralmente superando horários ou outros constrangimentos de natureza institucional.

6- Elementos de comparação com outros organismos

Também, pelas suas características e singularidade institucional, não é possível realizar processo de comparação com outros organismos. Em todo o caso, a resultante da participação da CIG nos mais diversos contextos nacionais ou internacionais revelou um forte crédito e imagem de instituição de relevante importância.

7- Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço

Tal como foi referido anteriormente, a gestão e administração apoiada em reuniões e na circulação e partilha da informação, permite aferir, em permanência, os aspectos de processo e produtos parciais e finais.

Assim, existe um processo automático de auto e heteroavaliação permanente entre todas as unidades orgânicas, dirigentes e chefias, bem como de todos e todas os trabalhadores/as.

8- Síntese docimológica reportada à grelha fornecida pela Secretaria-Geral da PCM [Subsistema de avaliação do desempenho dos serviços da AP (Lei n.º 66-B/2007). Matriz de apuramento do grau de excelência (...).

Breves considerações situadas ao nível dos “critérios” (de “resultados” e de “meios”) e respectivos subcritérios (de C1 a C11)

C1. Análise da produtividade - O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **9**, tendo em conta que houve um desempenho acima do planeado e uma utilização dos recursos humanos abaixo do planeado, com desvio inferior a 25%.

Releva-se, também, que os objectivos propostos ao nível do QUAR 2010 foram todos superados. Tal como já referido, a taxa de execução final foi de 1,39 (isto é, o conjunto dos objectivos propostos foi superado em 39%).

C2. Análise “custo-eficácia – - O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **8**, tendo em conta que houve um desempenho acima do planeado e uma execução dos recursos financeiros entre 80% a 84 % face ao inicialmente planeado.

Quer ao nível dos “Recursos humanos” quer ao nível dos “Recursos financeiros” verificou-se uma significativa optimização. Com efeito, tal como já anteriormente demonstrado, foi possível melhorar, de forma significativa a relação “custo-eficácia”.

C3. Evolução positiva e significativa nos resultados obtidos pelo serviço em comparação com anos anteriores (aplicar também o critério às unidades homogéneas, caso existam).

O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **9**, o qual resulta da aplicação da fórmula proposta (fórmula A), onde se consideram os seguintes valores para as auto-avaliações: Critério 3A = **8**; critério 3B=**10**.

$$\{(0,6 \times 8)+(0,4 \times 10) = 4,8 + 4 = 8,8 >> 9\}$$

C4. Excelência dos resultados obtidos, demonstrada designadamente por comparação com padrões nacionais ou internacionais, tendo em conta igualmente melhorias de eficiência.

O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **6**, valor que resulta da aplicação da fórmula proposta, onde se consideram os seguintes valores para as auto-avaliações: Critério 4A = **7**; critério 4B = **2**; critério 4C = **9**.

$$\{(0,6 \times 7) + (0,2 \times 2) + (0,2 \times 9) = 4,8 + 0,4 = 5,2 >> 6\}$$

C5. Superação global dos parâmetros de avaliação (Eficácia, eficiência e qualidade).

O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **10**.

C6. Análise dos desvios – O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **7**, atendendo a que o desvio foi de 39% (positivo).

Os resultados apresentados evidenciam um significativo equilíbrio entre os valores percentuais atingidos nos três objectivos estratégicos. Os desvios, todos eles de natureza positiva, decorrem de uma estratégia de planeamento e controlo de gestão centrada na optimização dos recursos gerais, onde se deu especial enfoque à flexibilidade de funções e atribuições operacionais de todas as pessoas, face às acções planificadas. Face aos resultados (objectivos), é óbvia a existência de uma relação harmónica e multifactorial entre todas as pessoas com os propósitos organizacionais e a respectiva operacionalização (relação interactiva e interdependente de todas as sinergias em presença). Crê-se que um dos principais factores a que se deve esta resultante positiva decorre da percepção e assunção da própria natureza cívica e humanista da acção desenvolvida, por parte de cada uma das pessoas que nela estiveram envolvidas.

C7. Impacto na Sociedade (contributo do serviço para a prossecução das políticas públicas).

O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **10**, atendendo a que no QUAR estão incluídos indicadores (de eficácia e qualidade) directamente relacionados com a missão do serviço e são maioritariamente, indicadores de impacto e os restantes indicadores atingidos e/ou superados.

C8. Satisfação dos utilizadores.

O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **10**, atendendo a que o grau de satisfação dos utilizadores aferido através de inquéritos/questionários ou outros instrumentos de aferição de opinião atingiu um valor **89 %**. [Indicador do QUAR: “Divulgar boas práticas de promoção da igualdade de género e da prevenção da violência de género, nomeadamente no âmbito da violência doméstica e do tráfico

de seres humanos, bem como incrementar o grau de satisfação dos/as beneficiários/as das acções promovidas”].

Releva, também, o facto de não ter sido apresentada qualquer reclamação por parte dos utentes.

C9. Satisfação dos colaboradores.

Embora se trate de um critério cuja aferição deva recorrer a questionários objectivos, para os quais, no caso da CIG, concorrem inúmeros factores endógenos e exógenos de difícil parametrização, propõe-se que o valor na auto-avaliação para este critério seja **6**, tendo em conta que está em preparação um sistema de controlo de qualidade neste domínio.

C10. Processos e sistema de indicadores de desempenho.

O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **10**

C11. Planeamento e estratégia.

O valor proposto na auto-avaliação para este critério é **6**, valor que resulta da aplicação da fórmula proposta, onde se consideram os seguintes valores para as auto-avaliações: Critério 11A = **10**; critério 11B = **10**; critério 11C = **9**.

$$\{(0,5 \times 8) + (0,25 \times 10) + (0,25 \times 10) = > 9\}$$

A relação entre os valores propostos na auto-avaliação supra e os pesos atribuídos aos onze critérios (ponderadores) o total de pontos propostos é **8,84**.

3-Proposta de menção qualitativa

Tendo em conta os resultados do Quadro de Avaliação e Responsabilização e a concomitante informação constante do Relatório de Actividades de 2010 e respectivos anexos, propõe-se que seja atribuída a avaliação de **Desempenho Bom** à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, para o período correspondente ao ano de 2010.

Com efeito, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 18.º da Lei n.º66-B/2007, de 28 de Dezembro, em conjugação com a orientação técnica do Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços, de 12 de Janeiro de 2009, estes valores configuram a atribuição da menção de um **Desempenho bom**.

Todavia, parece ser de tomar em consideração a possibilidade da atribuição da menção de **Desempenho excelente**, tendo em conta que a CIG cumpre todos os requisitos estabelecidos no n.º 2 do Artigo 18.º da Lei n.º66-B/2007, de 28 de Dezembro.